

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

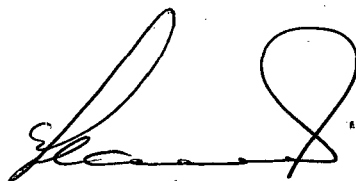
A PÓS-GRADUAÇÃO DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL

Dissertação submetida à Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do grau de
Mestre em Ciências Humanas - Especialidade
Direito,

ORLANDO FERREIRA DE MELO

Junho - 1978

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas - Especialidade Direito, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

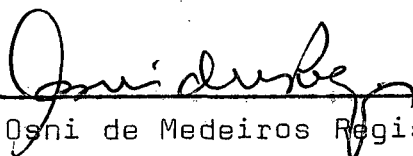


Prof, Paulo Henrique Blasi
Coordenador do Curso e
Orientador

Apresentada perante a banca examinadora composta dos professores:



Paulo Henrique Blasi



Osni de Medeiros Regis

Clóvis de Souto Goulart

AGRADECIMENTOS

A DIVISÃO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS do MEC,
DAU, na pessoa do seu Diretor Prof. Dr.
Edson Machado de Souza;

A COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR, CAPES, patrocinadora da
pesquisa, nas pessoas de seus Diretores Ge-
ral, Prof. Dr. Darcy Closs, e Adjunto Prof.
Dr. Hélio Bastusj

Aos Pró-Reitores, Coordenadores, Secretários,
Professores e Pós-Graduandos entrevistados ,
do Sistema de Pós-Graduação em Direito,

os agradecimentos do Autor,

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	iii
Sumário.....	iu
Resumo	vi
Abstract.....	viii
 1 - INTRODUÇÃO	
1.1 - Referencial teórico.....	2
1.2 - Explicações.....	6
1.2.1 - De ordem teórica.....	6
1.2.2 - De ordem operacional.....	6
1.2.3 - De ordem regimental.....	7
1.2.4 - De ordem especial.....	8
 2 - EXAME CRÍTICO DA LEGISLAÇÃO SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL	
2.1 - Período anterior à L.D.B.....	12
2.2 ~ Período posterior à L.D.B.....	18
 3 - ANÁLISE DOS CURSOS EXISTENTES. PESQUISA SOBRE A EXE- CUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, NA ÁREA DO DIREITO	
3.1 - Objetivos.....	49
3.2 - Metodologia.....	50
3.2.1 - Caracterização do universo estudado.....	50
3.2.2 - Processamento metodológico da pesquisa,,,.«.	53
3.3 - Desenvolvimento da pesquisa.....,,	56
3.3.1 - Estabilização do sistema.....	56
I - Considerações gerais».....	56
II - Integração administrativa; modalidades bási- cas.....	58
III - Integração administrativa; serviços de apoio,	60
IU - Estabilização financeira.....	62
3.3.2 - Desempenho do sistema.....	65
I - Considerações gerais.....	65
II - Administração acadêmica.....	65
a - Organização Curricular.....	65
A Didática como disciplina obrigatória,,,	72
b - Sistema de créditos.....	78
c - Duração dos cursos da matrícula à ti- tulação..... r.....	79

d - Regimes de frequência.....	81
e - Trabalhos de Curso, Critérios de avaliação do desempenho acadêmico.....	81
f.- Linhas de pesquisas dos cursos. Planos setoriais da trabalho dos professores.,.,	85
Iir - Recursos humanos.....	90
a - Goordenadoria.....	90
b - Corpo docente.....	92
c - Pessoal de apoio técnico e administrativo	99
d - O alunado: Mestrandos e Doutorandos.....	102
IU Resultados obtidos.....	111
a - Produtividade dos Cursos..... *	111
b - Teses e dissertações.....	115
c - Pesquisa discente.....	122
3.3,3 - Expansão do sistema.....	126
I.- Considerações gerais.....	126
II - Problemas de expansão.,.,.....	127
4 - PROPOSIÇÕES CONCRETAS. CONCLUSÕES PARCIAIS E FINAIS	
4,1 - Considerações gerais..	132
4,2 - Proposições concretas e conclusões parciais quanto a estabilização.....	134
4,3 - Proposições concretas e conclusões parciais quanto ao desempenho.....	136
4,4 - Proposições concretas e conclusões parciais quanto a expansão.....	141
4,5 - Conclusões finais.....	142
4.5.1 - Plano de Pós-Graduação em Direitp.....	142
4.5.2 - Desativação de Cursos Improdutivos, Cursos de Estudos Avançados.....	143
5 - BIBLIOGRAFIA.....	150
6 - ANEXOS	
6.1- Quadro Geral da Pesquisa	157
6.2 - Localização dos Cursos.....	158
6.3 ~ Instrumentos de Coleta.....	159

RESUMO

Inobstante os cursos jurídicos terem sido os primeiros a serem instalados no país, o nível de pós-graduação foi por eles alcançado em época recente, dentro do contexto global.

Examinando-se a legislação sobre pós-graduação no sistema educacional brasileiro revelam-se duas fases distintas. Uma, anterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é, de certa forma, difusa e incompleta; outra, posterior à mesma lei, ou seja, a partir de 1962, inclusive, caracteriza-se pelo desdobramento de normas objetivas, editadas em sua maioria pelo Conselho Federal de Educação, e que, ainda hoje, fundamentam o ensino de "quarto grau" « Nesta segunda fase, o PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO surge como documento maior, estabelecendo diagnósticos e propondo metas e estratégias, para a estabilização, desempenho e expansão do sistema em nível pós-graduado.

Entendido o sistema do PNPg na sua tridimensionalidade, e a partir daí como referencial teórico, faz-se a análise dos dez Cursos de pós-graduação do ensino jurídico em atividade no país, examinando-se suas estruturas e praxis, utilizando-se de entrevistas pessoais, observações in loco, questionários e formulários.

Da comparação entre o diagnóstico, as metas e estratégias abrangidos no PNPg, e a realidade factual, ressalta a existência de várias distonias, algumas de certa gravidade, como a improdutividade dos cursos (indicada pela relação entre conclusão de créditos e titulação de graduados), a escassez de apoio administrativo adequado, o obsoletismo dos processos didáticos; a precariedade das instalações para estudar e trabalhar; a deficiência das bibliotecas; a inadequação dos regimes de trabalho de professores e pós-graduados; o pouco interesse pela pesquisa pura; a ausência de estímulos financeiros para a publicação de trabalhos e as lacunas do sistema de bolsas.

Assim, de um modo geral, pode-se afirmar que o diagnóstico agora estabelecido (1977) não apresenta sensíveis melhorias em relação à situação detectada em 1974, evidenciando que as metas e estratégias do PNPg não foram nem atingidas nem observadas na sua plenitude, devido, é certo, não à incúria ou incompetência do elemento humano envolvido no sistema mas, principalmente, à carência de recursos financeiros.

Para eliminar os óbices observados e criticados no decorrer da ■ pesquisa, várias. sj^g^stõe~s Bao, a final, apresentadas, a nível de Curso, de Universidade ~~de~~ Agências governamentais, destacando-se 1) a adoção de um Plano específico para a pós-graduação em Direito, de âmbito nacional, pois as características próprias dessa área exigem atenções especiais e 2) a desativação dos cursos improdutivos, que seriam substituídos por cursos altamente dinâmico~s: com várias terminalidades cumulativas ou alternativas, dirigidas autonomamente para o aperfeiçoamento, a especializaçã~, o mestrado e o doutorado.

ABSTRACT

Although the law courses have been the first to be organized in this country, the post-graduate level has been reached by them only recently.

Examining the legislation about post-graduation in the Brazilian educational system, we can see two distinct phases: one anterior to the "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", is, in a way, diffuse and incomplete; the other, posterior to the same law, that is, after 1962, is characterized by the unfolding of objective rules, mostly published by the "Conselho Federal de Educação" and that, still today, establish and discipline the "fourth grade" education. In this second phase, the "Plano Nacional de Pós-Graduação" appears as the greatest document, settling diagnostics and offering goals and strategies, for the establishment, performance and expansion of the system in a post-graduate level.

Understood the system of the PIMPg in its three parts, and after this, as a theoretic reference, an analysis, is made, of the 10 courses of post-graduation in activity in the country, examining its structures and customs, using personal interviews and observations in loco, applications form and questionnaires.

From the comparison between the diagnosis, the goals and strategies kept by the PIMPg, and the factual reality, shows the existence of several deficiencies, some of certain seriousness, as the unproductiveness of courses (indicated by the relation between credit conclusion and graduate titulation), the scarcity of adequate administrative support; the obsolescence of the didactic processes; the uncertainty of the installations for studying and working; the deficiency of the libraries; the non adequate working system of teachers and post-graduate people, the lack of interest in the pure research; the absence of financial support for the publications of researches and the blanks of the scholarship systems.

So, in a general way, we can say that the diagnosis now established (1977) doesn't present an improvement related to the situation detected in 1974, showing that the methods and strategies of the PIMPg weren't reached and watched in their entirety, not because of the negligence and incompetency of the human element involved in the system but, mainly, the scarcity of financial support.

To eliminate the obstacles observed and criticized during the research, some suggestions are, finally, presented in a course, university and government agencies level| detaching 1) the adaption of a specific plan for the post-graduation in lauj| in a national ambit for the own characteristics of this area require special attentions and 2) the non activity of the improductive courses, uihich ujould be substituted for highly dinamic courses ujith various accumulative or alternative finalities, driven autonomously to the improvement,,the specialization, the master and doctor level.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Referencial Teórico

1.2 - Explicações

1.2.1 - De ordem teórica

1.2.2 - De ordem operacional

1.2.3 - De ordem regimental

1.2.4 - De ordem especial

1.1 - Referencial Teórico

A pós-graduação no Brasil, projetada como uma unidade objetiva, é fenômeno relativamente recente.

Os primeiros movimentos podem ser localizados na década de 50, mas é a partir de 1962, quando a Universidade Federal do Rio de Janeiro serviu de campo experimental, que funcionaram os primeiros cursos, já obedecendo a uma visão integrada.

A reforma universitária de 1968, amplamente dimensionada, trouxe novos estímulos tendentes a prolongar a escolaridade de grau superior, visando à pesquisa e aos estudos de alto nível.

Importantes ocorrências, anteriores a 1968, prepararam o incremento da pós-graduação, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961), o Plano Nacional de Educação (1962, com reformulações em 1964 e 1965), o Estatuto do Magistério (1965), a Reforma das Universidades Federais (1966) e, no terreno jurisprudencial, o Parecer nº 977/65, do Conselho Federal de Educação conceituando os cursos de pós-graduação e balizando seus princípios fundamentais. Mas é somente a partir de 1966 que se institucionalizam os cursos de pós-graduação, consolidando-se na pirâmide educacional brasileira, o que viria a ser considerado o ensino de quarto grau.

Com o Parecer nº 77/69, o Conselho Federal de Educação baixou normas para o credenciamento desses cursos.

Em 1972 realiza-se, em Brasília, o 19º Simpósio de Política Nacional de Pós-Graduação, com o levantamento global dos problemas da área.

Finalmente, como resultado dos esforços iniciais do Conselho Nacional de Pós-Graduação, instituído em 1974, é aprovado pela Presidência da República o PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - julho de 1975 - que veio "coroar um conjunto de medidas, já em plena implementação, destinadas a assegurar o ordenamento da expansão sem descuidar dos padrões qualitativos da educação ministrada".

Assim, se entendermos por ação política, "a maneira de conduzir os negócios do Estado com vistas ao alcance de determinadas objetivos" (1) e, a esse conceito, associarmos o de planejamento "como o processo sistematizado atra

vés do qual poderemos dar maior eficiência a uma atividade para num prazo maior ou menor alcançar o conjunto de metas estabelecidas " (2) só poderemos identificar POLÍTICA EDUCACIONAL na área do ensino pós-graduada a partir do PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Tal afirmativa, é evidente, não alija o reconhecimento de que houve desde os primórdios do ensino superior no país - e isto a partir de 1827 com a área jurídica - grau posterior ao da graduação.

Foram, entretanto, tentativas objetivando apenas a realização de exames para a obtenção do título de doutor e não o ensino ou curso para atingir o respectivo grau. Tão pouco essas tentativas estavam institucionalmente ligadas a quaisquer programas de expansão. Os resultados imediatos bastavam a si próprios, desvinculadas de um conjunto orgânico e integral. Pulverizaram-se no tempo.

Apesar das variadas reformas do ensino superior, que se sucederam a partir de 1895 até 1968, a pós-graduação não ultrapassou, naquele longo período de tempo, o status de apêndice ou de acessório do ensino de nível superior. O própria Plano Nacional de Educação (1962) que acima mencionamos, "planificação ampla, segura, com base financeira e econômica, a substituir o velho regime das soluções parciais e desordenadas" (3), não contem nenhuma referência específica sobre a pós-graduação.

Somente na revisão de 1965, ao incorporar um estudo especial do Conselheiro Dummerval Trigueira, defendeu, entre outras, "iniciativas de caráter regional ou nacional como Centros Pós-Graduados de Treinamento de Professores" e deu grande ênfase ao incremento e expansão da pesquisa criadora e de nível elevado "como recurso instrumental necessário a elaboração do saber." (4)

Se abandonarmos a visão global da pós-graduação e restringirmos nossas observações à área do ensino jurídico, notaremos uma insuficiência muito maior. Tal carência é flagrante, não apenas no que se refere a uma POLÍTICA EDUCACIONAL que, segunda vimos, a partir de um enfoque estritamente científica é recente para todas as áreas, mas ao próprio mecanismo de instalação e funcionamento dos cursos, alheiado à institucionalização de uma ação conjunta e homogênea.

Colocando à parte as primeiras experiências para a obtenção do grau de doutor, que datam do século passado, observamos que no quadro geral dos

Cursos de Pós-Graduação, estruturado nos últimos quinze anos, o Direito teve um aparecimento tardio.

Traduzindo em números esse atraso, registra-se que dos 750 cursos de pós-graduação operando no país, em meados de 1977, abrigando cerca de 32,000 alunos, apenas 10 pertenciam à área do Direito, com matrícula estimada de 800 cursistas, o que expressa os seguintes percentuais: 1,33% dos cursos e 2,5P/0 dos graduandos. (5)

Em face dessas circunstâncias, a pós-graduação na área do Direito apresenta uma série de problemas de ordem institucional, de desempenho e de expansão, distintos daqueles das demais áreas.

Tais problemas somente foram detectados sob critérios metodológicos a partir de 1963, mediante alguns levantamentos a base de amostragem. (6)

O Plano Nacional de Pós-Graduação foi o primeiro esforço governamental, concentrado, para a coordenação, planejamento, execução e normalização das atividades no setor. Previsto para um quinquênio a partir de 1975, completa três anos de execução.

Ora, dentro da boa técnica, um planejamento implica em quatro fases básicas: o conhecimento da realidade (ou situação), a decisão, a ação e a crítica. Esta última fase, ou seja, "o conjunto de processos ou subprocessos de acompanhamento, controle e avaliação do desempenho de determinadas operações objetivando "realimentar" o processo decisório tendo em vista a correção de desvios ou distorções do processo executivo (ação) na consecução dos objetivos estabelecidos" será o objetivo final deste trabalho, tendo como material de referência o próprio Plano Nacional de Pós-Graduação, visualizado na área específica do ensino jurídico, a nível de mestrado e doutorado.

Tendo como objetivo fundamental TRANSFORMAR AS UNIVERSIDADES EM VERDADEIROS CENTROS DE ATIVIDADES CRIATIVAS PERMANENTES, o Plano Nacional de Pós-Graduação está, apoiado numa política tridimensional - INSTITUCIONALIZAÇÃO, DESEMPENHO e EXPANSÃO,

Esta política educacional se desenvolve e toma corpo nas seguintes diretrizes básicas:

" I - INSTITUCIONALIZAR o sistema, CONSOLIDANDO-O com atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe um financiamento estável;

- II - ELEVAR os seus atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização * dos recursos, AUUMENTANDO o rendimento e a produtividade dos processos de trabalho, ASSEGURANDO a melhor qualidade possível dos cursos;
- III - PLANEJAR sua expansão em direção a uma estrutura rnais equilibrada entre as áreas de trabalho educacional, e científico e entre as regiões do país, MINIMIZANDO a pressão atualmente suportada por esta parte do sistema universitário, AUUMENTANDO a eficácia dos investimentos, e AMPLIANDO o patrimônio cultural e científico."

É, sem dúvida, um elenco ambicioso de metas, dependendo, o seu atingimento, de um intrincado processo de compatibilização administrativa, financeira e pedagógica. Exige, ainda, um desenvolvimento harmonioso de suas três dimensões.

Propomo-nos, neste trabalho, inicialmente, a examinar a legislação e a jurisprudência referente ao ensino pós-graduado, no campo do Direito, bem como a doutrina de especialistas na área, expressa em trabalhos dos mais variados tipos ou em depoimentos pessoais, a fim de compor um quadro geral da evolução do ensino jurídico em nosso país - hoje sesquicentenário - com enfoque especial sobre os níveis de mestrado e doutorado.

Desse exame crítico surgirão várias indagações e para responde — -las, embora tentativamente, apresentaremos, na íntegra, o relatório da pesquisa que desenvolvemos nos cursos de pós-graduação em direito.

Partindo da situação detectada em 1975 pelo PNPg e da política, objetivos e diretrizes do mesmo, examinaremos as medidas, iniciativas e estratégias — gias adotadas nos cursos, bem como os resultados neles obtidos,

A seguir faremos um confronto [avaliação) 1) entre as medidas e estratégias recomendadas pelo PNPg e aquelas medidas e estratégias praticadas nos cursos, e 2) entre a situação detectada em 1975 e os respectivos resultados atuais.

Obtidas as diferenças, faremos uma análise da proveniência das mos mas, ou seja, registraremos ou as, anorrelas ou defasagens que decorrem do próprio PNPg, isto é, da política governamental, ou da aplicação do PNPg na esfera de responsabilidade dos Cursos. Em ambos os casos serão apresentadas proposições concretas, a fim de compatibilizar a relação OBJETIVOS - ESTRATÉGIAS - RESULTADOS .

Não ocultamos nossa confiança em que essas proposições serão oportunas e cabíveis, pois a natureza do planejamento expresso no PNPg, segundo ele próprio registra, é INDICATIVA, "é uma opção feita na convicção de que as alternativas de implantação e de reformulação serão analisadas, discutidas e transacionadas a partir destas diretrizes, de acordo com a sua coerência e adequação às condições, organizacionais das instituições, às necessidades e às metas nacionais",

1,2 - Explicações

I várias são as limitações deste trabalho, as quais nos apressamos a registrar, independentes daquelas que ainda poderão ser observadas,

1.2.1 - De Ordem Teórica

I Para apreender e delinear com exatidão a política educacional, riião só como se apresenta no presente, consubstanciada no PNPg, mas como se desenvolveu historicamente, ter-se-ia que compulsar uma série de documentos - leis, decretos, pronunciamentos, anais - em número maior do que foi possível examinar. Todo esse material - à exceção das leis e decretos, de fácil acesso e controle catalográfico - está pulverizado em variadas publicações, algumas de reduzidíssima tiragem ou de circulação apenas interna.

Reconhecemos que apesar da exaustiva pesquisa que desenvolvemos nas bibliotecas, e às vezes nos próprios arquivos, de várias instituições como a CAPES, CfluB, CFE, DAU e CNPq (Brasília), na Biblioteca Nacional (Rj), no CEE (SC) e nas bibliotecas centrais ou setoriais de universidades ou nos próprios cursos de pós-graduação (SC, SP, MG, RJ e DF), alguns documentos deixaram de ser examinados, em face dessa escassez e dispersão..

Disto resultou, naturalmente, várias omissões, lacunas e mesmo, imperfeições no desenvolvimento da história da pós-graduação na área pesquisada,

1.2.2 - De Ordem Operacional

A pesquisa, além das observações pessoais do Autor, foi programada para entrevistar coordenadores, professores e graduandos na sua tota-

lidade. Tal projeto, entretanto, tornou-se parcialmente inexecuvel,

Dos dez cursos existentes, sete foram pesquisados pessoalmente e com auxílio de questionários e formulários (UFSC, USP, PUC-SP, UFMG, UnB, PUC-RJ e UFRj) e três somente com formulários (UFBa, UFPe e UFCE). É bem verdade, com referência a estes três, que, embora não visitados pessoalmente o Autor manteve contactos informais com os respectivos pro-Reitores (HI ENCONTRO DOS PRÔ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - Belo Horizonte-MG - 29/31-08-77) e entrevistou formalmente o Coordenador do curso da UFPe (111ª JORNADA LATINO-AMERICANA DE METODOLOGIA DO ENSINO DO DIREITO - Santa Maria-RS - 7/10-10-77).

Apesar dessa extensa gama de visitas, entrevistas pessoais e aplicação de questionários e formulários nos dez cursos, não foi possível obter o pronunciamento de todos os professores e graduandos, em face de várias dificuldades de ordem prática, que, pelo óbvio, deixamos de assinalar,

O número de formulários respondidos representa 29 % da totalidade dos professores e 31% da totalidade dos graduandos.

Os questionários referentes aos cursos, respondidos pela própria Coordenação, atingiram cem por cento do total.

Em resumo, os dados referentes a professores e graduandos valem como amostragem, Não representam a totalidade do universo pesquisado. Entretanto, os dados e informações globais sobre os cursos espelham todo o campo programado,

Na análise dos elementos pesquisados, não se dará ênfase aos cursos individualmente, mas sim às estratégias e resultados verificados, num contexto global, considerados linearmente. A pesquisa, fundamentalmente, não visou ao levantamento formal de cada Curso como fim em si mesmo, Este levantamento foi o meio para avaliar a execução do PNPg nos cursos existentes,

1, 2, 3 - De Origem Regimental ■

Ao estabelecer linhas de pesquisas quis, o Curso de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, canalizar as observações e reflexões de docentes e mestrados para a construção de um MODELO BRASILEIRO a ser atingido pela composição de vários modelos setoriais.

Dessa grande temática, chamou-nos especialmente a atenção o MODELO

SdCIO-CULTURAL e, nele, o enfoque da POLÍTICA EDUCACIONAL E O EXAME CRÍTICO DA LEGISLAÇÃO DO ENSINO COM VISTA A PROPOSIÇÕES CONCRETAS.

Elegemos esse tema para a presente dissertação porque, além de pertencer na sua essencialidade à área da especulação pedagógica, onde temos prolongada vivência, está umbilicalmente preso ao campo do DIREITO ADMINISTRATIVO, por tratar-se de estudo e análise da legislação do ensino, É apoiado nessa legislação que o Estado institucionaliza a sua política educacional e traça as linhas básicas da administração dos seus cursos.

1, 2, 4 - De Ordem Especial

a - O período de pesquisa de campo coincidiu com a eclosão de graves agitações estudantis no setor universitário, greves, passeatas, suspensões, prisões e expulsões de alunos, culminando com a ocupação de instituições por tropas militares.

Tais fatos criaram um clima emocional desfavorável ao desenvolvimento do trabalho, causando-lhe, alguns embargos e restrições.

b - Tínhamos, inicialmente, projetado esta dissertação em dimensões muito modestas. Entretanto, graças ao interesse demonstrado pelo Departamento de Assuntos Universitários - DAU e pela Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, órgãos do Ministério da Educação e Cultura, os quais, além do apoio logístico, propiciaram os meios financeiros para a realização da pesquisa, pudemos ampliar o projeto, dando-lhe no sentido e dimensão.

Em contrapartida, o Autor assumiu os seguintes compromissos com a CAPES;

- 1) Entregar, até 31 de dezembro de 1977, os resultados preliminares do processamento dos instrumentos de coleta;
- 2) entregar, até 15 de junho de 1978, a crítica do material coletado e as respectivas sugestões e conclusões,

c - Cabe, finalmente, uma advertência,

O presente trabalho foi esboçado, desenvolvido, redigido a

impresso no período de 14 de abril de 1977 a 14 de junho de 1978, A pesquisa pro priamente dita -- obsen/ações e coleta de dados -- ocorreu entre 13 de junho e 31 de outubro de 1977, fase de intensa reestruturação dos cursos de pós-graduação em Direito,

Todos, com maior ou menor intensidade, estavam elaborando novos planos, refundindo regimentos, alterando a estrutura curricular, contratando n_o vos professores,

A maioria preparava ou reformulava os processos referentes aos pe didos de credenciamento junto ao Conselho Federal de Educação,

Assim, muitos dados colhidos ou oferecidos tem caráter de interinidade, o que nos faz correr o risco de que algumas informações, opiniões ou observações aqui registradas, nossas ou alheias, possam estar ultrapassadas no momento da divulgação desse trabalho. Entretanto, estamos certos, tais deficiências serão mais de detalhes que de essência, e não prejudicarão, em profundidadç, as proposições apresentadas ao final.

NOTAS DO CAPÍTULO 1

1. Osvaldo Ferreira de Melo - Dicionário de Direito Político, no prelo, Forense,
2. Horácio Martins de Carvalho - Introdução à Teoria do Planejamento, São Paulo, Editora Brasileira, 1975, p. 29.
3. Celso Kelly - Notícia Histórica - Prefácio do PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-MEC - CFE - R. J. - Gráfica Tupy Ltda. 1962.
4. Dumerval Trigueiro - Estudo Especial, in PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Revisão de 1965 - R/EC - CFE - R. J. - Gráfica Tupy Ltda. 1965.
5. Convencionamos denominar CURSO, como unidade, o conglomerado administração - professor - graduando vinculado à mesma instituição, disciplinado pelo mesmo regimento e sob a chefia de um único Coordenador, independente do número de áreas de concentração, das opções oferecidas, e do nível terminal (Mestrado e/ou Doutorado).
Exemplo: O Catálogo de Cursos da Pós-Graduação de CAPES edição de 1976 - DIREITO - relaciona nove Cursos na USP todos a nível de Mestrado e Doutorado, o que poderia, até, ser considerado dezoito cursos, Para nós, entretanto, será apenas um Curso, pois todos estão vinculados à Universidade de São Paulo, tem um só Regimento, o mesmo pessoal de apoio a um único Coordenador, É, de direito e de fato, uma unidade.
6. a)- Avaliação da REFORMA UNIVERSITÁRIA nas Universidades Federais - 2 volumes. Sobre a pós-graduação; p. 465 a 481 e 559 a 562. Pesquisa desenvolvida entre julho de 1973 e fevereiro de 1974; publicada em 1975.
b)- PESQUISA FUNDAMENTAL E PÓS-GRADUAÇÃO - DIREITO - Coordenador; Joaquim de Arruda Falcão Neto - Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Ministério da Educação e Cultura, Pesquisa desenvolvida durante os meses de dezembro de 1973 e março de 1974; publicada em 1974,
7. Ver QUADRO GERAL DA PESQUISA à p, 157.

2 - EXAME CRÍTICO DA LEGISLAÇÃO SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO DO ENSINO
JURÍDICO NO BRASIL.

2.1 - Período anterior a Lei de Diretrizes e Bases da Educa
ção Nacional.

2.2 - Período posterior à Lei de Diretrizes e Bases da Edu-
cação Nacional.

2,1 - Período anterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A história da pós-graduação no ensino jurídico brasileiro pode ser inicialmente convencionada com a Carta de Lei de 11 de agosto de 1827, votada pela Assembléia Geral e sancionada por D. Pedro I,

Este diploma, que determinou a criação de dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda, dispôs em seu artigo 92;

"Os que freqüentarem os cinco anos de qualquer dos Cursos, com a aprovação, conseguirão o grau de Bacharéis formados, Haverá também o grau de Doutor, que será conferido aqueles que se habilitarem com os requisitos que se verificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e só os que obtiverem poderão ser escolhidos para Lente," x"

Transcorridos cinquenta anos da lei precursora, o Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879, ideologicamente liberal, conhecido como a Reforma Leôncio de Carvalho - Ministro do Império no Gabinete Sinimbu -, ou simplesmente como a Reforma do Ensino Livre, a par de disposições que se tomaram célebres e controvertidas, como as constantes do parágrafo 62 do artigo 20, cancelou a exigência do doutoramento como condição para inscrição em concurso de Lente,

Mas o liberalismo do Decreto nº 7247, pelos seus danosos efeitos e a violenta oposição que suscitou, não duraria mais de quinze anos,

Com a Lei nº 314, de 30 de outubro de 1895, que reorganizou o ensino das Faculdades de Direito da República, e o conseqüente Decreto nº 2226, de 12 de fevereiro de 1896, que aprovou os Estatutos das mesmas Faculdades, conforme autorização conferida pelo artigo II da referida Lei, entre outras recolocações, é restabelecida a condição de prévio doutoramento.

Entretanto, é no Decreto nº 2226, de 12 de fevereiro de 1896, que encontramos, com todos os detalhes, as condições para defesa de tese e dissertação, necessárias à obtenção do grau de doutor e o próprio cerimonial da colação do respectivo grau.

Convém examinar a tnacêria, uma vez que tais dispositivos nos fazem entender a boa dose de misticismo que, ainda hoje, envolve a elaboração e apresentação da tese de doutorado e a dissertação de mestrado, assunto que, oportunamente, ainda voltaremos a comentar,

O ritual era pomposo e complicado, tendo como modelo as tradicionais universidades européias e, em especial, a de Coimbra,

Para obter o grau de doutor o postulante requeria sua inscrição para defender tese ao diretor da Faculdade, instruindo seu pedido com a carta de bacharel e a folha corrida.

Os lentes em exercício organizavam uma lista de dez questões e, entre elas, o doutorando escolhia três, sobre as quais escreveria as proposições (teses) e a dissertação, esta sobre assunto importante à livre escolha do Candidato, referente a qualquer cadeira do Curso. As teses, antes da defesa pública e oral, eram examinadas por uma Comissão de Lentes e somente seriam defendidas se obtivessem aprovação prévia. A dissertação era lida pelo doutorando, na primeira hora do dia marcado para a defesa das teses e entregue logo ao Presidente da Comissão, formada por cinco Lentes, e, sobre ela, seguia-se uma arguição feita pelo lente mais antigo. Logo após, as teses eram debatidas, (2)

Nada, porém, era comparável à sessão de colação de grau, cujo capítulo, regulador transcreveremos na íntegra, para que não se perca o sabor da magnificência e o exagero do formalismo, quase cabalístico, cujos resquícios, ainda hoje, assustam mestrandos e doutorandos, numa espécie de tejr;atávico cultural! (3),

Em 1901, com o Decreto n° 3890, de 1º de janeiro, é aprovado novo código para os Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário dependentes do Ministro de Justiça e Negócios Interiores, Passou ao registro histórico como a Reforma Epitácio Pessoa,

Há várias disposições referentes ao doutorado, O art, 57 permite sejam admitidos a concurso nos institutos de ensino superior os brasileiros que se acharem no gjozo dos direitos civis e políticos e possuírem o grau de doutor, bacharel ou engenheiro pelo estabelecimento onde houver a vaga ou por outros a ele equiparados. Dispõe o art, 230 que o candidato, quando for profissional diplomado por institução estrangeira e que, além dessa habilitação para exercer os misteres do seu grau, pretender o diploma de doutor ou bacharel em ciências jurídicas e sociais ou de doutor em medicina por alguma faculdade brasileira, se sujeitara no dias ind

cadGS pelo diretor, e nas épocas próprias, aos exames de todas as disciplinas do curso respectivo e, para o grau de doutor, à defesa de tese.

Nas disposições transitórias, resguardam-se os direitos adquiridos: "a exigência do grau de doutor ou bacharel, ou outras condições para o exercício dos caírgos que, por esse código, dependem delas, não se entenderá (sic] com os atuais serventuários dos mencionados cargos, que não os possuírem,"

Transcorridos dez anos, implanta-se a Reforma Rivadávia, expressa na Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República (Decreto n 2 8659 , de 5 de abril de 1911), complementado pelo Regulamento das Faculdades de Direito(Decreto n2 8662, da mesma data),

A principal inovação dessa reforma é substituir a função fiscal do Estado por um Conselho Superior de Ensino, integrada pelos diretores das Faculdades e Escolas Superiores então existentes, Hiei' arquiza-se a corporação docente de ceda instituto de ensino superior, distribuida entre professores ordinários, professores extraordinários efetivos, professores extraordinários honorários, mestres e livres docentes, compondo, os professores ordinários e os mestres, a corporação docente do Colégio Pedro II,

Para o ingresso à carreira, por nomeação governamental, estipulam—se concursos de títulos e provas para os professores extraordinários efetivos e, para os livres docentes, apresentação de trabalho original especialmente elaborado para obter a habilitação, a ser examinado por uma Comissão de três docentes da Congregação, que se manifestará sobre o valor e a originalidade do referido trabalho.

Não há nenhuma referência expressa sobre a titulação do doutor ou sobre o doutoramento, nem como condição para ingresso nem como formação profissional.

Mas a Reforma Rivadávia não se manteria por muito tempo. Segue—se com o Decreto n s 4530, a 18 dsmarço de 1915, a Reforma Carlos Maximiliano, que reorganiza o ensino secundário e superior da República, Mantém o Conselho Superior de Ensino 8 hierarquiza o corpo docente em professores catêdráticos, professores substitutos, professores honorários, professores simplesmente (sic) e livrs docentes. Os' professores catêdráticos são nomeados para a regência efetiva da cadeira. Continuaram os concursos públicos para livres docentes, extensivos, agora, aos professores substitutos: trabalho escrito de real valor, arguição por ban

ca examinadora, prova prática quando comportar a preleção de 40 minutos sobre ponto sorteado.

Afora o dispositivo que implanta a facultatividade da defesa de tese nas faculdades de Medicina e Direito, a ser disciplinado pelos respectivos regulamentos, a omissão é completa sobre as condições do doutoramento ou o próprio título de doutor, o que não deve causar espécie, pois o Decreto 11530 dedicou ao ensino jurídico somente seis artigos, (4)

A última das grandes reformas da fase anterior à Revolução de 1930, foi introduzida com o Decreto n.º 16782 A, de 13 de janeiro de 1925, conhecida como a Reforma João Luiz Alves,

Apesar de importantes inovações como a criação do Departamento Nacional de Ensino e o Conselho Nacional de Ensino — este em substituição ao Conselho Superior de Ensino da Reforma Rivadavia —, o novo decreto manteve as linhas tradicionais das reformas anteriores, quanto ao remanejamento curricular, e nada apresentou sobre a instituição do doutorado nas Faculdades de Direito, continuando o instituto a ser regido pelas disposições tradicionalmente aceitas em 1827, com o tratamento dado em 1896,

Com um toque melancólico, assinala Alberto Venâncio Filho que estava encerrada, assim, "a série de reformas que os governos republicanos até 1930 tentaram reformular o ensino superior, no qual ocupava papel de primeiro plano o ensino jurídico, sem lograr maiores êxitos nessa iniciativa," (s)

A Reforma Francisco Campos, introduzida com o Decreto n.º 19851, de 11 de abril de 1931, é peça de importância na evolução da pós-graduação brasileira, pois assinala um período de transição, uma espécie de marco definitivo, entre a primitiva regulamentação de 1827 (Carta de Lei de 11 de agosto) e as atuais disposições que, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de dezembro de 1961, informam este instituto educacional,

A importância da Reforma Francisco Campos não se limita à Lei Orgânica do Ensino de 1931 mas se estende por toda a legislação, posterior, deflagrada pelo espírito renovador da época.

Examinando vários documentos dessa dinâmica fase da educação brasileira, pode-se encontrar vários dispositivos sobre o curso de doutorado, A come —

çar pela própria exposição de motivos que acompanhou o ante-projeto da reforma do ensino superior da República, acima citada, endereçada no Governo Provisório em

2. de abril de 1931, pelo Ministro Francisco Campos que, na parte referente à universidade do Rio de Janeiro, assinala que "o curso de Direito foi desdobrado em dois: um de bacharelado e outro de doutorado", acrescentando que "separado do curso de bacharelado, o curso de doutorado se destina especialmente a formação dos futuros professores de Direito, na qual é imprescindível abrir aos estudos de alta cultura, dispensáveis àqueles que se destinam apenas à prática do direito, o curso de doutorado se distribui, naturalmente, em três grandes divisões: a do Direito Privado, a do Direito Público Constitucional e a do Direito Penal e Ciências Criminalógicas",

Transcorridos quatro anos da Reforma Francisco Campos e, agora, sendo W ministro da Educação e Cultura o Dr. Gustavo Capanema, a legislação do ensino é modificada na parte referente aos cursos de Doutorado, A Lei 114, de 11 de novembro de 1935 — registre-se que foi o único diploma legal isolado, específico, sobre Doutorado, que encontramos em nossa pesquisa — dispôs, inicialmente, sobre a facultatividade da existência do curso de doutorado a juízo das respectivas Congregações, A decisão, sobre a instalação ou supressão do curso obedecia, nas faculdades oficiais ou reconhecidas, às seguintes condições básicas:

O pronunciamento da Congregação seria tomado por maioria de votos, tendo em vista a conveniência ou não da existência do curso; a supressão do curso não prejudicaria os alunos regularmente matriculados, aos quais ficaria assegurado o direito de conclusão dos estudos; suprimido o curso, os professores seriam aproveitados nas cátedras de matérias afins do curso de bacharelado; ficaria ressalvado, a qualquer tempo, o direito de interessados, em número nunca inferior a vinte e cinco, de requererem a instalação do curso de doutorado,

Além de outras disposições quanto a recursos ao Conselho Nacional de Educação, referente à instalação ou supressão do curso, a Lei 114 determinou várias transferências de cadeiras de curso de doutorado para o bacharelado, com a indicação das séries para as quais seriam remanejadas,

O primeiro Estatuto da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 21321, de 18 de janeiro de 1946, relacionou, entre os cursos universitários, os de doutorado (art. 71), que seriam criados pelas escolas e faculdades, definidos nos respectivos regimentos, segundo as conveniências específicas (art. 77),,

Por essa época é elaborado e entra no Congresso Nacional projeto de lei

(6) definindo as diretrizes e as bases da educação nacional, onde "lhe estaria reservada uma longa e acidentada rota" (7). Foram quatorze anos de alternadas fases de exacerbadas críticas, de controvérsias e de inquietantes esquecimentos. Não cabe neste estudo, evocar a agitação quase frenética que acompanhou os primeiros anos de implantação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, endeusada par aqueles que somente pressentiam as grandes aberturas para a descentralização g a desuniformização e temida pelos que nela viam, apenas, o veículo do caos e da desagregação,

Mas havia, como sempre há, o contingente dos que não se deixam arrastar pela rede das paixões políticas ou f ilo:íco-religiosas e, graças a esses, a memorável Lei n 9 4024, de 20 de dezembro de 1961 foi, aos poucos, enquadrada nas suas reais dimensões e entendida no seu verdadeiro significado; o de ser um instrumento ágil de trabalho nos quadros institucionais de um país em rápido desenvolvimento.

Com a vigência da LDB tem início a fase mais relevante do ensino em ní — vel de pós-graduação, e o desdobramento desta fase se confunde, sem solução de continuidade, com o período atual.

O foco motivador do movimento para a definição e reestruturação dos Cursos de Pós-Graduação insere-se na letra "b" do art, 69; "nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos; a) (...); b) de pós — graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido respectivo diploma."

Como decorrência imediata da vigência da LDB, instala-se o Conselho Federal de Educação, a 12 de fevereiro de 1962, o que inaugurou uma nova era na educação brasileira, uma vez que aos noveis princípios da LDB estava assegurada, pelo alto teor do recém composto colegiado', uma adequada implantação, (s)

A partir de 1961 ocorreram mudanças tão profundas na área de nível pós graduado, tanto em conceitualização como em operacionalidade, que não há nenhum exagero em afirmar que somente a partir de então esse grau de ensino transformou — se em elemento capaz de influir decisivamente na estrutura tecnológica e social do país,

Se observarmos a área jurídica notaremos que, apesar do seu históri-

cismo sesquicentenário, somente agora está evoluindo para a sua efetiva estabilização,

Como ocorreram essas mudanças, em horizontalidade ou em superposição, nesses últimos quinze anos, é o que abordaremos mediante o exame de leis, pareceres, estudos de professores e jurisperitos, e os debates e conclusões dos principais seminários, simpósios, encontros e outras reuniões realizadas entre 1962 e 1977, patrocinadas por entidades nacionais e estrangeiras. (9)

Adotaremos o critério cronológico, independente da natureza ou importância do evento.

2.2. - Período posterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Os três primeiros anos de funcionamento do Conselho Federal de Educação, foram concentrados em atividades básicas para definir e operacionalizar as novas diretrizes e bases da educação e no planejamento da aplicação das verbas constitucionais, estas, do Plano Nacional de Educação, então recém-instituído. (10)

Dedicou-se, ainda, o C.F.E., a uma série de providências fundamentais, algumas de ordem setorial, como a reestruturação de várias universidades federais; outras no contexto geral como a alfabetização de adultos, o I Censo Escalar Nacional, a reunião do C.F.E. com os Conselhos Estaduais de Educação e a 1ª Conferência Nacional de Educação.

Na esfera executiva, é promulgada a Lei 4881-A, de 6 de dezembro de 1966 instituindo o regime jurídico do pessoal docente de nível superior vinculado à administração federal (Estatuto do Magistério). Para alguns estudiosos da história da educação pátria, teria sido este o momento formal que assinalaria o início da Reforma Universitária brasileira,

Para o nosso estudo, o importante no momento é o seu art. 25, que conferiu ao Conselho Federal de Educação a incumbência de, no prazo de sessenta dias a contar da publicação da Lei, conceituar os cursos de pós-graduação e fixar-lhes as respectivas características. Uma indicação do Conselheiro Clóvis Salgado, solicitou esta conceituação, pois a definição da letra "b" do art. 69 da LDB "era um tanto vaga, prestando-se a interpretações discordantes."

Coube ao Conselheiro Newton Sucupira § em erudito trabalho de cunho doutrinário e histórico, que é subscrito por ele, Relator, e pelos membros da Comissão de Ensino Superior, situar, definir e caracterizar a pós-graduação à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da realidade brasileira, a nível de mestrado e doutorado.

Todo o sistema de pós-graduação nacional, destinado à formação de mestres e doutores, apoia-se, ainda hoje, nos dezesseis itens que consubstanciam as conclusões da Comissão no referido parecer, que recebeu o n° 977/65, (11)

A partir dessa orientação, a pós-graduação tomou grande impulso, os estudos teóricos a respeito da estrutura e filosofia dos cursos e da sua própria operacionalidade multiplicaram-se com celeridade e, como resultado final, dezenas de cursos foram criados.

‘h Lei 4,881 A - Estatuto do Magistério - sucedem-se, nos quatro anos seguintes (1966-1969) várias normas de direito positivo que ampliam e consolidam a Reforma Universitária e, como consequência, especificamente na área do direito vão se refazendo obsoletas e acanhadas praxis referentes ao doutorado. No contexto geral, abre-se um amplo sistema de pós-graduação, com filosofia e operacionalidade adequadas aos novos tempos,

O DL, 53, de 18 de novembro de 1966 fixou, entre outros, princípios básicos e normas de organização para as universidades federais, dos quais destacamos a coexistência do ensino e da pesquisa; a concentração dos estudos básicos em moldes que se ajustem às várias soluções em curso; a exclusividade de cada setor profissional; a institucionalização das atividades interescolares; a supervisão dessas atividades ao nível da administração superior. Prescreve a plena utilização dos recursos da Universidade e proíbe a duplicação de meios para o mesmo fim. Determina a reunião de escolas existentes ou parte delas, numa única, sempre que ministrem o ensino da mesma ou de matérias afins,

várias dessas normas assumiram relevante importância no equacionamento da pós-graduação, relacionadas com problemas em debate até o presente, como a coexistência do ensino e da pesquisa e a supervisão das atividades interescolares ao nível da administração superior (institucionalização dos cursos),

As normas complementares ao decreto-lei 53 estão contidas no DL n° 252, de 28 de fevereiro de 1967, o sistema de departamentos é instituído efetiva

mente, como peça fundamental da nova estrutura universitária, não só do ponto de vista estrutural como funcional; enseja-se a possibilidade de estabelecer-se maós um nível de integração nas atividades universitárias, segundo critério setorial, são definidas as áreas fundamentais do conhecimento, correspondendo às ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas, às, geoclênclas, às ciências humana bem como à filosofia, às letras e às artes,

O DL 252 abriga somente dois dispositivos expressos sobre a pós-graduação: uma recomendação meramente burocrática sobre expedição de diplomas (art, 89,

§ 39) e a fixação do critério de economicidade quanto à criação de qualquer curso (art, 99), Entretanto os princípios e normas all desenvolvidos, comp no DL52 propiciaram ampla abertura no campo técnlco-administratlvo e pedagógico, de tal ordem que, sem eles, dificilmente poder-se-ia ter desenvolvido a atual política do ensino pós-graduado,

O processo de fixação G dinamização dos novos propósitos teve início quando, no Ministério da Educação e Cultura, foi instituído um Grupo de Trabalho para estudar a reforma universitária brasileira, "visando à sua eficiência, moderniza^{ção}, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível pa^{ra} o desenvolvimento do país" (D, n9 62,937, de 2 de julho de 1968),

O Grupo, de alto nível, poderia convocar a colaboração de educadores , cientistas, estudantes, especialistas em educação superior e representantes de outros setores governamentais,

O Relatório Geral, apresentado, no final dos trabalhos (D.O.U, de 23 de agosto de 1968) é um documento de valor Inestimável para o entendimento dos esforços dlspendllos nesse período reformulatórlo, na busca de soluções realistas e de medidas operacionais que permitiriam racionalizar a organização das atlvl^{da} des universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade.

Ao relatório foram anexados treze anteprojetos de decretos e quatro recomendações básicas que, no seu devido tempo, ou foram se corporlficando em normas de direito substantivo ou deram origem a novos e profícuos estudos,

A implantação da pós-graduação ocupou um capítulo próprio, onde se faz acurada e lúcida apreciação sobre a importância do ensino pos-graduado na Univer^sldade, segundo se lê no seu parágrafo Inicial; "na universidade moderna a pos-graduação constitui, por assim dizer, a cúpula de estudos, o nível de cursos em

que se desenvolve a pesquisa científica, se formam os quadros do magistério superior e se afirma a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária. A implantação sistemática dos estudos pós-graduados é condição básica para transformar a Universidade brasileira em centro criador de ciência, de cultura e de novas técnicas."

Ao repassar as funções múltiplas e aparentemente contraditórias da Universidade, na era tecnológica presente, o Grupo de Trabalho assinala a existência de "tensões inevitáveis e difíceis de conciliar, nos quadros tradicionais da instituição universitária,"

Essas tensões seriam oriundas da coexistência daquelas variadas funções e oscilariam entre a "criação de conhecimentos novos e a preparação de grande massa de estudantes para a vida profissional; entre as exigências da pesquisa fundamental ou aplicada, a busca de um meio de formação e expansão de personalidade,"

Foi apontada, como consequência das grandes falhas do sistema, a precariedade de treinamento de cientistas e da formação dos quadros docentes, surgindo, daí, "a urgência de se promover a implantação sistemática dos cursos pós-graduados, a fim de que possamos formar nossos próprios cientistas, professores, bem como tecnólogos de alto padrão",

Para romper o círculo vicioso que estrangula a formação pós-graduada, foi sugerida a promoção de "uma política nacional de pós graduação que coordene esforços e mobilize recursos materiais e humanos", a qual, para maior segurança de cumprimento, deveria ser expressa em normas de direito positivo,

Não hesitamos em afirmar que o recrudescimento das atenções governamentais para o ensino em nível de mestrado e doutorado, materializadas em projetos de grande envergadura, como os Centros Regionais de Pós Graduação, o Plano Nacional de Pós Graduação e os Distritos Geoeducacionais, tiveram suas nascentes nesse Relatório,

Como resultado imediato, ressalta-se a Lei n.º 5539, de 27 de novembro de 1968, que modificou dispositivos da Lei 4.881 A, de 6 de dezembro de 1965, Unificou as carreiras de professor e pesquisador, criou em cada Universidade uma Comissão Permanente de Regime de dedicação exclusiva, regulou a aplicação subsidiária do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, e assegurou aos professores contratados os mesmos direitos e deveres dos professores efetivos. Estabeleceu o

prazo máximo de quatro anos para que o auxiliar de ensino obtivesse o certificado de aprovação em curso de pós-graduação, sem o que seu contrato seria insuscetível de prorrogação,

A Lei 5.539, por sua vez, é complementada pelo DL 465, de 11 de fevereiro de 1969, e estabelece várias normas quanto à titulação oriunda da pós graduação "sensu stricto"; o professor assistente que obtiver o título de doutor será automaticamente equiparado a condição de professor adjunto; o título de mestre ou doutor constitui requisito para a inscrição em prova de habilitação à docência livre; o título de doutor assegura direito à inscrição para provimento de qualquer cargo ou função na carreira do magistério. Em qualquer hipótese, os cursos expedidores dos títulos deverão estar credenciados.

Submete, ainda, a admissão de professores pelo regime da CLT à observância da titulação exigida para as várias classes da carreira do magistério; estabelece regime de tempo integral para Reitores e Diretores; os professores catedráticos passam automaticamente a ser professores titulares e os pesquisadores a cargos de nível equiva]OmtG da carreira do magistério; fixa os cargos e funções da carreira de magistério nas classes de professor titular, professor adjunto e professor assistente. Fixa prazos de adaptação da Lei 5.539/68,

Observa-se, com o DL 465, que um círculo é fechado: A pós graduação é requisito básico para ingresso na carreira do magistério superior, mas os cursos que titulam os mestres e doutores devem estar credenciados.

As atenções voltam-se, então, para o credenciamento, culminando, no âmbito do Conselho Federal de Educação, com o Parecer n° 77/69, da Câmara de Ensino Superior, relatado pelo Conselheiro Newton Sucupira, e ratificado pelo Plenário daquela Casa em sessão de 10 de fevereiro de 1969,

O Parecer 77 contém normas gerais sobre o credenciamento (artigos 1 a 4); normas específicas sobre o pedido e condições do credenciamento (artigos 5 a 12, 14, e 18); disposições sobre o regime didático-científico dos cursos (art. 13) e medidas de controle e fiscalização (artigos 15 a 17),

Desse relevante documento, destacamos: a pós-graduação compreenderá dois níveis de formação. Mestrado e Doutorado, ambos com terminalidade própria e independentes; os cursos, via de regra, serão parte integrante da Universidade onde a mesma área seja ministrada em nível de graduação, mas em caráter excepcional poderão ser mantidas por instituições científicas ou culturais que ministrem excltj

sivamente tais cursos, A duração mínima dos estudos será de um ano para o mestrado e de dois para o doutorado, em áreas de concentração e de domínio conexo, exigindo-se, como conclusão do curso, para o Doutorado o preparo de tese e, para o Mestrado, uma dissertação ou trabalho equivalente. Define o que é "área de concentração" e de "domínio conexo", É adotado o regime de flexibilidade curricular, de liberdade de iniciativa do aluno, e o de acompanhamento dos seus estudos, por professor especialmente escolhido e designado. O critério para a aprovação dos professores é muito rigoroso, exigindo comprovação de alto domínio de sua especialidade, O credenciamento é válido por cinco anos, (12)

Na esteira das recomendações do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, é promulgada a Lei 5,540/68 que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Dispõe sobre a nova forma de organização direta da Universidade; manda que as escolas isoladas se incorporem à universidade ou se constituam em federações de escola; autoriza o MEC, mediante proposta do CFE, a fixar os distritos geoeducacionais (assunto que retorna em 1974 com a Portaria Ministerial nS 514) para fins de incorporação de escolas isoladas a universidades ou formação de federações; fixa os princípios organizacionais das universidades — unidade de patrimônio e organização; estrutura departamental; unidade das funções de ensino e pesquisa; racionalização de organização e plena utilização dos recursos materiais e humanos; universidade de campo; flexibilidade de métodos e critérios. Declara extinta a cátedra.

Esta lei recebe normas complementares com o DL nS 464, de 11 de fevereiro de 1969 que dispôs sobre autorização para funcionamento da univervidade, cria o ciclo comum em instituições de habilitação profissional e regulamentou a transformação dos cargos de professores catedráticos em professores titulares.

Com esses instrumentos legais completou-se o ciclo da Reforma Universitária. Seus efeitos sobre o desenvolvimento da pós graduação foram imediatos e expressivos, pois a complexa urdidura dos princípios e objetivos da Reforma tão bem analisada e posta a nível operacional pelo respectivo Grupo de Trabalho, levava, obviamente, à consecução de novos planos, completando-se, assim, o quadro institucional da educação no país em quatro níveis, sendo, o último, uma supereestrutura de cursos de pós-graduação, adequada à conferição dos graus de Mestre e Doutor.

Entretanto, as disposições sobre a pós-graduação como condição para o

atingimento da carreira do magistério, deram àquele grau de ensino sentido hierárquico e de escalonamento profissional, fizeram o estudo pós graduado ser não apenas "desejado" como "necessário".

De artigo de luxo passaria a gênero de primeira necessidade e esta dubiedade marca-o até o presente,

, Enquanto determinadas características intrínsecas dos cursos de pós-graduação leva-os a "elitização", sua função de "via única" à carreira do Magistério, toma-os inescapáveis à massificação, □ Grupo de Trabalho da Reforma Universitária assim viu o problema: "De um lado a Universidade não pode fugir à contingência de absorver o fluxo conatante de candidatos, conforme ao ideal democrático; doutra parte, para ser fiel a uma de suas dimensões essenciais, há de contribuir para a manutenção da alta cultura que permanece o privilégio de alguns",

Esta ambiguidade é o fulcro de muitas incertezas e perplexidades, agravadas na área do Direito porque, nesta, até como "via única" de acesso, está ocorrenda grande defasagem entre objetivos e desempenho real, segundo analisaremos no item 3,3,3 deste trabalho, (13)

No decorrer do ano de 1969 toma consistência o programa para implantação dos Centros Regionais de Pós Graduação criados pelo Decreto 63,343 de 11 de outubro de 1968, Uma Comissão Executiva é instituída com o Decreto de nS 64,085, de 11 de fevereiro de 1969 e, posteriormente, novas regras são adotadas para a efetiva operacionalidade do sistema (Decreto nS 67,350, de 6 de outubro de 1970),

O programa, entretanto, não teve a continuidade desejada e sobre o fato assim se refere o Ministério da Educação e Cultura (14) "a efêmera experiência dos Centros Regionais de Pós-Graduação foi absorvida com a criação do Conselho Nacional de Pós Graduação, ao elaborar, recentemente, o Plano Nacional de Pós Gra-
duação, que em suas diretrizes báscias destaca, mais uma vez, a necessidade de controle dos cursos de ensino fsós-graduados, para evitar o crescimento desordenf do," (15)

O principal evento do ano de 1970 foi a reformulação da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo decreto n9 66,662, de 5 de jçjnho, mais tarde remodelado pelo Decreto nS 74,299, de 1974,

Órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, criado pelo Decreto n.º 53,912, de 26 de maio de 1964, a CAPES é, efetivamente, a instituição nacional cujas atividades estão completamente voltadas para a pós-graduação, prograrrando, executando e distribuindo amplos recursos.

Atualmente, a CAPES é regida pelo disposto no Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 530 de 17 de outubro de 1975, do Ministério da Educação e Cultura, que lhe dá status de órgão central de direção superior e lhe atribui, primordialmente, colaborar com a direção do Departamento de Assuntos Universitários - DAU, na implantação da política nacional de pós-graduação, (16)

Ainda no ano de 1970, vários pareceres do Conselho Federal de Educação disciplinam assuntos atinentes à pós-graduação, explicitando temas já abordados em decisões anteriores, (1?)

Com o Decreto n.º 67,348, de 6 de outubro de 1970, é acionado um programa intensivo de pós-graduação nas áreas ligadas ao desenvolvimento tecnológico, a ser realizado em cursos de Mestrado e Doutorado, credenciados pelo Conselho Federal de Educação. Este, e outros programas congêneres, seriam, a partir de 1975, absorvidos pela nova estrutura oriunda do Plano Nacional de Pós Graduação,

já em 1973 avolumam-se os pedidos de credenciamento de cursos, junto ao Conselho Federal de Educação. Para disciplinar a matéria, aquele órgão baxou a Portaria n.º 95, de 6 de novembro do mesmo ano, implantando a padronização dos respectivos processos, pela utilização de uma bateria de formulários e a adção de um Manual de Instruções. Foi também regulamentada a tramitação dos papéis na Secretaria e no Plenário, até rejeição ou aprovação final esta com a homologação do Ministro da Educação e Cultura.

A Portaria 95 foi ligeiramente alterada pela Portaria n.º 288, de 18, 11, 74,

Duas iniciativas governamentais dão extraordinário impulso à Pós-Graduação, no decorrer do ano de 1974; a instituição do Conselho Nacional de Pós Graduação (Decreto n.º 73,411, de 4.01.74) e a fixação dos Distritos Geo-Educa — cionais (Portaria Ministerial n.º 514/74), que adequou o problema da dimensão espacial do sistema universitário brasileiro.

O Conselho Nacional ds PÓs Graduação teve como atribuições mestras elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação e propor as medidas necessárias à execução e constante atualização da política Nacional de PÓs Graduação.

A envergadura do trabalho a executar exigia completa integração dos órgãos e agências governamentais atuantes na área. Por isso, o Conselho foi composto pelo Ministro da Educação e Cultura, seu Presidente, pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral (Vice-Presidente) s mais o Secretário Geral do MEC o Presidente do BNDE, o Presidente do CNPq, o Presidente do CFE, o Diretor Geral do DAU, o Diretor Executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Diretor Executivo da CAPES, 2 Reitores de Universidades Federais e um Reitor de Universidade Particular.

No planejamento da pós-graduação seriam considerados os levantamentos e estimat^{as} das potencialidades das instituições universitárias, bem como a previsão das necessidades nacionais e regionais, para os próximos três anos (a partir de 197^{inclusive}), no tocante a docentes de ensino superior; pesquisadores nos diferentes ramos do saber e profissionais altamente especializados.

Ao estruturar o Plano Nacional de PÓs Graduação, a Comissão estabeleceria critérios para aplicar^{recursos} na instalação e desenvolvimento de Cursos de Mestr^{do} e Doutorado; avaliar a qualidade e resultados desses Cursos; atender no que couber às indicações do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico adotar, como esquema financeiro, um orçamento-programa plurianual, abrangendo t^{dos} os recursos a serem aplicados na área de pós-graduação por todos os órgãos f e^{derais} e outros estaduais e particulares que se integrarem no Plano, e' por recur^{sos} otóundos de empréstimos externos.

Após um ano e meio de trabalho, o Conselho conclui o Plano Nacio^{nal} de PÓs Graduação, o que estudaremos com detalhss no momento oportuno.

Os Distritos Geo-educacionais foram fixados em cumprimenta ao di^sposto no artigo 10 da Lei 5.540, de 28,11.68, assim redigido; O Ministério da Educação e Cultura, mediante proposta do Conselho Federal de Educação, fixará os distritos geo-educacionais para aglutinação, em universidades ou federação de e^scolas, dos estabelecimentos isolados de ensino superior existentes no país,

O Primeiro Plano Setorial de Educação e Cultura (1972-1974), integrando o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, enfatizou a fixação dos Distritos Geo educacionais, os quais permitiriam a adequação da

escola às necessidades do mercado de trabalho e a efetiva articulação escola-empresa (18), "resultando dele o conhecimento da população economicamente ativa, na faixa etária não atendida, as perdas ocorridas e a caracterização da rede escolar do ensino superior existente" (19).

Segundo a Portaria Ministerial 514/74, os distritos geo-educacionais são unidades geográficas, para os fins exclusivos de análise.:: do sistema educacional, cujos limites não são rígidos mas podem se deslocar quando isso for conveniente para a análise pretendida. Evidentemente, permanecerão condições diferenciais essenciais entre os vários distritos, mesmo dentro da mesma unidade da federação, exigindo portanto políticas específicas e distintas em função dessa diversidade.

Uma das importantes consequências práticas da fixação dos Distritos geo-educacionais é a sua utilização pelo Conselho Federal de Educação, na elaboração da política de expansão qualitativa e quantitativa do sistema universitário, o que inclui os cursos de pós-graduação, em consonância com a seguinte diretriz: "na apreciação de projetos e programas com vistas à agjutinação ou associação de estabelecimentos de ensino superior em universidades ou federações de escolas, bem como daqueles que visem à expansão do ensino superior no país, sejam observadas a situação e as necessidades da rede de ensino superior nos limites de cada distrito."

A instalação dos Distritos Geoeducacionais começou a ser incentivada ao final do ano de 1975. (20)

A continuidade deste trabalho, como sedimentação dos princípios da reforma universitária, trará notáveis resultados para a estabilização desempenho e extensão do ensino em nível pós-graduado.

Nos anos de 1973 e 1974 procedem-se, por amostragem, a dois levantamentos dos Cursos de Pós Graduação, dados à publicidade, respectivamente, em 1975 e 1974.

O primeiro deles, elaborado e publicado em 1974, teve, na área de direito, a coordenação do Prof. Joaquim de Arruda Falcão Neto.

Parte integrante do acompanhamento da execução do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o grupo responsável fez uma avaliação sobre pesqui sa fundamental e pós-graduação na área do direito.

Este trabalho integrou uma pesquisa em larga escala, a cargo de diversos grupos de trabalho, abrangendo 37 áreas da ciência e da tecnologia, tendo como entidades promotoras os Ministérios da Educação e Cultura e do Planejamento e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico,

Uma síntese das principais observações e conclusões do grupo coordenado pelo Professor Falcão nos aponta que:

- 1) a pesquisa atualmente (1973) desenvolvida nas universidades brasileiras na área jurídica praticamente inexistente;
- 2) não há disponibilidade de tempo, da parte dos professores, para a realização de pesquisas, gerando uma indiferença generalizada na área, principalmente quando se trata de pesquisa fundamental ou pura, desinteressada;
- 3) as poucas atividades de pesquisa estão centralizadas no estudo da dogmática jurídica, que diz respeito mais de perto à atividade profissional do jurista;
- 4) falta de credenciamento dos cursos pelo CFE;
- 5) carência de recursos específicos;
- 6) ausência de pesquisadores qualificados;
- 7) 08 cursos dependem de recursos orçamentários oriundos das taxas dos alunos, o que tornam os cursos vulneráveis às pressões imediatistas, ligados ao interesse profissional dos cursistas, o jogo dos interesses pragmáticos alijam os objetivos de desenvolvimento científico a longo prazo;
- 8) somente poucos alunos estudam em tempo integral.

As sugestões apresentadas para vencer estas deficiências e limitações giram em torno da necessária ampliação dos programas que visam à "concessão de recursos para fixação de pessoal docente, para bolsas de estudo, para programas de pesquisas e até mesmo para reequipamento de bibliotecas,"

E acrescenta o relatório.: "A principal limitação que surge para a área é a possibilidade de pleitear tais recursos na medida em que a área não é considerada como prioritária para o desenvolvimento do país."

Sobre esta limitação, com tanta precisão detectada pelo Grupo de Trabalho, já foi dado um passo decisivo para saná-la, pelo menos no âmbito doutrinário. Será — nos ao Seminário sobre ensino jurídico — o ensino do direito e o desenvolvimento científico e tecnológico — realizado em julho de 1977, em Brasília, pela UnB e o CNPq.

Na ocasião, foi enfatizado pelo Prof. José Francisco Paes Landim, chefe do Depar

tamento de Direito da FA/UnB, que a importância imediata daquele Setor traduzia-se no reconhecimento, da parte do CNPq, de que a área de direito poderia enquadrar-se no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, para efeito de financiamento de projetos e pesquisas,

O segundo levantamento a que acima nos referimos, fez parte da Avaliação da Reforma Universitária nas Universidades Federais, efetuada no período de 1973/74 e publicado em 1975, em dois volumes,

A divulgação na íntegra desse relatório constitui um dos pontos altos da pesquisa brasileira no campo das ciências humanas e, particularmente, na área jurídica.

Incumbiu-se da tarefa o Centro de Administração Pública (ISP) da Universidade Federal da Bahia, engajando-se no trabalho cerca de 150 pessoas, entre coordenadores, técnicos, colaboradores e pessoal de apoio administrativo.

Os trabalhos visaram a três objetivos primordiais;

- "a) determinar o grau de implantação dos pressupostos básicos consignados na legislação da Reforma do Ensino;
- b) evidenciar as principais dificuldades encontradas para esta implantação;
- c) buscar a avaliação dos resultados alcançados nesse processo de transformação das Universidades Brasileiras,"

O ensino de nível pós-graduado ocupa privilegiado espaço nessa pesquisa (pags. 465 a 481 e 559 a 562),

Inicialmente, encontramos um breve e bem elaborado esboço do desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, abrangendo o período das primeiras experiências já existentes no início da década de 1960 até a instituição e implantação dos C, R, P, G, (1968/70),

O Relatório é enriquecido com vários quadros demonstrativos sobre o ensino em nível de pós-graduação por Estados e regiões; o grau de significação da pós-graduação por universidades e por grupos de universidades; os cursos de mestrado e doutorado em funcionamento e as prioridades de expansão.

Aponta três características significativas da situação da pós-graduação do Brasil (1973/74); "a sua reduzida participação no conjunto das atividades de ensino superior, representadas pela matrícula geral e pelas conclusões da graduação; a significativa participação do governo federal nesse nível de ensino, quando exce~~t~~tuado o Estado de São Paulo; e a alta concentração dos cursos, matriculaa e docentes na Região Sudeste, bem como a sua ausência total na Região Norte,"

Com referência à institucionalização dos cursos, o Grupo de Trabalho registrou que "a pós-graduação constitui, para o sistema federal de ensino superior, uma atividade ainda ambigüamente percebida e possivelmente procurada e implementada mais por força de exigências normativas superiores do que por efeito de um amadurecimento do próprio ensino universitário.

Independentemente das razões, que possam explicar a situação, é necessário reconhecer que um dos sintomas da posição ainda marginal da pós-graduação no sistema é a própria ausência de informações, datando de pouco tempo as primeiras tentativas satisfatórias de registro, a nível nacional, das atividades em desenvolvimento nesse grau de ensino."

Outra característica então observada, foi a excessiva concentração nas mãos do Coordenador (ou de um Colegiado) das funções de administração acadêmica, como a aprovação de programas, registro escolar, processamento de matrícula e a fixação do número de vagas, que escapavam, assim, da jurisdição adequada dos órgãos superiores da Universidade.

Tal fato, associado a outros elementos, como a ausência de normas específicas sobre reuniões do corpo docente com a Coordenação, a imprecisão de definições sobre carga máxima ou mínima de créditos no período escolar, registro escolar não centralizado e a ausência de representantes estudantis no colegiado, levaram o Grupo de Trabalho a afirmar que "é fora de dúvida que tais características decorrem em grande parte do estágio incipiente do processo de implantação desses cursos, cujo caráter inovador Bequer a adoção de uma atitude experimentalista",

Como alternativa, o Grupo de Trabalho aceitou ser possível, também "que a desobediência das coordenações de pós-graduação ao modelo geral dos colegiados de cursos denunciem, de um lado, deficiências de modelo em si, que se mostram inviável em situações mais criadoras que a coordenação em nível de graduação e, de outro, as peculiaridades da pós-graduação, cujo desenvolvimento neste momento, no país, há de refletir significados e funções que a diferenciam de modo crítico da graduação."

Todos esses temas ligados à institucionalização ou estabilização dos cursos de Pós-Graduação voltariam a ser debatidos, em profundidade, no III Encontro de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior, realizado em Belo Horizonte, de 28 a 30 de agosto de 1977, e ao qual nos reportaremos oportunamente.

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - Com o Decreto nº 76.056, de 30 de junho de 1975, graças aos esforços do Conselho Nacional de Pós Graduação, instituído no ano anterior, é aprovado o Plano Nacional de Pós-Graduação.

Contém, o documento, um amplo conjunto de análises e estratégias, que servem como "referência para as medidas a serem tomadas em todos os níveis institucionais de coordenação, planejamento, execução e normalização das atividades de pós-graduação, durante cinco anos, a partir de 1975",

Está, pois, em plena vigência, A pesquisa consubstanciada nos capítulos 3, 4 e 5 do presente trabalho, e cujo projeto, desenvolvimento e resultados foram elaborados a partir do Plano Nacional de Pós Graduação é, na realidade, uma tentativa de avaliar a implantação do Plano, na área jurídica, a nível de Mestrado e Doutorado.

Como, naqueles capítulos, será feita minuciosa análise do P.N.P.g., registra-se, agora, apenas o seu histórico surgimento, como o principal componente analítico e proejtivo do sistema de ensino pós-graduado no Brasil,

A partir da vigência do Plano Nacional de Pós-Graduação, recrudescer sensivelmente a atividade das agências governamentais inseridas nessa problemática, dentre as quais, coerentemente com suas finalidades específicas, ressalta-se a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES,

Um de seus trabalhos iniciais, nesta fase, é a publicação, em março de 1975, de um volume de 79 páginas sobre a operacionalização e implantação do PNPg - NOVAS PERSPECTIVAS PARA O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR, Publica, também, na íntegra, o Plano Nacional de Educação (54 páginas), seguindo-se vários outros documentos, Para orientar os candidatos a bolsa de estudo em nível de pós-graduação no país, é publicada, em conjunto com o CNPq, um IVlanual de Credenciamento do Candidato,

Segue-se, no ano de 1976, o Projeto Nordeste de Pós-graduação, distinguído por ser o primeiro projeto regional após a implantação do Plano Nacional de Pós-graduação.

Num grande esforço de coordenação de dados, em área onde a incipiente estabilização não gerara sensíveis resultados, a CAPES publica um volume sobre a SITUAÇÃO ATUAL DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL - 1975, logo depois ampliado e atualizado (1976). Tarefa semelhante encontra-se nos relatórios da Conselho Nacional de Pós-graduação, referente à implantação do Plano, onde, à bem elaborada parte teórica, juntam-se numerosos dados estatísticos.

Ainda em 1976, a CAPES publica um volume com as normas para execução dos seus programas, enfatizando o regime de bolsas e o PROCAPES, e divulga uma série de catálogos de Cursos de Pós-graduação, abrangendo diversas áreas do conhecimento, com informações detalhadas sobre os cursos, especialmente sobre sua estrutura di dático-administrativa,

Dentre as atividades do Conselho Nacional de Pós-graduação, nesse período, importa registrar o estabelecimento de normas para o credenciamento dos cursos de Pós-graduação junto às agências federais de financiamento, formaliza — das na Resolução publicada no D.U.U. de 5 de janeiro de 1976, Tal medida, vincu — lada ao disciplinamento da expansão do sistema, conduz à obrigatoriedade da reco — mendação prévia do Conselho Nacional de Pós-graduação para que os pedidos de apoio financeiro para novos cursos de mestrado e doutorado encontrem guarida nos órgãos financiadores integrantes do mesmo sistema,

Para candidatar-se a essa recomendação e, posteriormente, aos financiamentos pretendidos, a Universidade interessada remeterá à Secretaria Execu tiva do CNPq o projeto de implantação do Curso, com antecedência de cento e oi — tenta dias da data prevista para o início das atividades,

Esse processamento, cujas regras estão fixadas com detalhes no documento "Ante — -projeto para instalação de Cursos de Pós-Graduação, não se vincula com o pedido de credenciamento normatizado pelo Conselho Federal de Educação e a ele dirá gido, pois apesar da similitude de conteúdo, os processos perseguem distintos o — jetivos,

No início de 1977, o Plano Nacional de Pós-graduação atingiu a meta — de do quinquênio de sua aplicação. Neste mesmo ano, por imperativo histórico , comemorou-se o sesquicentenário da instalação do ensino jurídico no país que, af — sim, se enriqueceu com uma série de eventos . culturais, especialmente na área de pós-graduação, movimentando expressivos setores da educação brasileira,

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras reúne-se em Florianópolis, SC, entre 27 e 29 de janeiro, concretizando sua XXIV Reunião Ple — nária. O Tema Geral em pauta é o estudo crítico da reforma universitária. Nos debates e pronunciamentos, a pós-graduação ocupa espaço acidental, marcado, en — tretanto, pela preocupação de que uma expansão descontrolada desse grau de ensi — no virá desvirtuá-lo totalmente de suas finalidades. Pois isso, dentre as recomen — dações às Universidades aprovadas na reunião de 29, 01, 77 consta;

- promover a avaliação sistemática anual, especialmente nas áreas de graduação e pós-graduação;
- exercer vigilância, com vigor, na expansão dos cursos de pós-graduação, a fim de lhes preservar a finalidade, (21)

Os Encontros dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação foram a expressão do mais concentrado e específico esforço do Ministério da Educação e Cultura para a redefinição da área.

Após a realização do encontro inicial, em outubro de 1976, na capital federal, dois outros foram organizados, ambos em 1977, respectivamente nos meses de maio e agosto, com a expressiva participação da Universidade Federal de Minas Gerais.

A diversificidade dos temas abordados nesses três Encontros, não impediu que uma linha mestra de preocupação se destacasse, transbordando, a final, na Encontro de agosto, sob a forma de um documento especialmente preparado, com base numa pesquisa de campo, por amostragem.

Trazia-se à reflexão dos participantes, não mais em forma exclusiva de expectativas ou de intenções, mas de operacionalidade, várias alternativas de estruturação e funcionamento do órgão central de Coordenação da Pós-graduação e Pesquisa, O exame do documento deu ensejo à veiculação de várias experiências, à análise de acertos e desacertos mútuos e, muito embora não se definissem soluções imediatas a série de perguntas feitas nas considerações finais do trabalho ficou de ser repensada por todos os participantes, na procura de novas respostas e de sugestões, mais adequadas. (22)

Na cidade de São Luiz, [V]larchão, realiza-se o VII ENCONTRO BRASILEIRO DAS FACULDADES DE DIREITO, com profícuos debates sobre metodologia do ensino jurídico, o Direito como norma e como técnica de controle social, a Administração das Faculdades de Direito e a ênfase da crise e das alternativas da área do Direito, A dogmática jurídica também não foi descurada, com a abordagem de diversificados temas, como o direito autoral e o direito bancário, (23)

No outro extremo do país, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, reuniam-se a Associação Latino-Americana de Metodologia do Ensino do Direito e a Universidade Federal de Santa Maria,

Cerca de 500 participantes, durante três jornadas, frequentam cursos de Relação entre a Filosofia do Direito e o Ensino Jurídico, Dinâmica dos Grandes Grupos e Conteúdos e Objetivos Possíveis para um Programa de Metodologia do Ensino de Direito, entremeadas de vários painéis sobre a situação atual do ensino jurídico no Brasil, (24)

Em Brasília, ainda em 1977, no decorrer do mês de julho, nos dias 13 e 17, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - e a Universidade de Brasília, pelo seu Departamento de Direito, reuniu cerca de trinta peritos para um Seminário sobre MODERNIZAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO.

As contribuições oferecidas por Inocência Mártires Coelho, João Baptista Villela, Hugo Guelros Bernardes e pelo Autor deste trabalho refletem preocupações com a defasagem entre um tipo tradicional de ensino, vigente, e os rumos atuais das ciências e dos conhecimentos para-jurídicos, como os da sociologia, economia, administração, estatística, ecologia e cibernética.

Deu-se destaque à abordagem metodológica do direito, tendo Baptista Villela afirmado que "parece intuitivo que se as diferentes teorias se encontram nos problemas para os quais pretendem oferecer respostas, a metodologia mais apta à construção de um corpo autônomo de soluções jurídicas deve ser de natureza fundamentalmente inquisitiva. Isto é; há de estar voltada antes para os problemas que para as soluções que lhes são propostas". (25)

No campo histórico e doutrinário, Alberto Venâncio Filho, na esteira do clássico PROBLEMAS DO ENSINO SUPERIOR, do Prof. Almeida Junior, editado com extraordinário talento, DAS ARCADAS AO BACHARELISMO (26), Joaquim de Arruda Falcão Neto nos leva a uma releitura de San Thiago Dantas em CLASSE DIRIGENTE E ENSINO JURÍDICO, onde didática, conteúdo e pressupostos sociais do direito formam um arcabouço monolítico. (27)

Como exame crítico da legislação e da doutrina sobre a pós-graduação do ensino jurídico aqui terminam nossas observações. Embora limitadas por várias lacunas e deficiências na coleta bibliográfica cremos, entretanto, que esboçamos um quadro razoavelmente claro e, portanto, lógico, de evolução da pós-graduação na área do direito.

Do tímido artigo 9 da Carta de Lei de 11 de Agosto de 1827 ao Plano Nacional de Pós-graduação e a doutrina posteriormente desenvolvida até o presente, escoaram

-se cento e cinquenta anos, caracterizados, em grande parte, por períodos . de profunda letargia. (2^)

A sedimentação do passado em confronto com a efervescência r.-das duas últimas décadas provocam inevitáveis perguntas. Qual a verdadeira situa — ção presente ? Que proveito tiramos da boa e da má aplicação da legislação e s pecífica e da divulgação de tão alentado material doutrinário ? Que resultados estamos obtendo das tentativas de atualizaru e dinamizar o ensino da área jurí dica, rompendo com as tradições exclusivamente dogmáticas, para colocá-lo em pé de igualdade com as demais ciências humanas e tecnológicas ? Quais as alterna- tivas a adotar, a curto, médio e longo prazo ?

Num esforço de responder a estas B outras indagações correlatas , passaremos à nossa pesquisa sobre a implantação do Plano Nacional de PÓs-Gradua ção, com enfoque na área jurídica, o que será objeto dos capítulos' ^ 3, 4 e 5 de^e te trabalho, a seguir desenvolvidos.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

- (1) - "Não serão marcadas faltas aos alunos nem serão eles chamados a lições e sabbatinas." (Art. 20; § 16, do Decreto de 19 de Abril de 1879),
- (2) - "No dia e hora determinado para a defesa das teses, os lentes que estiverem em efetivo exercício, precedidos do Director, se dirigirão a sala dos atos solenes, com as insígnias de seu grau, e subindo ao doutorai, o director tomará o primeiro assento, seguindo-se aos lentes catedráticos e substitutos na ordem de antiguidade.

Logo que os lentes tiverem tomado assento no doutorai, o candidato será introduzido na sala pelo porteiro; e recebido à porta pelo secretário, este o acompanhará ao lugar que lhe é reservado, ao lado direito da mesma sala, perto do doutorai, onde estará uma mesa convenientemente ornada, irá depois sentar-se no lado oposto, junto de outra mesa, sobre a qual haverá uma ampulheta de meia hora para regular o tempo da argumentação de cada examinador.

Acabada a defesa da dissertação e das teses, sairão da sala o doutorando e os assistentes e, fechadas as portas, os examinadores e o presidente do ato procederão ao julgamento, por votação nominal, cujo resultado o secretário lançará no respectivo livro, por termo, que será assinado pelos examinadores e pelo presidente,"

(Resumo dos artigos 82 a 114 do Decreto n. 2226, de 1^o de fevereiro de 1896)

(3) -

CAPÍTULO IV
DA COLLAÇÃO DO GRÁO DE DOUTOR

Art. 115. Na collação do gráo de doutor observar-se-hão as seguintes formalidades;

Art. 116. Designado o dia pelo director, se dará aviso à congregação e aos doutorandos, e se expedirão cartas de convite aos doutores que constar existirem na cidade, aos chefes de repartições e pessoas gradas, para que compareçam a esta solemnidade.

Art. 117. O doutorando escolherá um lente para lhe servir de paranympo, o qual o acompanhará em todos os actos desde a sua chegada.

Art. 118. Ao chegar a porta principal, será o doutorando recebido pelo porteiro e guardas que o acompanharão até uma sala, onde esperará pela hora marcada para a collação do gráo.

Art. 119. À hora designada dirigir-se-hão para esta sala o director e todos os lentes, precedidos do secretário, porteiro, e guardas da Faculdade. O doutorando os virá encontrar à porta e ahi reunidos seguirão para a sala dos grãos. Nesta sala haverá, no lugar que for mais conveniente, uma mesa e cadeira de espaldar para o director; ao lado esquerdo serão collocadas - duas cadeiras, sendo uma para o doutorando e outra para o paranympo, que lhe dará sempre a direita.

Art. 120. Os doutores das Faculdades federaes ou a estas equiparadas, das academias e universidades estrangeiras, que comparecerem com as respectivas insígnias, tomarão assento promiscuamente logo abaixo do lente substituto - mais moderno, si entre elles não houver algum ou alguns que sejam lentes de qualquer das Faculdades; estes os precederão sempre, guardando entre si a ordem da respectiva antiguidade.

Art. 121. Na mesma sala, além dos bancos ou cadeiras para os estudantes e espectadores, haverá assentos especiaes para os convidados,

Art. 122. Tendo todos tomado assento, fará o secretario a leitura do termo de approvação; em seguida o doutorando recitará um discurso analogo à so

lemnidade e terminará pedindo o grão que lhe deve ser conferido. Este discurso será previamente apresentado ao director e a sua leitura só poderá realizar-se depois de julgada conveniente.

Art. 123. Findo o discurso, o paronympho do doutorando o apresentará ao director. Este, depois de ouvir a promessa constante da fórmula annexa aos presentes estatutos, lhe ornará o dedo com o anel competente e lhe conferirá o grão, pondo-lhe a borla sobre a cabeça e revestindo-o do capello. A fórmula da collação do grão de doutor será a mesma que a do grão de bacharel, com differença do nome do grão.

Art. 124. *Em seguida* o doutorando cumprimentará o director e todos os lentes, e irá sentar-se logo abaixo do lente mais moderno, O paronympho dirigir-lhe-ha um discurso congratulando-se pelo resultado feliz de seus esforços, e mostrando-lhe a importancia do grão que acaba de receber e o uso que na sociedade deve fazer de suas lettras.

Art. 125. Concluido este discurso, o director declarará finda a cerimonia, e o novo doutor será acompanhado até a porta do edificio da Faculdade pelo mesmo prestito com que tiver ido da sala de espera para a dos grãos.

Art. 126. De todo este acto se lavrará um termo, que será assignado pelo director, pelo paronympho do doutor e pelo secretario.

Art. 127. Será permittido aos doutorandos mandarem, à expences suas, ornar a sala do grão e collocar bandas de musica na mesma sala e em suas immediações.

Art. 128. Si concorrer mais de um doutorando no mesmo dia, serão todos recebidos pela mesma maneira que o primeiro, na sala de espera, a proporção que forem chegando, e dahi irão juntamente para a sala dos graos.

Art. 129. Neste caso o discurso de que trata o art. 122 será recitado pelo doutorando, que para este fim for escolhido pelos outros, o qual pedirá o grão para todos os graduandos.

O mais antigo fará a promessa por extenso, dizendo os outros simplesmente - Assim o prometto- como se manda praticar na collação do grão de bacharel, e o grão de doutor será conferido successivamente a cada um d'elles pela ordem da antiguidade da defesa das theses.

Art. 130. Dada a hypothese dos artigos antecedentes, proferirá o discurso de que trata o art. 124 o paronympho que for escolhido pelos doutorandos.

Art. 131. A* solemnidade da collação do grão de doutor são applicaveis as disposições dos arts. 113 e 114.

- (4) - Assinala-se, para melhor compreensão da influência do fator massificação na problemática atual do ensino superior, que, por essa época, ha apenas 62 anos, eram mantidos pelo Governo apenas seis instituições, assim relacionadas, segundo o próprio Decreto 11.530 (arb, 5); uma faculdade oficial de medicina na Bahia e uma outra no Distrito Federal; uma Faculdade de Direito em são Paulo e outra em Pernambuco; uma escola politécnica e um instituto de instrução secundária (o tradicional Colégio D. Pedro II), na cidade do Rio de Janeiro.

Hoje (1977) funcionam no país 150 Faculdades de Direito.

A própria constituição da Universidade tem aí seu *início*, com o art. 68 do Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito."

Tal anseio só viria a concretizar-se em 1920, com o Decreto n. 14.343, de 7 de Setembro, que reuniu a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, todos do Rio de Janeiro, criando a Universidade do Rio de Janeiro,

- (5) - Alberto Venâncio Filho, Das Arcadas ao Bacharelismo, São Paulo, Editora Perspectiva, 1977, pág. 217,
- (6) - Na realidade foram enviados dois projetos com a Mensagem nº 605 da Presidência da República, de 29 de outubro de 1948, subscrita pelo Ministro Clemente Mariani, da Educação e Cultura. Um, redigido por uma Comissão de professores e outro pelo próprio Gabinete Ministerial.
- (7) - João Eduardo Rodrigues Villalobos, Diretrizes e Bases da Educação - Ensino e Liberdade, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1969, pág. 21.
- (8) - A criação, constituição e atribuições do Conselho Federal de Educação foram estabelecidas pelos artigos 7º a 9º, da LDB (Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961),
- (9) - O Autor participou pessoalmente dessa movimentada fase institucional, na qualidade de Reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina ou de Presidente do Conselho de Educação do mesmo Estado, principalmente entre 1962 e 1968,
A partir de 1970, como Professor Titular da Faculdade de Ciências Jurídicas de Blumenau e da Faculdade de Educação de Florianópolis, continuou a atuar em vários desses conclave, como participante, convidado especial ou simplesmente observador,
- (10) - Os originais do Plano Nacional de Educação foram encaminhados pelo CFE ao Ministro da Educação e Cultura, Prof. Darcy Ribeiro, a 21 de outubro de 1962. Nos anos próximos seguintes, o Plano sofreria várias revisões. A revisão de 1965 contém um estudo especial do Conselheiro Dumerval Tirigoeiro, onde se ressalta a necessidade premente da adoção de uma política do ensino superior, pelo próprio Conselho Federal de Educação. Escreve o Conselheiro : "Não somos um colégio de ~~alunos~~ ^{alunos} mas um órgão normativo. A eficácia deverá ser nossa característica como instrumento de Governo, dotado das mais altas prerrogativas, para orientar e, sob muitos aspectos, decidir a sua política educacional. Não podemos limitar-nos, portanto, à proclamação de teses. Não podemos, sem desmerecer de nossos deveres, ser indiferentes à sorte de nossos pronunciamentos e decisões."
"Ao Conselho Federal, de Educação cabe traçar uma política educacional, e ao Governo, no seu conjunto ter uma política educacional, que não pode ser outra senão a do Conselho."
Plano Nacional de Educação - Revisão de 1965 - MEC-CFE.
Sobre Planejamento do Ensino Superior - Esboço de uma metodologia - págs. 39/57,
- (11) - Em face do interesse histórico e pragmático, pois ainda são vigentes essas recomendações, passamos à sua transcrição, na íntegra:
"A luz da doutrina aqui exposta sobre a natureza e processos da pós-graduação, podemos formular as seguintes conclusões sobre as características fundamentais dos cursos pós-graduados correspondente aos dois níveis;
1) A pós-graduação de que trata a ^{linha} b do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases é constituída pelo ciclo de cursos regulares em seguimento à graduação e que visam a desenvolver e aprofundar a formação adquirida

nos cursos de graduação e conduzem a obtenção de grau acadêmico,

- 2) A pós-graduação compreenderá dois níveis de formação: Mestrado e Doutorado. Embora hierarquizados, o mestrado não constitui requisito indispensável à inscrição no curso de doutorado,
- 3) O mestrado pode ser encarado como etapa preliminar na obtenção do grau de doutor ou como grau terminal.
- 4) O doutorado tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e poder criador nos diferentes ramos do saber.
- 5) O doutorado de pesquisa terá a designação das seguintes áreas: Letras, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Filosofia; os doutorados profissionais se denominam segundo os cursos de graduação correspondentes. O mestrado será qualificado pelo curso de graduação, área ou matéria a que se refere.
- 6) Os cursos de mestrado e doutorado devem ter a duração mínima de um ou dois anos respectivamente. Além do preparo da dissertação ou tese, o candidato deverá estudar certo número de matérias relativas à sua área de concentração e ao domínio conexo, submeter-se a exames parciais e gerais, e provas que verifiquem a capacidade de leitura em línguas estrangeiras. Pelo menos uma para o mestrado e duas para o doutorado.
- 7) Por área de concentração entende-se o campo específico de conhecimento que constituirá o objeto de estudos escolhido pelo candidato, e por domínio conexo qualquer matéria não pertencente àquele campo, mas considerada conveniente ou necessária para completar sua formação,
- 8) O estabelecimento deva oferecer uma seleção variada de matérias a fim de que o candidato possa exercer sua opção. As matérias, de preferência, serão ministradas sob a forma de cursos monográficos nos quais, seja em preleções, seja em seminários, o professor desenvolverá, em profundidade um assunto determinado.
- 9) Do candidato ao Mestrado exige-se dissertação, sobre a qual será examinado, em que revele domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização; para o grau de Doutor requer-se defesa de tese que represente trabalho de pesquisa importando em real contribuição para o conhecimento do tema.
- 10) O programa de estudos do Mestrado e Doutorado se caracterizará por grande flexibilidade, deixando-se ampla liberdade de iniciativa ao candidato que receberá assistência e orientação de um diretor de estudos. Constará o programa, sobretudo, de seminários, trabalhos de pesquisa, atividades de laboratório com a participação ativa dos alunos.
- 11) O mesmo curso de pós-graduação poderá receber diplomados provenientes de cursos de graduação diversos, desde que apresentem certa afinidade. Assim, por exemplo, ao mestrado ou doutorado em Administração Pública poderiam ser admitidos bacharéis em Direito ou Economia; em Biologia, físicos ou diplomados em História Natural.
- 12) Para matrícula nos cursos de pós-graduação, além do diploma de curso de graduação exigido por lei, as instituições poderão estabelecer re-

quisitas que assegurem rigorosa seleção intelectual dos candidatos. Se os cursos de graduação devem ser abertos ao maior número, por sua natureza, a pós-graduação há de ser restrita aos mais aptos.

- 13) Nas universidades a pós-graduação de pesquisa ou acadêmica deve ser objeto de coordenação central, abrangendo toda área das ciências e das letras, inclusive das que fazem parte do ciclo básico das faculdades profissionais.
- 14) Conforme o caso, aos candidatos ao doutorado serão confiadas tarefas docentes, sem prejuízo do tempo destinado aos seus estudos e trabalhos de pesquisa.
- 15) Aconselhasse que a pós-graduação se faça em regime de tempo integral, pelo menos no que se refere à duração mínima dos cursos.
- 15) Os cursos de pós-graduação devem ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação para que seus diplomas sejam registrados no Ministério da Educação e possam produzir efeitos legais. Para isso o Conselho baixará normas fixando os critérios de aprovação dos cursos.

(aa.) A. Almeida júnior, Presidente da C.E.Su. - Newton Sucupira, relator. - Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valnir Chagas e Rubens Maciel.

- (12)- Seis anos após o Parecer 77/69, o Conselho Federal de Educação aprovou o Parecer 8/75, de 20-01-75, resultando a Resolução 51/76 do mesmo Conselho, em que fixou as normas de renovação de credenciamento dos cursos de Pós-graduação, são regras básicas: O Curso faz o pedido de renovação seis meses antes de expirar o prazo de cinco anos; a inspeção é feita por uma Comissão de Especialistas, às custas do curso interessado; a Comissão assinalará todas as alterações do curso nos cinco anos precedentes à inspeção, especialmente sobre professores (titulares e situação funcional) matrícula, seleção, evasão, conclusões de curso, titulação, teses ou dissertações, bibliotecas, pesquisas, trabalhos publicados por professores e alunos, modificações na organização didática. O prazo de validade da renovação do credenciamento será de cinco anos.

- (13)~ O problema atinge tanto a pós-graduação como a própria graduação. "O ensino superior contém, no seu fundo, uma tragédia expressa pela sua atual dialética. Pretende expandir-se para o atendimento de ávida demanda de matrículas e, na pressa, não se estrutura devidamente para tal amplitude. É a horizontalidade em conflito com a verticalidade. Nem sempre se dá oportunidade aos bens dotados aos quais faltam condições financeiras favoráveis de ingressar nas escolas superiores. Outrossim, sob falso pretexto de democratização, se tem aberto a porta da universidade para milhares de jovens precariamente dotados e com frágil preparo cultural, o que vai provocar o enfraquecimento do conteúdo do ensino, trivializar programas, impedir uma avançada (e necessária) política de pesquisa e desfavorecer a pesquisa e a criação intelectual."

Osvaldo Ferreira de Melo, Teoria e Prática do Planejamento Educacional, Porto Alegre, Editora Globo, 1974, 2ª edição, pág. 5.

- (14)- MEODAU-CAPES - Brasil - Estados Unidos; Sistemas de credenciamento dos cursos de pós-graduação, Brasília, Oficinas da Gráfica da UFRGS, 1976, - pág. 8.
- (15)- Os decretos 63343/68; 64085/69 e 67350/70 foram revogados pelo decreto n. 73.411, de 4 de janeiro de 1974.
- (16) " são atribuições da CAPES no contexto do Plano Nacional de pós-graduação;
- Organização, implantação, acompanhamento e avaliação dos Programas Institucionais de Capacitação de Docentes;
 - ampliação do Programa de Bolsas no país e no exterior;
 - melhoria dos cursos de pós-graduação, sentido estrito e sentido lato, através de seu Programa de Auxílios;
 - integração com outros órgãos, no sentido de;
 - . propiciar condições de absorção dos mestres e doutores titulados pelo programa de capacitação;
 - . abrir novos horizontes quanto às oportunidades de doutoramento no exterior;
 - . criar novas oportunidades de bolsas, em ação conjunta com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e demais órgãos governamentais.
- (17)- Parecer n. 14/70, Conceito de Curso de Pós-graduação credenciado, in Documenta n.º 110, jan./1970, pags. 151/156;
 Parecer n. 93/70, Cursos Credenciados e Centros Regionais de Pós-graduação, in Documenta n.º 111, fev./1970, pags. 229/231;
 Parecer n. 216/70, Definição de tempo integral nos Cursos de Pós-graduação, in Documenta n.º 116, março/1970, pags. 254/256;
 Parecer n. 270/70, Esclarecimentos sobre o Doutorado antes da Lei 5.540/68, in Documenta n.º 113, abril/1970, pags. 168/170;
 Parecer n. 236/71, Disciplinas comuns para graduação e Pós-graduação e à titulação de doutores profissionais, in Documenta n.º 125, abril/1971, - pags. 253/256.
- Desses pareceres, extraímos as seguintes conclusões;
- I - Conceito de Curso de Pós-graduação credenciado:
- 1] Por curso de pós-graduação credenciado se deve entender aquele que foi julgado em parecer do Conselho Federal de Educação como satisfazendo às exigências estabelecidas pelas normas de credenciamento;
 - 2] somente os diplomas de Mestre e Doutor conferidos por cursos credenciados na forma definida no inciso anterior, gozam das prerrogativas concedidas na Lei 5.540, de 28.11.68 e no D.L. 465, de 11.2.69.
- II - Doutorado antes da Lei 5.540/68
- 1) O doutorado criado por lei estadual é legal e regular porque criado pelo Conselho Estadual de Educação, dentro do seu sistema de ensino.

A Lei 5.540, de 28.11.68, não o toma ilegal ou irregular. Apenas os diplomas por ele obtidos não podem ser registrados no MEC, nem possuem validade nacional e muito menos gozam dos direitos que a lei atribui aos títulos de Mestre ou Doutor conferidos por cursos credenciados,

III - Disciplinas comuns à graduação e pós-graduação

- 1) Admite-se, em princípio, o estabelecimento de um terreno comum de estudos para graduação e mestrado - não doutorado - atribuindo-se a esta solução um caráter de excepcionalidade que só a toma possível quando figure expressamente no plano de curso credenciado;
- 2) não se trata, porém, de disciplinas que se aproveitam ou transferem, e sim de Disciplinas Especiais com uma dupla incidência prévia e claramente caracterizada;
- 3) As disciplinas assim classificadas deverão relacionar-se diretamente na graduação, com o setor de estudos em que se habilita o estudante e só poderão ser computadas, no mestrado, para configuração de domínio conexo;
- 4) Satisfeitas as condições anteriores, para aceitação de qualquer disciplina especial em curso de Mestrado, exigir-se-á que no seu estudo, em graduação, o aluno haja obtido aproveitamento acima da média,

IV - Alteração de dispositivos do Parecer 977/65

- 1) A segunda parte da Conclusão nº 5 fica assim redigida: "O doutorado de pesquisa terá a designação das seguintes áreas: filosofia, ciências, letras e ciências humanas",
- 2) A conclusão nº 9 fica assim redigida: "Do candidato ao Mestrado exige-se dissertação ou outro tipo de trabalho a critério do Departamento; para o grau de Doutor requer-se defesa de tese que represente trabalho de pesquisa importando em real contribuição para o conhecimento do tema."

[18)- Aos interessados no tema "articulação escola-empresa", recomendamos o estudo do Prof. Alcides Abreu, da UFSC, especialista em recursos humanos, sob o título "INTEGRAÇÃO INDÚSTRIA-UNIVERSIDADE". Elaborado, em 1968, como subsídio ao Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, é doutrinariamente atual.

Foi transcrito na obra "Teoria e Prática do Planejamento Educacional", do Prof. Osvaldo Ferreira de Melo, da mesma Universidade, às págs. 98/102, Editora Globo, 1974, 2ª edição,

[19)- Prof. Raulino Tramontin, Distritos Geo-Educacionais, mimeografado, 21 páginas, Biblioteca da CAPES, Brasília,

[20)- Na edição de 13 de setembro de 1977, pág. 17, o Jornal de Santa Catarina (Blumenau), publicou a seguinte nota, com despacho de Florianópolis;

REITOR ESCOLHIDO COORDENADOR DO DISTRITO GEO-EDUCACIONAL,

O reitor da UFSC, Professor Caspar Erich Stemmer, foi eleito Coordenador do Distrito Geo-Educacional nº 34, que tem a participação de todas as instituições de ensino superior do Estado,

O Distrito Geo-Educacional está previsto nas diretrizes gerais da reforma universitária e visa reorganizar o ensino superior para ação planejada de caráter regional, dentro da política nacional de educação universitária.

O Ministro da Educação e Cultura, no final do ano passado, começou a incentivar a instalação destes distritos, com o funcionamento da primeira região, que envolve instituições do Rio Grande do Sul. Durante a assembléia geral realizada nesta Capital, foram estabelecidas as metas do Distrito Geo-Educacional: "A) O equacionamento e reordenação das ações desenvolvidas pelas instituições de ensino superior; B) A orientação do processo de expansão do sistema de ensino superior; C) O melhoramento do nível qualitativo do ensino superior, contribuindo para consolidar o desenvolvimento do país".

Integrando um representante de cada instituição de ensino superior de Santa Catarina, o Distrito Geo-Educacional é composto de um conselho de coordenação, com sete membros. Na reunião que culminou com a eleição do Reitor Caspar Erlch Stemmer foram escolhidos, ainda, três representantes da Universidade Federal de Santa Catarina, um da UDESC, um da FURB e um da UNIPLAC, para a constituição do conselho,

- (21)- Na sessão solene de encerramento do XXIV CRUB - Florianópolis - assim se expressou o Prof. Edson Machado de Souza, Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC:

"A nível de pós-graduação existem, por igual, alguns pontos que urge considerar. O Conselho Federal de Educação vem procedendo com o maior rigor ao examinar e decidir processos de credenciamento. O Conselho Nacional de pós-graduação vem igualmente adotando providências no intuito de assegurar perfeito controle do processo de expansão."

- (22)- O documento base que serviu de tema central do III Encontro de Pro-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação de Universidades Brasileiras - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS ÓRGÃOS CENTRAIS DE COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - apresentou às p's, 28 e 29 as seguintes proposições, acompanhadas de algumas indagações;

- 1) De acordo com o PNPG, a consolidação institucional dos Órgãos Centrais de Pesquisa e Pós-Graduação surge como estratégia para evitar o aparecimento de situações tais como;
 - o aparecimento de corpo docente "privado" e, como resultado, a olitização de parte de professores, em funções do ensino ministrado;
 - a existência de administração independente e a adoção de normas acadêmicas incompatíveis com as adotadas nos demais setores das instituições;
 - a duplicação de meios para os mesmos fins
 - o distanciamento entre Graduação e Pós-Graduação,

Até que ponto a criação e institucionalização do Órgão Central estaria reforçando essa situação ou colaborando para a solução destes problemas?

- 2) A melhoria da qualidade e expansão da Pesquisa e da Pós-Graduação na Universidade é função de uma estrutura organizacional a nível de Órgão Central de Pesquisa e Pós-Graduação, que tenha atribuição e capacidade de planejar, controlar e avaliar este Sistema,

De que maneira poderá este órgão de Pesquisa e Pós-Graduação desenvolver esforços metódicos de programação de atividades para que atinja seus objetivos ?

- 3) A análise da Pós-Graduação e conseqüentemente da estrutura administrativa dos Órgãos Centrais de Pesquisa e Pós-Graduação exige uma atenção especial à composição e formação dos grupos na universidade e suas respectivas interrelações,

Indivíduos e grupos, na Universidade, tem graus diferentes de controle e participação na elaboração das políticas e decisões sobre a Pesquisa e Pós-Graduação, bem como acessos desiguais aos seus recursos. Neste sentido faz-se importante a análise da distribuição do controle sobre os recursos e sobre o comportamento dos indivíduos e grupos, uma vez que esta distribuição se relaciona à formação de grupos de interesse competidores desejosos de mudar ou de preservar situações de poder. Tal situação, enquanto venha a ter seu lado positivo, pode levar determinado grupo ou indivíduo a perder os objetivos gerais da Instituição, sendo que sua ação terá reflexos nos demais setores da Universidade, mesmo que o resultado desta política esteja habilmente camuflado quando em confronto com suas diretrizes e necessidades reais,

- Até que ponto a afirmação acima reflete a realidade e a preocupação existente no Sistema de Pesquisa e Pós-Graduação na Universidade ?
- Qual o papel do Órgão Central na solução desse problema ?
- Pode um Órgão Central ser implementado e consolidado na medida em que está centrado em uma única pessoa e não na estrutura deste Órgão ?

- 4) As normas e procedimentos que regulam as atividades de Pesquisa e Pós-Graduação são criados para atender as necessidades emergentes em um momento histórico definido. Essas necessidades, no entanto, diversificam-se e evoluem no decorrer do tempo, levando à utilização de mecanismos e de soluções que ignoram essas normas, apontando a defasagem entre o previsto e o real,

- Qual a razão da ocorrência desse fato e qual a posição do Órgão Central nessa situação ?

(23) - O VI ENCONTRO BRASILEIRO DAS FACULDADES DE DIREITO ocorreu na cidade de Blumenau (SC), patrocinado pela Faculdade de Ciências Jurídicas de Blumenau - (outubro de 1976). Na oportunidade foram apresentadas duas teses sobre o ensino jurídico em nível pós-graduado. O prof. Paulo Henrique Blasi rela —

tou sua experiência como Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito, da UFSC, e, em especial, descreveu o desenvolvimento de programas com linhas de pesquisas definidas, nos campos interno e externo,

O autor do presente trabalho destacou e comentou as recomendações expressas no Plano Nacional de Pós-Graduação sobre metodologia pedagógica.

Ambas as teses foram aprovadas.

(24) - A ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE METODOLOGIA DO ENSINO DO DIREITO - ALMED -, promitadora das JORNADAS que levam o mesmo nome, coloca o problema da metodologia do ensino do direito em círculos concêntricos. No primeiro, o mais amplo, situado externamente, trata-se do problema epistemológico própria — mente dito, ou seja, da crítica do conhecimento, o que inclui o exame da produção do próprio conhecimento. Num círculo mais restrito é abordada a produção do conhecimento jurídico (essência e normatividade jurídica) e, no círculo central, de menor amplitude, examina-se a produção de técnicas para a transmissão do conhecimento jurídico (metodologia pedagógica),

Embora, num enfoque filosófico, o esquema possa sugerir validade, o Autor deste trabalho, nas duas JORNADAS a que compareceu, representando a Faculdade de Ciências Jurídicas de Blumenau, levantou críticas quanto ao que considerou de exagerada preocupação especulativa sobre problemas gnoseológicos insolúveis, em detrimento de uma visão e abordagem mais objetivas dos conteúdos do conhecimento jurídico e das técnicas de aplicabilidade destes conteúdos, em situação de ensino-aprendizagem,

(25)- Nestes últimos anos tomou vulto a idéia de que o ensino jurídico em nível pós-graduado, não deve, apenas, ater-se ao estudo dos fatos passados e presentes, mas, acentuadamente, objetivas o preparo de profissional, ou do pensador do direito para a sociedade futura:

É o prospectismo-criativismo substituindo o historicismo, pois o ensino não será a "resposta sobre o conhecido", mas a pergunta e a reflexão sobre b "a conhecer",

É a pesquisa pura sobressaindo-se do ensino dogmático.

Transcrevemos alguns trechos que espelham essa moderna orientação:

1) " Os pós-graduandos deverão ser preparados como agentes transformadores

, da realidade e não apenas se constituir em resposta às demandas sociais.

O que se deve contar é a demanda induzida (sentido dinâmico) e não a demanda atual (sentido estático)".

"Os programas de pós-graduação em direito devem proporcionar aos participantes (entre outras) capacidade abrangente de formulação de propostas de modelos sociais complexos e das respectivas estratégias de consecução (pesquisa projetiva, criatividade)".

Dentre os objetivos de um plano de pós-graduação em direito, deve ter primazia "o preparo de formuladores de políticas, estrategistas e tomadores de decisão, inovadores, integradores dos fatos portadores de futuro, construtores do futuro (idealizadores de modelos para a sociedade) de futura desejada)".

(Excertos das sugestões enviadas à CAPES pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Direito (Mestrado) da Universidade Federal de Santa Catarina, maio de 1977).

- 2) "Desempenho docente. Um segmento da escolaridade voltado antes para a criação do saber novo que para a apropriação do saber feito postula um produto final com forte potencialidade inovatória. Do egresso da pós-graduação jurídica não se deve esperar tanto o domínio do vigente como a capacidade para se aventurar no possível".

"Valorizar na organização dos cursos pós-graduados o potencial de questionamento e criação mais que a capacidade de se movimentar e definir com segurança no universo das regras conhecidas talvez signifique, ao cabo, uma pequena revolução nos hábitos de medida acadêmica. Contudo, parece um caminho que se impõe no conjunto de medidas aptas a conduzir uma cultura jurídica a estágios superiores de desenvolvimento."

(João Baptista Villela, da Universidade Federal de Minas Gerais. Trechos de sua contribuição ao Seminário sobre MODERNIZAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - Brasília - Julho de 1977).

- 3) "Orientados pelo exegetismo e pelo judicialismo, esses cursos jurídicos, na maioria das escolas e/ou disciplinas, têm se restringido ao ensino das leis em vigor e da jurisprudência dominante; esse fixismo, que se acentua no aprendizado das matérias tradicionais, e que se minimizou na Teoria Geral do Direito, da Filosofia e da Sociologia Jurídicas (dada a própria natureza dessas disciplinas), faz com que os Cursos de Direito se voltem para o passado ao invés de, prospectivamente, abrirem caminho em direção ao futuro".

(Inocência Ivárteis Coelho, da Universidade de Brasília, de sua contribuição ao Seminário acima mencionado, Brasília, julho de 1977).

- 4) "Seus cursos (O Autor refere-se ao CEPED) devem procurar transmitir aos alunos, não mais apenas os conhecimentos do Direito positivo, mas, sobretudo, a noção de que trabalham como profissionais do Direito sobre uma realidade em mutação, de que existe um permanente - agora agudo - processo de renovação do Direito e que é possível alcançar o sentido desse processo."

(Alfredo Lamy Filho, da PUC do Rio de Janeiro, quando da organização do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito - CEPED -, em 1967).

- 5] "Parece inegável a ligação direta entre sociologia do Direito Pura e Teoria Sociológica Geral. Um modelo sócio-teórico geral reduzido, trabalhando em muito alto nível de generalidade, que tomasse em considerações muito poucas variáveis seria da maior importância para que tor — nassB experimentável, inclusive em laboratórios, uma Teoria Sociológica Geral do Direito. Isso seria, ao que tudo indica, o caminho para uma ciência social do Direito Pura, frequentemente experimental, fundamento seguro para as pesquisas sócio-jurídicas aplicadas e através de tas, para uma técnica do desenvolvimento à luz de dados empíricos confidáveis no relativo à perspectiva sócio-jurídica desse mesmo desenvolvimento."

(Pesquisa Fundamental e Pós-Graduação - DIREITO - Relatório do Grupo de Trabalho sob a coordenação de Joaquim Arruda Falcão Neto, da Universidade Federal de Pernambuco - 1974),

- 6) "Enquanto o ensino jurídico não for devidamente reformado, continuaremos a formar bacharéis no sentido pejorativo do termo, sem qualquer interesse ou capacidade para a realização de um programa de pesquisa no setor,"

"Como as nossas Faculdades não são capazes nem de formar uma mentalidade de pesquisa, muito menos de dar o mínimo necessário exigido para uma técnica competente, a pesquisa tem que, além de ocupar-se do projeto, ocupar-se também da formação do pesquisador para a realização do projeto."

"Há uma visão estreita do que seja pesquisa, que só parece despertar, interesse de agências financeiras quando vinculado à praxis; a pesquisa pura, neste sentido, fica marginalizada numa área já de por si marginalizada,"

(Pesquisa Jurídica - Avaliação e Perspectivas - Área: DIREITO; Sub-área: Dogmática e Zetética Jurídicas - Relator Tórcio Sampaio Ferraz Junior, da Universidade de São Paulo - 1977),

(2G) — Alberto Venâncio Filho — DAS ARCADAS DO BACHARELISMO, São Paulo, Editora Perspectiva, 1977, - 357 páginas,

(27) — Joaquim de Arruda Falcão Neto - CLASSE DIRIGENTE E ENSINO JURÍDICO; UMA PE LEITURA DE SAN THIAGO DANTAS, in Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, ano VIII, Vol. VIII, Janeiro-Abril/1977, págs. 41/77.

(2B) — Destacam-se, entre as mais recentes diretrizes do Conselho Federal de Educação, as NORMAS PARA AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CURSOS SUPERIORES, consubstanciadas nos Pareceres n.ºs. 3.491/77, 3492/77; Resoluções n.ºs 14/77, 16/77, 17/77, 18/77, 19/77, 20/77; Portarias 03/77, 333/77 e 344/77.

3 - ANÁLISE DOS CURSOS EXISTENTES

- Pesquisa sobre a execução do Plano Nacional de
Pós-graduação na área do Direito -

3.1.- Objetivos da Pesquisa

3.2.- Metodologia da Pesquisa

3.2.1.- Caracterização do Universo Estudado

3.2.2.- Processamento Metodológico da Pesquisa

3.3.- Desenvolvimento da Pesquisa

3.3.1.- Estabilização do sistema de Pós-graduação em Direito

3.3.2.- Desempenho do sistema de Pós-graduação em Direito,

3.3.3.- Expansão do sistema de Pós-Graduação em Direito.

3,1, - Objetivos da Pesquisa

A presente pesquisa, de caráter exploratório, desenvolvida no período de 19 de junho a 31 de outubro de 1977, tem por objetivo básico proceder à avaliação da implantação, especificamente na área jurídica, do PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO.

O referencial teórico serão os próprios objetivos e diretrizes gerais do PNPg, suas metas e programas de expansão e suas estratégias de execução.

Examinada a aplicação dessa política nos cursos de pós-graduação em direito, a nível de mestrado e doutorado, serão detectadas as várias técnicas operativas e os resultados atingidos, comparando-se, então, aquele referencial teórico com estes próprios procedimentos e resultados locais.

As diferenças que surgirem desse cotejo, serão reunidas em dois grupos: 1) distorções entre as medidas e estratégias praticadas nos cursos e 2) distorções entre a situação detectada em 1975 e os resultados alcançados em 1977.

A partir daí, será feita uma análise da origem dessas distorções, ou seja, tentar-se-á descobrir se as defasagens decorrem do próprio PNPg, isto é, da política governamental, ou da aplicação do PNPg na esfera de responsabilidade dos Cursos.

Ao término do trabalho, como conclusões finais e síntese das reflexões, serão apresentadas proposições concretas, no sentido de reformular políticas e estratégias para a obtenção de melhores resultados.

Em resumo: vê-se, pelo exposto, que num primeiro momento, levantada a realidade fática com a aplicação de questionários, entrevistas e observações pessoais, e, confrontadas estas situações com o modelo teórico desejável (PNPg), poder-se-á traçar um diagnóstico relativamente preciso da pós-graduação de ensino do direito no Brasil.

O segundo momento se caracterizará pela apresentação de recomendações e proposições, objetivando transformar a situação detectada naquelas previstas no referencial teórico ou em outras práticas desejáveis.

A formulação gráfica da pesquisa, em todas suas fases, está expressa no Quadro a pág. 157.

3.2. - Metodologia da Pesquisa

3.2.1. - Caracterização do Universo Estudado

Objetivando avaliar a implantação do P^oFg na área do en sitx) jurídico, o universo pesquisado abrange diretamente os próprios cursos de pós-graduação em direito e, subsidiariamente, as agências governamentais estrita mente ligadas ao ensino pós-graduacio,

Oez foram os cursos pesquisados, o que representa a totalidade do universo, sendo sete visitados pessoalmente pelo Autor do trabalho, com a aplicação de questionários e formulários, e três somente por aplicação : de formulários, análise documental a por entrevistas fora dos locais das sedes dos cursos.

Para afeito da pesquisa, considerou-se como UNIDADE-CUR SO, o conglomerado administração/professores/pós-graduandos, vinculado a mesma instituição, disciplinado por um único estatuto (ou regimento) e sob a . chefia de um mesmo Coordenador, independente do número de áreas de concentração, das opções oferecidas e do nível terminal (mestrado ou doutorado) segundo já foi registrado exemplificadamente em nota n^o 5 do capítulo 1-,

Reforça esse modo de ver o fato de que, na realidade, a distinção entre CURSO DE MESTRADO e CURSO DE DOUTORADO, na mesma área e entidade, é somente uma questão de rotulagem. Resolve-se na adição de disciplinas e créditos : DOUTORADO B MESTRADO mais N número de disciplinas e créditos, em geral o dobro, com a troca cb nome cb trabalho final, de Dissertação para Tese, distinção, esta, nem sempre relevante, pois há cureos de mestrado que ..titulam regi— mentalmente de Tese a monografia elaborada pelo pós-graduando, como ..conclLusSo dos estudos.

Foram pesquisadas os seguintes cursos, pela ordeni;

1 - Universidade de Brasília

Mestrado em Direito e Estado; Direita, Capital e Trabalho

Início das Atividades : Março - 1975

Coordenador - Inocência Mártires Coelho

Campus Universitário - Ala Norte

Brasília - DF,

2 - Universidade De São Paulo

Mestrado e Doutorado em Direito do Estado, Econômico e Financeiro, Processos —
suas. Comercial, Penal, De Trabalho, Internacional, Filosofia e Teoria Geral
do Direito

Início das Atividades : Março - 1971

Coordenador - Dalmo de Abreu Dallari -

Largo de São Francisco, 95

São Paulo - SP.

3 - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Mestrado e Doutorado em Direito do Estado, Filosofia do Direito e do Estado,

Direito das Relações Sociais

Início das Atividades — março - 1973

Coordenadora - Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim

Rua IVbnte Alegre, 984

São Paulo - SP,

4 - Universidade Federal de Minas Gerais

Mestrado e Doutorado em Direito Público, Privado, Filosofia do Direito, Ciências Penais

Início das Atividades: Antigo - 1º/10/1931; Atual - 1º/3/1970

Coordenador - José Edgar Amorim Pereira

Avenida Álvares Cabral, 21-11- Andar

Belo Horizonte - MG.

5 - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Mestrado em Direito do Desenvolvimento e de Empresa

Início das Atividades - 1º/3/1972

Coordenador : Adriano José Alves Ivtoeira

Rua, Marquês de o Vicente, 209

Rio de Janeiro - RJ.

6 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mestrado e Doutorado em Direito Público, Privado, Penal, do Trabalho e Econômico

Início das Atividades - Agosto - 1974

Coordenador - Arthur IVlachado Paupério

Rua Moncorvo Filho, 8

Rio de Janeiro - RJ

7 - Universidade Federal de Santa Catarina

Mestrado em Direito - Instituições Jurídico-Políticas, Diplomacia e Relações Internacionais

Início das Atividades : Outubro - 1973

Coordenador - Paulo Henrique Blasi

Rua Alvaro Alvim, s/n

Florianópolis -33.

8 - Universidade Federal da Bahia

Mestrado em Direito Econômico

Início das Atividades - Setembro - 1975

Coordenador - Nelson de Souza Sampaio

Vale do Canela, S/N

Salvador - BH,

9 - Universidade Federal de Pernambuco

Mestrado em Direito Tributário, Penal, Processo Penal, Processo Civil

Início das Atividades - Abril - 1972

Coordenador - Lourival Vilanova

Praça Adolfo Cime, S/N

Recife - PE,

10 - Universidade Federal do Ceará

Mestrado em Direito Público

Início das Atividades - Maio - 1977

Coordenador - Favila Ribeiro

Praça Clovis Bevilacqua, S/N

Fortaleza - CE,

Dos formulários entregues aos coordenadores, professores e pós-graduandos, obtivemos as seguintes devoluções;

	ENTREGUES	DEVOLVIDOS	% DE DEVOLUÇÃO
CURSOS	10	10	100 %
PROFESSORES	189	57	30,1 %
ALUNOS	1.000	306	30,6 %

NOTA: O número de formulários entregues, referentes a professores e alunos, corresponde, aproximadamente, ao pessoal em atividade,

Para melhor captação da Política Educacional, desenvolveu-se uma série de entrevistas, pesquisas bibliográficas e documental nos seguintes órgãos governamentais, todos sediados em Brasília, DF, ;

- Departamento de Assuntos Universitários — DAU — MEC
- Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior — CAPES — MEC
- Conselho Federal de Educação — CFE — MEC
- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras — CRUB
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq
- Congresso Nacional — PRODASEN

No decorrer da pesquisa, o Autor compareceu às seguintes reuniões, a fim de melhor captar determinadas estratégias em evidência no setor do ensino pós-graduado e, especificamente, na área em estudo;

- Seminário sobre a Modernização dos Cursos de Pós-Graduação em Direito — UnB / CNPq, Brasília DF, 13 a 14-10-77 (membro participante convidado);
- III Encontro de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação de Universidades Brasileiras — CAPES/UFMG — Belo Horizonte, MG, 29 a 31-08-77 (observador)
- III Jornada Latino-Americana de Metodologia do Ensino do Direito — UFSM/ALMED, Santa Maria, RS, 7 a 10-10-77 (membro-participante associado)
- Curso sobre Objetivos e Conteúdos Possíveis para a Metodologia do Direito — Asociación Latinoamericana de Metodología de la Enseñanza del Derecho — Santa Matda — RS, 7 a 10-10-77 (membro plenário)
- II Assembleia Geral do Distrito Geo-Educacional 34 — Blumenau — SC., 11 de março de 1978 (convidado)

3, 2, 2. — Processamento Metodológico da Pesquisa

Como primeiro passo, procurou-se, exaustiva e ativamente, o máximo de informações detalhadas e atuais sobre os Cursos de Pós-graduação em atividade na área do Direito, e o próprio desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, compulsando livros, estatísticas, estudos esparsos, pesquisas anteriores e outros documentos,

Esse levantamento preliminar foi efetuado na biblioteca da CAPES (Brasília), na biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e nas demais agências arroladas no sub-capítulo 3, 2, 1,

A seguir foi examinado minuciosamente o PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, documento básico de pesquisa (referencial teórico).

Do exame circunstanciado do PNPg, resultou o esmiuçamento dos seus objetivos, diretrizes e programas, que foram classificados em três grupos, segundo se referiam, específica e diretamente, 1) aos alunos (mestrando e doutorandos); 2) aos professores e 3) aos Cursos como unidades administrativo—pedagógicas.

Tabulado, assim, todo o conteúdo do Pi\Pg, foram elaborados os instrumentos de coleta, denominados FI (alunos) F2(professores) e F3(cursos). Os itens destes questionários foram cuidadosamente revistos por técnico qualificado do Conselho Nacional de Pós-Graduação, do que resultou várias reformulações.

Um quarto instrumento foi delineado, a fim de controlar o trabalho de campo e, como tal, denominado ROTEIRO DE VISITAS. Estes quatro instrumentos podem ser examinados, na íntegra, no sub-capítulo 5-1 (Anexos)

Objetivou-se, com o preenchimento dos questionários obter respostas ou informações sobre todos os aspectos do PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO nas suas três dimensões: Estabilização — Desempenho — Expansão,

Os questionários FI e F2(alunos e professores, respectivamente) continham poucas " questões abertas", a fim de facilitar o processamento eletrônico; o questionário F3, referente aos Cursos, pela complexidade de suas questões e sendo, apenas, em número de dez, seria processados manualmente,

Para o processamento eletrônico dos questionários FI e F2 obteve-se a cooperação do Centro de Processamento de Dados da Fundação Educacional da Região de Blumenau - FURB. Os questionários F3 e as questões abertas dos FI e F2 foram processados manualmente pela Profª Branca Flor de Melo Thiago Melo,

Organizou-se, ainda, como técnica, de observação, um esquema disciplinando as visitas, assim delineado:

- 1 - Chegada ao Curso, com aviso antecipada (telegrame para a CAPES);
- 2 - Contato inicial com o Coordenador;
- 3 - Contato inicial com a Chefe da Secretaria;
- 4 - Levantamento das informações gerais e estatísticas diretamente na Secretaria

mediante exame de, documentos, de entrevistas diretas e conversas ocasionais com o Coordenador e com o pessoal de apoio administrativo;preenchimento do questionário F3,

- 5 - Distribuição dos questionários FI e F2;
- 6 - Contatos pessoais com professores e pos-graduandos, entrevistas formais e informais ;
- 7 - Visita às instalações do Curso;
- 8 - Revisão do questionário F3 com o Coordenador;
- 9 - Recolhimento dos questionários FI e F2;
- 10- Recolhimento de publicações e demais material referentes ao Curso, aos professores e aos pos-graduandos, que permitissem um melhor entendimento de cada unidade pesquisada,

Além dos professores e pos-graduandos formalmente entrevistados, mas não relacionados nominalmente, foram ouvidos os coordenadores, técnicos e administradores a seguir nominados,

A publicação desta relação justifica-se em face da expressividade da atuação desses professores, no campo da pos-graduação na área jurídica, à época da pesquisa. É válida, também, como homenagem e agradecimento, extensivos a todos eles.

Edson Machado de Souza	DAU
Darcy Closs	CAPES
Hélio Bastos	CAPES
João Correa de Freitas	DAU
Raimundo Tadeu Correa	CAPES
Ubsé Francisco Paes Landim	UnB
Ana Maria Villela	UnB
Inocência Mártires Coelho	UnB
Newton Sucupira	CFE
José de Vasconcelos (Padre)	CFE
Afonso de Llgiori Pessoa Lima	CRUB
Dalmo de Abareu Dallari	Ua
Tereza Celina Diniz de Arruda Alvim	PUC/g
José Manoel de Arruda Alvim Netto	PUC/g
Tércio de Sampaio Ferraz	PUC/SP
Mário Barbosa	UFMG
Edgar dos Santos Amorim	UFMG
Arthur Machado Paupério	UFRJ

Djacir de Menezes	UFRJ
Haroldo Valladão	UFRJ
Fany telin Tchaicovsky	UFRJ
Lilian Itery H. de Sa Campos	PUC/RJ
Adriano Moreira	PUC/RJ
Javier Ferez Enciso	PUC/RJ
Alejandro Bugailo Alvarez	PUC/RJ
Alexandre Luiz Mandina	PUC/RJ
Fkji João Marques	UFPe
Lourival Vilfinova	UFPe
Joaquim Arruda Falcão Neto	UFPe
Armênio Cbsta Guimarães	UFBa
Paulo Elpídio de Menezes Neto	UFCE
Paulo Henrique Blasi	UFSC
Alcides Abreu	UFSC
Oswaldo Ferreira de Melo	UFSC

NOTA IMPORTANTE : A exceção da divulgação desses nomes e da relação dos Cursos pesquisadas, feitas neste sub-ítem, será mantida, no relatório sobre o desenvolvimento da pesquisa, rigorosa descrição com referência a nomeação de pessoas, instituições e localidades. Semelhante técnica foi adotada pela equipe de pesquisadores que, com o patrocínio da CAPES elaborou especialmente para o III ENCONTRO CE PR(5-REITDRES DE PESQUISA E P13s-GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (agosto - 1977) o documento base intitulado INTRODUÇÃO AD ESTUDO DOS (5RGÃOS CENTRAIS DE COORDENAÇÃO DE PESQUISA E P(5s-GRADUAÇÃO) Não obstante: essa reserva, o Autor caansaryam todos os documentos de coleta de dados e os Eogistroa dos observações pessoais, que estarão à disposição de quem, justificadamente, queira consultá-los,

3, 3, - Desenvolvimento da Pesquisa

3.3,1,- Estabilização do Sistema de Pós-Graduação em Direito

I - Considerações Gerais

Por estabilização ou institucionalização do sistema nacional de pós-graduação entende-se a vinculação dos respectivos cursos ao esquema universitário, administrativo, didática e financeiramente.

- a) suporte financeiro através de convênios, programas, projetos e dotações orçamentárias;
- b) conferir aos cursos de pós-graduação um caráter regular e programado dentro do conjunto de aplicações de recursos a nível governamental, ministerial e universitário;
- c) recursos complementares do Governo Federal para instalação de cursos, manutenção de bolsistas, financiamento de projetos e pesquisas;
- d) recursos do MEC para investimentos físicos e verbas de pessoal e custeio, auxílios e bolsas necessárias aos programas de capacitação de docentes;
- e) aperfeiçoar os critérios e métodos de administração financeira para obter maior agilidade e flexibilidade na movimentação dos recursos e das pessoas;
- f) reordenação do financiamento do sistema, sem mudanças bruscas para evitar a desorganização,

Foram, ainda, recomendadas as seguintes medidas globais, isto é, considerando-se interdependentemente a consolidação institucional e a estabilização financeira;

- a) alocação de pessoal e recursos nos Departamentos, em conjunto para a graduação e pós-graduação; manutenção de docentes, técnicos e pessoal administrativo a cargo do orçamento regular da instituição;
- b) atividades regulares de representação e coordenação conjunta para as atividades de graduação e pós-graduação, a nível departamental e inter-departamental;
- c) coordenação das atividades de pós-graduação a nível de sub ou pró-Reitoria e de órgãos colegiados internos.

Nesse largo espectro de medidas e estratégias, examine-se o que está sendo posto em execução e os resultados obtidos, nos cursos de pós-graduação em direito,

II — Integração Administrativa: IV) Atividades Básicas

Todos os cursos de pós-graduação em direito estão integrados a Universidades, não há unidade isolada, independente de um contexto universitário.

Tal fato, entretanto, terá uma exceção em breve. No Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas manterá, com previsão para início de 1978, um curso de Mestrado em Direito Econômico Internacional, com áreas de concentra-

ção em 1) Fundamentos Jurídicos e Políticos da Economia Internacional; 2) Regimes Jurídicos da Economia Mundial e 3) Regimes Jurídicos do Comércio Internacional,

são muito variadas as formas de administração universitária, no que tange aos órgãos de deliberação sobre pós-graduação e sua articulação com os demais setores da Universidade. Recentes estudos realizados especialmente para o IIIs ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (agosto-1977), põem em relevo esta diversidade, no panorama global do ensino em nível pós-graduado,

A presente pesquisa, que examinou especificamente a área do direito, registrou que o relacionamento administrativo entre Universidade e Curso de Pós-graduação faz-se em cinco deles, a nível de Pró-Reitoria; em três, a nível de Vice ou Sub-Reitoria, sendo que um deles pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação e outro pela Vice-Reitoria de Assuntos Acadêmicos; um está diretamente subordinado à Reitoria e outro ao Departamento,

Todos gozam de relativo grau de independência em suas decisões, a exceção do Curso ligado diretamente à Reitoria, que declarou ter total independência.

Sete cursos desenvolvem uma política integrada com a Universidade para a substituição, treinamento e intercâmbio de docentes. Esta política consiste, principalmente, em manter os professores disponíveis tanto para a ministração das aulas no nível de graduação quanto no de pós-graduação,

A integração dá-se, ainda; a) de forma acadêmica quando as disciplinas de um departamento estão abertas para alunos de outros departamentos; b) pelo aproveitamento dos mestrados nos cursos de graduação, como auxiliares de ensino e c) pela interdisciplinaridade dos domínios conexos dos vários cursos.

Apenas três cursos não estão politicamente entrosados com a Universidade, para estes efeitos.

Entretanto, mesmo em cursos que afirmaram existir integração universitária, há casos anômalos e alguns de certa gravidade. Certos **professores** e dentre eles juristas de renome internacional, estão profundamente desgostosos com o sistema de remanejamento das aulas a ponto de pretenderem abandonar o Curso,

Discordam, esses professores, da política da Universidade que os obriga a completar na pós-graduação o número de aulas a que estariam obrigados na graduação. Alegam, ainda, que a hora/aula do curso de pós-graduação, para efeitos remuneratórios, não pode equiparar-se ao valor da hora/aula do curso de graduação em face do elevado nível científico (técnico e metodológico) da aula em nível pós-graduado, o que inclui o tempo de preparo da aula e o exame dos trabalhos dos alunos; muitos destes figuras já expressivas nos círculos jurídicos, inclusive de magistério,

vários pós-graduandos entrevistados, em dois Cursos, todos professores com apreciável experiência, não esconderam a preocupação pela próxima deterioração dos respectivos cursos, em face da deficiente remuneração dos professores e do descontentamento reinante entre vários deles, notadamente entre os de grande projeção científico-jurídica.

Também foi notado, pelo menos em dois Cursos, grandes esforços para projetar o Curso na sua própria Universidade, sem encontrar, no entanto, apoio e aproveitamento para os seus graduandos e graduados.

III - Integração Administrativa: Serviços de Apoio

A integração entre os serviços de apoio da Universidade

- biblioteca, arquivo, editoria e outros - com os dos cursos, oferece aspectos bem variados.

Em dois Cursos não há qualquer espécie de integração dos serviços; em outros dois, esse tipo de integração é eventual; é freqüente em quatro cursos, especialmente em um deles quanto a serviço de editoria; finalmente em dois Cursos é muito freqüente, com o aproveitamento de serviços comuns,

Essa disparidade de situação provém, notadamente, da localização do Curso com relação à graduação e ao próprio campus universitário,

Nem todos os Cursos estão integrados no campus. Geralmente funcionam como anexos do próprio Curso de graduação em direito, a exceção de um que funciona isoladamente da própria graduação.

Os espaços físicos e as condições ambientais para as atividades didáticas e demais trabalhos são considerados plenamente adequados por quatro. Coordenadores e razoavelmente adequados por seis.

Parece que as pessoas, condicionadas pelo hábito, perdem um pouco o espírito crítico. Nossa observação pessoal não prejudicada por este condicionamento, registrou que em quase todos os Cursos as instalações, no seu conjunto, são precárias, obsoletas ou improvisadas. Entre as carências, notamos salas e corredores mal cuidados, antiquados; inexistência de salas especiais para estudos e seminários.

Haverá algumas exceções, como o caso do Curso que, a duras penas, conseguiu adaptar algumas salas, propícias a reunião de alunos ou a trabalhos de grupo,

Outrossim, a despeito do intenso esforço dos Coordenadores e de suas preocupações, as bibliotecas dos Cursos estão longe de satisfazer a demanda integral de professores e alunos. Embora possa encontrar-se excelentes obras nacionais e estrangeiras, bem como variadas coleções de periódicos, vê-se que as bibliotecas ainda não alcançaram, como um todo quantitativo e qualitativo o nível do ensino pós-graduado.

Dos professores consultados 70/o declararam que a biblioteca do Curso classifica-se entre fraca e regular.

As Coordenadorias aproveitam plenamente o potencial humano a disposição do Curso. Não há ninguém ocioso. O pessoal de apoio administrativo é em número insuficiente para atender a avalanche de serviços burocráticos, o que inclui o atendimento pessoal aos pós-graduandos e professores. Estão todos sobrecarregados. Nao só há uma nítida carência de pessoas como, e em especial, de FUNCIONARIOS ESPECIALIZADOS. Estes, praticamente inexistem. A regra é que todos fazem de tudo, apressadamente, em detrimento da execução técnica e planejada,

Na realidade, falar em "planejamento administrativo" na situação atual dos cursos de pós-graduação em direito seria utópico, pois os Coordenadores são levados a improvisar constantemente com o escasso pessoal que lhes é posto à disposição.

Um coordenador, expressão destacada do mundo jurídico nacional, fez ao Autor o seguinte apelo, que transcrevemos na íntegra, por representar a média do pensamento dos demais coordenadores, referente a pessoal;

" Confirmo nossa conversa em (...) e estimaria que em seu relatório, entre outros itens, pusesse ênfase na necessidade urgente de os órgãos federais concederem melhor apoio administrativo às pós-graduações, com melhoria salarial aos poucos existentes, e suprimento de outros funcionários em número que as pós-graduações exigem."

Para melhor entender as aflições desse notável professor registre-se que o pessoal da sua "equipe" de apoio é composto exclusivamente por um estagiário.

O tema voltará a ser apreciado no sub-item 3.3,2/IIIX/ c -pessoal de apoio técnico e administrativo,

IV - Estabilização Financeira

Os cursos da área jurídica apresentam algumas deficiências e desacertos na sua estabilização financeira.

Um terço dos Coordenadores faz severas restrições aos critérios pelos quais os cursos são providos de verbas, escassas e imprecisas.

Como norma, os cursos dependem integralmente da dotação orçamentária da própria Universidade. Tal fato, em si, não constitui uma irregularidade pois uma das metas do PNPg, quanto à estabilização financeira, é o estabelecimento da programação conjunta de aplicação de recursos, nos vários graus de ensino, a nível universitário.

Entretanto, quando a arrecadação dos cursos de pós-graduação é carregada para a Universidade, o retorno, via dotações especiais, nem sempre corresponde àquela arrecadação.

Bagistrou-se, num dos Cursos, um fato que, pela sua própria Coordenadoria, foi classificada de " contundente aberração ",

Esse Curso arrecadará, no exercício corrente (1977), de seus pós-graduandos, cerca de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00) e o retorno, segundo disposição da Reitoria, mal atingirá a cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000)

Sabe-se que o custeio do Curso - administração, professoras, material de consumo e equipamento - corre à conta da Universidade.

Entretanto, um retorno mais equitativo aliviaria aquele curso de pronunciadas insuficiências, notadamente no setor de apoio administrativo, renovação da biblioteca e suplementação salarial dos professores. Note-se, que a insuficiência ou corte de verbas foram apontadas como uma das principais causas (a segunda em maior número de frequência) das dificuldades percebidas na implantação de projetos e trabalhos especiais.

Em um dos cursos mantidos pela iniciativa privada, foram detectadas algumas anomalias e reiteradas reclamações. Este Curso enviara, em março de 1975, aos órgãos oficiais — ou mais precisamente à CAPES — minucioso memorial, preenchidos os formulários regulamentares, com projeto e pedido de auxílio referente a equipamento, material permanente, material bibliográfico, material de consumo, pessoal docente e serviços de terceiros, totalizando Cr\$ 469,870,64. Até julho de 1977 nenhuma solução havia sido dada ao pedido,

O mesmo Curso tem, ainda, restrições quanto aos procedimentos dos órgãos centralizadores da própria Universidade, em face da carência de apoio financeiro,

É flagrante a desuniformidade dos valores das contribuições dos alunos, inclusive nas próprias instituições oficiais. Nestas, notou-se a seguinte disparidade: enquanto em determinada Curso o pós-graduando paga, POR DISCIPLINA, independentemente do número de horas/aulas ou dos créditos que ela conceda, a quantia de setenta cruzeiros (Cr\$ 70,00), em outro curso a disciplina custa cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) multiplicados pelo número de créditos correspondentes e pelo número de meses em que é lecionada, o que poderá atingir a dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00).

Entre estes extremos — setenta cruzeiros e dois mil cruzeiros — variam as contribuições dos demais Cursos oficiais por disciplina cursada.

Diferenciam-se, também, as taxas de inscrições, que oscilam entre setenta cruzeiros e trezentos e quarenta cruzeiros, e todas as demais taxas por serviços prestados: certidões, fotocópias, traslados etc (preços de setembro de 1977).

O exame das respostas a pergunta específica apresentada

aos Coordenadores referente ao suporte financeiro, parece indicar uma discrepância entre a média daquelas mesmas respostas e o que pode ser observado, acrescentando aos depoimentos orais colhidos, e dos quais resultaram os comentários acima.

A questão "o suporte financeiro atende às necessidades do curso?", três responderam que é precário; um, que é precário com relação ao Pessoal da administração atendendo os outros setores; três que atende a maior parte e três, que atende globalmente as necessidades do curso,

A discordância merece ser examinada. Comparando cuidadosamente o que foi possível observar com a média destes pronunciamentos conclui-se que, se dois terços dos Coordenadores afirmam que o suporte financeiro atende grande parte da programação e, até, a própria programação global, é porque referidas programações são estabelecidas em termos muito modestos,

É um círculo vicioso: recursos deficientes gerem programações discretas que cumpridas, trazem relativa e conformada satisfação. Em outras palavras: sabendo, os Coordenadores, antecipadamente, que não haverá verbas adequadas para uma programação de alto nível - que inclua um sistema eficiente de apoio administrativo; a melhoria dos recursos didáticos, inclusive a montagem de salas especiais para estudo e trabalho; o enriquecimento da biblioteca; um amplo esquema de licenciatura e técnicas de notório saber para cursos e trabalhos especializados; o estímulo financeiro à publicação de trabalhos; a contratação de orientadores de tese e o estabelecimento pleno do tempo integral para professores e alunos - o recurso é elaborar programação em bases rotineiras cujas deficiências são notórias.

Neste estreito enquadramento, as verbas realmente são adequadas à programação,

Um indicador da precária situação financeira dos cursos é o escasso apoio monetário dado à produção e publicação de trabalhos didáticos, científicos, teses e projetos de seus professores e alunos. Cinco Cursos não dão qualquer apoio; um não dá apoio por falta de pedidos de auxílio; outro está organizando uma Revista para publicação de trabalhos, com o devido suporte financeiro. Dois Cursos dão apoio eventuais através da editoria da Universidade, publicando trabalhos selecionados. Um Curso promove a publicação de trabalhos escolhidos em revista especializada, mas alheia à instituição universitária.

3.3,2, - Desempenho do Sistema de Pós-Graduação em Direito

I - Considerações Gerais

Dos três enfoques básicos da pesquisa, que correspondera à tridimensionalidade do Plano Nacional de Pós-Graduação - Estabilidade, Desempenho e Expansão — este é o que acumula o maior número de dados, pois envolve a estrutura e a organização dos Cursos, a sua administração acadêmica, com destaque da dinâmica técnico-pedagógica, e a situação dos recursos humanos, visualizadas pelos Coordenadores, Professores e Pós-Graduandos,

II - Administração Acadêmica

- a) A organização curricular, A Didática como Disciplina obrigatória,
, A Organização Curricular

A orientação básica para a organização curricular dos Cursos de Pós-Graduação está contida na conclusão n° 7, da Definição dos Cursos de Pós-Graduação, do Conselho Federal de Educação, que propõe uma área de concentração e outra de estágio conexo:

"7 - Por área de concentração, entende-se o campo específico de conhecimento que constituirá o objeto de estudos escolhido pelo candidato, e por domínio conexo qualquer matéria não pertencente àquele campo, mas considerada conveniente ou necessária para completar sua formação,"

Assim colocada, a questão é simples. No entanto, algumas dificuldades surgiram na montagem curricular, quando da definição da relação de disciplinas para as áreas de concentração e para o domínio conexo. Afirmando, alguns professores, que esta distinção é puramente arbitrária, teórica, confundindo-se na prática as disciplinas de ambos os setores.

Verificar-se também, dúvidas na relação entre disciplina e área de concentração. Pode determinada disciplina ser área de concentração? Ou área de concentração é uma denominação genérica de determinada matéria jurídica em torno da qual se desdobrariam várias disciplinas?

A redação do § 1- do art° 42 da recente Resolução.

ne 20/77, do Conselho Federal de Educação, que fixa normas para a indicação do corpo docente das Instituições de Ensino Superior, não cooperou para a solução do impasse conceitual, pois refere-se ao grau de mestre e doutor "com área de concentração na matéria ou disciplina" para a qual o professor for S/inculcado. Esta redação, data venia, leva ao entendimento de que a matéria ou disciplina é que determina a área de concentração e não que a área de concentração seja um amplo conjunto que contenha disciplinas.

Diferente fora a concepção da Comissão que elaborou o Plano de Pós-Graduação em Direito, ao criticar o fato de que disciplinas tradicionais dos currículos acadêmicos eram elevados à categoria de áreas de concentração. Disse a Comissão que "por área de concentração deve-se entender um conjunto de disciplinas afins, abarcando diversos tratamentos, jurídicos e para-jurídicos".

Outro problema conceitual: qual a distinção entre matéria e disciplina? Na área do ensino de 1º e 2º Grau o assunto já fora razoavelmente explicitado, no Parecer nº 853/71 do Conselho Federal de Educação, que assim desenvolveu a doutrina do currículo da Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971: MATÉRIA - "A Lei nº 5692 cogitou apenas de "matéria" com um sentido que não se identifica, segundo facilmente se percebe, com a acepção tradicional da palavra. Isto é mais que uma suposição emergente do contexto; é a intenção declarada do legislador, o Grupo de Trabalho responsável pelo anteprojeto da Lei 5692 em seu relatório já salientava que o núcleo comum e a parte diversificada, mesmo reunidos, ainda não constituem propriamente o currículo, e sim a Matéria Prima a ser trabalhada no currículo pleno de cada estabelecimento, daí o emprego da palavra Matéria nesta fase. Significa, isto, que Matéria é todo campo de conhecimento fixado ou relacionado pelos Conselhos de Educação, e, em alguns casos acrescentado pela escola, antes de sua reapresentação, nos currículos próprios, sob a forma "didaticamente assimilável" de atividades, áreas de estudo ou disciplinas (art. 5º, caput),

DISCIPLINAS - "Nas disciplinas, sem dúvidas as mais específicas, as aprendizagens se farão predominantemente sobre conhecimentos sistemáticos".

Segundo o glossário da Lei 5692, organizado por Eurides Brito da Silva e Anna Bernardes da Silveira Rocha, in a Escola do 12º Grau Bloch, Rio de Janeiro, 1973, pag. 201, Disciplina é o "componente curricular

que expressa forma metodológica em que o ensino enfatiza os conteúdos sistematizados do conhecimento”.

Na área do ensino superior, ao que foi dado pesquisar, não existe nenhuma definição precisa que faça distinção entre matéria e disciplina, curricularmente consideradas, não se estranhará, pois, certas perplexidades no manejo das expressões área de concentração, domínio conexo, matéria e disciplina.

Um Coordenador relatou que, no momento de compor o currículo do seu Curso, e já em reunião com seus auxiliares, recorreu telefonicamente ao próprio relator do Parecer 977/65, no Conselho Federal de Educação, solicitando esclarecimentos adicionais sobre a verdadeira conceitualidade de “área de concentração” e “domínio conexo”. Notou-se também, que em outro Curso todas as disciplinas das áreas de concentração, em determinadas opções, podem ser consideradas de domínio conexo, e vice-versa. Ao pós-graduando é facultado indicar determinadas disciplinas da área de concentração e escolher qualquer outra disciplina, inclusive de opção diferente, como complementar, tanto da área de concentração como de domínio conexo, com poucas restrições,

Solicitado a um secretário do curso, esclarecimento sobre essa nebulosidade de limites entre disciplinas de área de concentração e disciplinas de domínio conexo, foi respondido que disciplina “3” disciplina, a escolha é do pós-graduando, o importante seria o somatório final dos créditos.

Observou-se, outrossim, que sendo as disciplinas oferecidas por períodos de três, quatro ou seis meses, nem sempre é possível enquadrar uma esquematização rígida, embora teoricamente correta, à disponibilidade de professores. Assim, o elenco de disciplinas oferecidas num determinado período corresponde, muitas vezes, mais a fatores ocasionais oriundos da regulamentação de docentes do que a pressupostos técnicos.

Nesses casos, a fórmula encontrada para vencer os óbices foi considerar a disciplina “qualquer” uma, pelo seu VALOR CRÉDITO e não pelo seu VALOR CONJUNTURAL, isto é, como peça de uma área de concentração ou de domínio conexo.

Entretanto, esta prática não é generalizada, pois

a maioria dos Cursos estruturam adequadamente o seu currículo e, cumprem o cronograma sem concessões.

Os demais estão se esforçando para distinguir, não apenas em teoria, como na aplicação as disciplinas da área de concentração do domínio conexo estabelecendo um harmonioso equilíbrio entre elas, dentro dos princípios de pertinência e oportunidade curricular. Em breve todos "atingirão as metas desejadas, com o desenvolvimento e a melhoria constante dos atuais currículos.

Vejamos como alguns currículos estão sendo estruturados satisfatoriamente,

CURSO "V" - MESTRADO

Opção ; Direito Penal

Disciplinas de área de Concentração:

- Direito Penal Comparado I - 5 créditos
- Direito Penal Comparado II - 5 cr
- Direito Penal Aprofundado I - 5 cr

Disciplinas de Área de Conexão:

- Direito Penal Executivo - 3 cr
- Criminologia - 3 cr
- Direito Penal Militar - 3 cr
- História do Direito Penal - 3 cr
- Direito Proc, Penal Aprofundado - 2 cr
- Estudo de Problemas Brasileiros - 1 cr (obrigatório)
- Didática do Ensino Superior - 2 cr
- Metodologia da Pesquisa - 3 cr

CURSO "X" - MESTRADO

Área de concentração em Direito e Desenvolvimento/ Direito ds Empresa

Disciplinas Obrigatórias Comuns:

- Relações Direito e Economia
- Sociologia Jurídica
- Aspectos Políticos do Desenvolvimento
- Seminário Especial (metodologia jurídica)
- Pesquisa I (metodologia científica)
- Pesquisa II (desenvolvimento, pelo mestrado, de uma pesquisa empírica sobre

tema de sua escolha)

PLBciplinas Obrigatórias para a Area de Direito e DesenvplviLroentQ

Seminário sobre Ensino Jurídico (obrigatório)

Seminários sobre:

- Direito e a Socãedade Internacional
- Novas tendências do Direito Internacional
- Mudança Social e a evolução do Direito Privado
- Direito e Relação do Trabalho
- Direito Criminal e Mudança Social
- Direito Penal Executivo
- Administração de Justiça Criminal (o mestrando escolherá três, dentre os sete

Seminários acima. Cada Seminário corresponde a 30 horas/aula.

- Estágio Docenre Seminário oferecido pelos mestrandos aos alunos do Curso de graduação, planejado sob a orientação de um professor do programa de mestrado)

Disciplinas Obrigatórias Para a Area de Direito de Empresa

Seminários sobre;

- ~ Direito e Empresa, A Empresa Publica e a Empresa Privada (obrigatório. Corresponde a 60 horas/aula)
 - Evolução do Dirsito Comercial Brasileiro
 - Reforma Administrativa Brasileira e sua Estrutura Normativa
 - Direita do Comércio Internacional
 - Mercado de Capitais
 - Direito e Política Tributária Nacional
 - Contabilidade para Advogados
- (o mestrando escolherá quatro dentre os seis seminários acima)

Disciplinas do Domínio Conexo (eletivas):

Qualquer disciplina dos programas de pos-graduação, da mesma Universidade consideradas necessárias a sua formação, tendo em vista os objetivos po programa de estudos previamente aprovado'. A escolha deverá ser aü provada pelo Professor Orientador,

DD currículo consta uma relação preferencial das disciplinas ligadas aos Departamentos de educação, economia e administração, fi-

losofia e psicologia.

Comentários — Observa-se que as matérias obrigatórias são apresentadas sob a forma de Seminários e não como disciplinas "propriamente ditas, no sentido tradicional.

Segundo a Coordenação desse Curso, "os Seminários são planejados com dois objetivos; 1) reestudar determinados campos do Direito sob um prisma interdisciplinar e, assim, oferecer ao aluno um exercício de síntese abrangendo conhecimentos específicos do Direito e os conhecimentos adquiridos durante o estudo das outras disciplinas; 2) transmitir ao aluno as novas conquistas teóricas de determinados campos do Direito cuja evolução vem sendo acelerada como consequência de um rápido desenvolvimento sócio-econômico,

Busca-se, assim, passar da multidisciplinaridade, característica da primeira fase do programa, integrada pelas disciplinas comuns ao estudo verdadeiramente interdisciplinar do Direito",

Curso "Y" - Mestrado em Direito do Estado

Area de Concentração

- | | |
|------------------------------|--------|
| - Direito Constitucional I | - 5 cr |
| - Direito Constitucional II | - 5 cr |
| - Direito Constitucional III | - 5 cr |
| - Direito Constitucional IV | - 5 cr |
| - Direito Tributário I | - 5 cr |
| - Direito Tributário II | - 5 cr |
| - Direito Tributário III | - 5 cr |
| - Direito Tributário IV | - 5 cr |

disciplinas Eletivas:

- | | |
|-------------------------------|--------|
| - Filosofia do Direito III | - 5 cr |
| - Filosofia do Direito IV | - 5 cr |
| - Direito Processual Civil II | - 5 cr |
| - Direito Civil I | - 5 cr |

Domínios Conexos:

- | | |
|---------------------------|--------|
| - Filosofia do Direito I | - 5 cr |
| - Filosofia do Direito II | - 5 cr |

- Teoria Geral da Direito I - 5 cr
- Direito Processual Civil - 5 cr
- Estudo dos Problemas Brasileiros - 1 cr

NOTA: Consideram-se indispensáveis os créditos conferidos nas disciplinas Filosofia do Direito I, Teoria Geral do Direito I e Estudos dos Problemas Brasileiros,

Curao "Z" - Mestrado

Áreas de Concentração:

- I - Intituições Jurídico-Políticas
- II- Diplomacia e Relações Internacionais

Disciplinas Introdutorias

- Sociologia Jurídica - 2 cr
- Metodologia Científica - 2 cr
- Teoria Geral do Direito - 2 cr

Disciplinas Comuns

- Aspectos Políticos e Jurídicas do Desenvolvimento - 3 cr
- Tipos de Estado Moderno - 2 cr

Disciplinas Específicas

Da I Área de Concentração:

- Direito Constitucional - 3 cr
- Direito Administrativo - 3 cr
- Direito Financeiro - 3 cr

Da II Área de Concentração:

- Organização Internacional - 3 cr
- Economia Internacional - 3 cr
- Direito Diplomática - 3 cr

Disciplinas de Domínio Conexo:

-12) Departamento de Sociologia

- Teoria Antropológica - 2 cr
- Teoria Sociológica I - 2 cr
- Teoria Sociológica II - 2 cr
- Antropologia Cultural - 3 cr
- Etnologia Brasileira - 3 cr

II-9 Departamento de História

- Desenvolvimento Brasileiro — 2 cr
- Desenvolvimento Americano I — 2 cr
- Desenvolvimento Americano II — 2 cr
- História das Ideias Políticas e Sociais — 3 cr

COMENTÁRIO: Verifica-se que, de um elenco de 21 disciplinas ofertadas — introduções, comuns e específicas — apenas dois grupos de três disciplinas identificam as áreas de concentração,

A Didática como Disciplina Curricular Obrigatória

Abriu-se, nesta pesquisa, espaço próprio para a didática como matéria programática nos Cursos de Pós-Graduação em Direito, a nível de mestrado, em face do interesse que os temas metodológico-pedagógicos vem despertando entre os professores da área jurídica, tradicionalmente insensíveis a este tipo de preocupação,

Outrossim, ao Autor da pesquisa, com mais de três décadas de envolvimento no campo da didática, o assunto é particularmente grato.

Ocorre, ainda, que nesses Cursos de mestrado, e ambos de grande representatividade nacional, incluíram em seus currículos a Didática do Ensino Superior, como disciplina obrigatória, fato que, por si só, justifica este especial registro,

Quando, nas entrevistas, perguntava-se aos professores sua posição frente à inclusão desta disciplina nos currículos do Curso de Mestrado, 75,9% foram favoráveis à inclusão e 24,1% desfavoráveis. Quanto a estes, é lamentável que haja professores de curso em nível pós-graduado que não se conscientizarem de que o Mestrado tem por função precípua a formação dos quadros docentes das universidades e de que não poderá haver uma eficiente situação de ensino-aprendizagem sem adequado preparo técnico-pedagógico,

Não se pode esquecer que dentre os objetivos e diretrizes gerais da pós-graduação brasileira, avulta-se a formação de professores, para o magistério universitário, "a fim de atender a expansão quantitativa deste ensino e à elevação de sua qualidade". (Plano Nacional de Pós-Graduação, pag. 17)

É óbvio que não se exigirá seja o futuro mestre de

direito um "cientista da educação", Mas será indispensável que ele saiba manejar alguns instrumentos que compatibilizem a ação letiva com as necessidades profissionais dos alunos, em termos de manipulação utilitária, de desenvolvimento de um sistema próprio de valores e de amadurecimento individual.

Com a finalidade de esclarecer esses pontos, foram entrevistados com especial interesse os regentes de Didática do Ensino Superior.

Ambos foram unânimes em afirmar que os mestrandos são plenamente receptivos à matéria. Entendem estes, que o conteúdo da disciplina amplia a visão, aprofunda conhecimentos intelectuais, facilitando, inclusive problemas de empatia e relacionamento pessoal,

A análise mais detalhada dos Programas desta área poderá ser de grande valia como incentivo a sua implantação em todos os Cursos. Compensa, pois, que se insista no tema, com a análise dos dois programas em execução. Utilizar-se-á, de preferência, a redação dos próprios textos,

Programa do Curso "M"

Disciplina — Didática do Ensino Superior

Objetivos Gerais — Os alunos-professores deverão indicar e discutir problemas do ensino universitário, devendo chegar a formular para seu próprio uso, um planejamento global de curso que atenda as necessidades dos seus alunos de acordo com sua área de especialização.

Deverão, também, adquirir experiência no manejo dos elementos que entram em jogo em situações de ensino-aprendizagem, através da vivência destas situações no decorrer do curso, tanto no intercâmbio com os colegas como nas Universidades onde tenham a oportunidade de lecionar. Os objetivos estabelecidos, as técnicas instrucionais escolhidas, os critérios de avaliação selecionados no programa de curso deverão ser experimentadas em uma situação real.

Objetivos Comportamentais — São atingidos através da apresentação global de um trabalho escrito, pessoal e original, que c. demonstrará serem os alunos capazes de;

- caracterizar a população-alvo de seu curso;
- estabelecer os objetivos intermediários e finais deste curso;
- estabelecer os pré-requisitos;

- escolher o conteúdo programático da aula s do curso;
- saloionar e aplicar métodos, técnicas e recursos de ensino coerentes com os obje-
jetivos estabelecidos;
- estabelecer critérios de avaliação
- elaborar um esquema de avaliação abrangendo avaliação diagnóstica, formativa e
somativa.

Paralelamente o aluno-professor deverá demonstrar que
é capaz de;

- criar em aula situação de cooperação, de solução de problemas e de auto-avalia-
ção;
- aperfeiçoar-se progressivamente no uso de técnicas institucionais, utilizando-
as em apresentação de aulas curtas e seminários,

Para o atingimento desses objetivos, desenvolve-se este
programa;

- Planejamento e Organização do Ensino; etapas, modelo e desenvolvimento;
- Objetivos Educacionais: conceitos, critérios de operacionalização taxonomia de
Objetivos Operacionais;
- Métodos e técnicas de ensino: centrados no professor, centrados no aluno, cen-
trados no grupo;
- Avaliação Educacional; conceitos, métodos e técnicas; instrumentos*

As atividades didáticas para a consecução deste progra-
ma constam da seguinte :

- debates sobre leituras indicadas;
- Apresentação de aulas curtas (15 minutos) sobre os tópicos constantes do pro-
grama, com utilização de técnicas instrucionais variadas e de recursos audio —
visuais;
- Apresentação de um seminário sobre problemas de ensino — aprendizagem na univer-
sidade, com apoio de bibliografia especializada (indicada no próprio programa),
Um documento-base deverá ser entregue aos colegas com antecedência de uma sema-
na, para estudo do assunto;
- Elaboração individual de um programa de curso que será desenvolvido com o auxí-
lio do professor, em três etapas;
- Crítica sobre o valor dos trabalhos feitos e apresentação de auto-avaliação 3
de avaliação dos seminários.

COMENTÁRIOS :

Completam o programa, a técnica utilizada pelo professor da disciplina para avaliar o desempenho dos alunos e a bibliografia pertinente, agrupada por assuntos,

O que rele\` acentuar neste plano de curso é a sua operacionalidade, O conteúdo programático está integral e imediatamente ... ligado às atividades didáticas, aos objetivos e aquilo a que realmente o aluno-professor faz ou fará no exercício do seu magistério.

A bibliografia, composta de vinte obras e disposta por assuntos-chaves, dá segura orientação ao estudante.

O conteúdo do programa é mínimo, traços gerais, não entra em detalhes, o que permite ao regente da disciplina boa flexibilidade no seu manejo.

Os alunos-professores têm ampla liberdade de discutir todos os tópicos do programa, inclusive quanto à sua validade, global ou parcial.

Programa do Curso "N"

Disciplina - Didática do Ensino Superior

Consta da ementa do programa; objetivos do ensino superior; condições necessárias à aprendizagem; metodologia didática e tecnologias educacionais no Ensino Superior; avaliação da aprendizagem e modernas tendências da Didática.

Os Objetivos estão subdivididos em gerais e específicos. Os primeiros visam à conscientizar o Mestrando para o valor e a necessidade da pesquisa no Ensino Superior; identificar a importância do Professor Universitário no processo desenvolvimentista; capacitar o mestrando a utilizar renovados métodos de ensino superior e suas técnicas.

são objetivos específicos habilitar os alunos a ; reconhecer e compreender a estrutura da Universidade, seus objetivos e problemas; elaborar um esquema de plano de curso; formular objetivos gerais e específicos de um curso, avaliar diferentes orientações metodológicas para situações específicas de ensino e aprendizagem; esboçar um plano de avaliação de um curso; elaborar monografia sobre um dos temas do Curso.

O conteúdo programático) está subdividido em oito unidades, versando a primeira, sobre administração universitária e as seguintes sobre a própria didática, segundo discriminaremos:

- I A Problemática do Ensino Superior
 - Características da atual estrutura universitária;
 - principais documentos legais.
- II - Didática e Pesquisa Científica
 - o método científico;
 - o professor e a atitude científica.
- III - Objetivos do Ensino Superior
 - a seleção e a formulação dos objetivos;
 - os objetivos na área afetiva e cognitiva,
- IV — Didática e as Teorias de Piaget e Bruner
 - implicações didáticas da teoria de Piaget;
 - implicações didáticas da teoria de Bruner.
- V - Modernas Tendências da Didática
 - o processo de comunicação;
 - interação professor-aluno;
 - princípios de didática e dinâmica de grupo;
 - recursos multi-sensoriais no ensino superior.
- VI — Planejamento de Ensino
 - análise das etapas e modelos de um Plano de Curso;
 - seleção e formulação de objetivos educacionais;
 - seleção de técnicas de ensino,
- VII - Avaliação no Processo Didático
 - conceito e funções da avaliação;
 - técnicas de avaliação.
- VIII— Didática e Prospectiva Docente
 - educação permanente e didática;
 - as categorias didáticas e as mudanças sócio-econômicas e culturais.

Da Orientação Metodológica consta que "os procedimentos didáticos utilizados terão como meta vivenciar as principais técnicas de ensino individualizado e socializado - trabalho de grupo, discussão dirigida, breves exposições orais do professor seguidas de debates, trabalhos individuais elaborados fora da sala de aulas e analisados em classe -."

A avaliação do rendimento " é expressa em um conceito global resultante de: participação das atividades realizadas em classe; análise dos trabalhos individuais e grupais; auto-avaliação do desempenho nos trabalhos e tarefas desenvolvidas, trabalho final em forma de monografia,"

O programa contém sugestões para o desempenho das tarefas básicas, inclusive o relatório individual de leitura,

A bibliografia aponta trinta e nove obras,

COMENTÁRIOS ;

Como destaque do conteúdo programático mencionou-se a unidade I, que versa sobre a problemática do ensino superior nos aspectos técnico-administrativo: e legal,

A propósito é curioso assinalar que, nas entrevistas com os professores, também foi solicitado se manifestassem sobre a inclusão da disciplina ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA no currículo do curso de mestrado e apenas 15% foram favoráveis à proposição,

Os demais entrevistados não consideraram que, na complexidade das obrigações universitárias, a atividade tipicamente docente, que se exaure nas relações professor-aluno no âmbito da sala de aula, é uma das atribuições do mestre, inexoravelmente enredado num sistema organizacional e burocrático, ainda em processo de estabilização.

Assim, na falta de uma disciplina específica, a inclusão de uma unidade que trate da atual estrutura universitária e dos principais documentos legais preenche uma grande lacuna no preparo dos mestres em direito,

Nota-se, ainda, no que se refere à VIVÊNCIA do programa, que há uma estreita relação entre o aprendizado formal e a aplicação dos conteúdos no campo de trabalho do aluno-professor, muito embora, por carência de tempo (depoimento do professor regente da disciplina), nem sempre os planos de curso elaborados pelos mestrandos possam ser efetivamente executados nas classes de graduação.

Registre-se finalmente, que o professor da disciplina aplica no primeiro dia de aula, um formulário de sondagem, reaplicando-o ao término do curso, como meio auxiliar de avaliação do desenvolvimento e rendimento

to \pm) programa,

b) Sistemas de Créditos

Independente do grau de subordinação da escolha das disciplinas a critérios de composição técnica de currículo, o que realmente conta, no ajuste final, é o número de créditos cumpridos pelo pos-graduando.

Este número varia entre os Cursos. Observou-se, pelas amostras da Organização Curricular do sub-tema anterior, que as disciplinas correspondem de um a cinco créditos, respectiva e individualmente,

O somatório dos créditos, para efeito de conclusão de curso e a obtenção do competente grau, oscila entre os seguintes números, nos cursos em que foi possível apurar estes dados:

CURSO "A"

Mestrado - 53 créditos; 30 em disciplinas; 20 em pesquisas e 3 em ensino docente,

CURSO "B"

Mestrado - 30 créditos: 15 em área de concentração; 15 em área de conexão,
Doutorado - 50 créditos; 25 em área de concentração; 25 em área de conexão,

CURSO "C"

Mestrado - 32 créditos: 18 em disciplinas obrigatórias (disciplinas comuns à área de concentração); 12 em disciplinas específicas da área de concentração escolhida; mínimo de 4 disciplinas do domínio conexo ou de outro Departamento da Universidade,

CURSO "D"

Doutorado - 49 créditos, podendo o pós-graduando fazer 16 créditos por semestre,

CURSO "E"

Mestrado - 120 créditos, ou 1440 horas de atividades programadas;
Doutorado - 240 créditos, ou 2880 horas de atividades programadas

CURSO "F"

Mestrado - 31 créditos: 10 em disciplinas da área de concentração; 10 em disciplinas eletivas \pm domínio conexo, 1 em Estudo de Problemas Brasileiros; até 25 na dissertação.

Doutorado - 62 créditos; 20 em disciplinas da área de concentração; 20 em disciplinas eletivas do domínio conexo; 1 em estudo de Problemas Brasileiros; 6 em estudo dirigido para a preparação da tese; até 25 créditos na tese.

CURaO "G"

Mestrado - 30 créditos: 21 em disciplinas obrigatórias (introdutórias, comuns e específicas); 3 em disciplinas eletivas, do domínio conexo; 6 da tese

CURaO "H"

Mestrado - 60 créditos: 20 em disciplinas da área de concentração; 20 em disciplinas do domínio conexo; 20 da tese,

CURSO "I"

Mestrado - 30 créditos; 6 em disciplinas da área de domínio conexo; 18 em disciplinas da área de concentração; 6 em disciplinas da área de complementação,

A correspondência entre créditos e horas/atividades (aulas expositivas, seminários, pesquisas ou trabalhos equivalentes) é muito variável, entre os Cursos,

1 crédito pode significar 5, 12, 15 ou 45 horas/atividades,

É habitual a computação de créditos obtidos em instituições congêneres reconhecidas, aproximadamente de 1 terço a 1 quinto do total.

Um Curso prevê o aproveitamento de até 50% dos créditos assim obtidos, mediante convênio. Outro Curso também aceita, em princípio, até 50% dos créditos das outras instituições, mas reserva-se o direito de analisar cada caso em particular,

c) Duração dos Cursos: da Matrícula à Titulação

As normas do Conselho Federal de Educação dispõem que a duração mínima dos Cursos deve ser de um ano para o mestrado e dois para o doutorado (art. 13, item VI, do Parecer n.º 77/69), não há fixação legal para a duração máxima, o que origina variados procedimentos, dos quais são típicos os seguintes:

CURSO "A"

Mestrado - prazo máximo de 5 anos: 2 anos para cumprimento dos créditos; 3 anos para apresentação da dissertação,

Doutorado - prazo máximo de 8 anos; 3 anos para cumprimento dos créditos; 5 anos para apresentação da tese,

CURSO "B"

Mestrado - prazo máximo de 4 anos, incluindo a apresentação da dissertação, Uma vez cumpridos 22 créditos, o mestrando pode apresentar projeto de tese e uma vez aprovado, dar-lhe prosseguimento, sob orientação,

CURSO "C"

Doutorado - Prazo máximo de 5 anos, incluindo a apresentação da tese

CURSO "D"

Mestrado - Prazo máximo de 3 anos, incluindo a apresentação da tese,

COMENTÁRIOS ;

Via de regra, os cursos admitem a prorrogação dos prazos máximos estipulados, em caráter excepcional e ouvidos os órgãos superiores da Universidade, o curso "D" por exemplo, dispõe expressamente que a prorrogação é vinculada às , informações de toda a escala hierárquica, do professor orientador ao Coordenador Geral da Pós-Graduação,

Essas restrições à expansão dos prazos máximos é coerente com a atual tendência de reduzir, inclusive, o próprio prazo máximo de estudos, principalmente o interregno entre a conclusão dos créditos e a entrega da dissertação ou tese,

O problema está sendo objeto de reestudo por alguns Coordenadores. Reconhece-se que um prazo muito dilatado entre o término dos créditos e a apresentação do trabalho final de Curso concorre para a . diminuição do interesse do pós-graduando e, conseqüentemente, para a sua evasão,

Com o intuito de abreviar esse período, observem-se alguns procedimentos específicos. Um deles, que poderia chamar-se de "pressão econômica" obriga o pós-graduando, após a conclusão dos créditos, a inscrever-se no período de "preparo de tese", que será tanto mais oneroso quanto mais prolongado, pois é compulsório o pagamento de taxas neste período.

Outra medida a ser adotada (em estudo) consiste em exigir do pós-graduando, a partir de determinada fase dos estudos, e que corresponda a um determinado número de créditos, que comprove, ao final de cada etapa regimental de trabalho, que trabalhou na sua tese, sob pena de não obter os créditos correspondentes àquela etapa. Assim, simultaneamente com a evolução dos estudos e atividades normais, o pós-graduando irá elaborando seu trabalho conclusivo.

Constatou-se, ainda, a adoção de dispositivos regulamentando a caducidade dos créditos, quando ultrapassem um determinado prazo de validade,

Essas e outras práticas preéumidamente concorrem ou concorrerão para reduzir o tempo global de estudo, da matrícula à titulação. Retomar-se-á ao assunto quando forem abordados especificamente as teses e dissertações (item 3,3, sub-item 3.3,2, IV, letra b)

d) Regimes de Frequência

A frequência é obrigatória em todos os cursos e, sobre ela, é exercida constante vigilância.

Os regimes mais severos exigem 3/4 do comparecimento; no total previsto, os demais 2/3 de frequência às aulas e demais trabalhos.

Pelo que foi dado observar, a frequência é computada cada hora/aula, mediante assinaturas em listas apropriadas.

Há cursos que divulgam mensalmente mapas da frequência individual.

e) Os Trabalhos de Curso. Critérios de Avaliação do Desempenho Acadêmico

Os Trabalhos de Curso - São assim considerados; assistência às aulas expositivas, conferências e painéis; participação nos debates orais; participação em seminários, como expositor ou debatedor; trabalhos escritos - "papers", fichas de leitura - ; trabalhos em equipe; pesquisa bibliográfica; exercícios variados de aplicações; provas escritas e orais; planos de trabalho para pesquisas estágios ou ministração de aulas,

Houve oportunidade de examinar vários trabalhos in-

individuais e coletivos, elaborados pelos pós-graduandos, alguns de real valor. Lamenta-se que não haja um efetivo e eficiente serviço de comunicação entre os Cursos, o que proporcionaria a permuta dos melhores estudos,

Como curiosidade, registre-se, que um Curso absorva os trabalhos de equipe, nos termos e pelas razões seguintes, "in verbis";

" De acordo com o Regulamento dos nossos Cursos de Pós-Graduação, o aproveitamento do aluno será aferido através de seu desempenho nos seminários e nos trabalhos monográficos, individuais ou em grupo (grupos nos-
305).

Em virtude, porém, de a nossa experiência nos anos próximos—passados ter contraindicado, por motivos óbvios, os trabalhos monográficos em grupo, de acordo com a Circular enviada aos Senhores Professores em 1976, deverão ser feitos trabalhos monográficos individuais".

Critérios de Avaliação do Desempenho Acadêmico— Todos os Cursos mantêm rígidos esquemas de avaliação do rendimento escolar, que obrigam o pós-graduando a manter resultados eficientes em todas as disciplinas através de um mecanismo de compensação de médias, evitando que ele se esforce somente em determinadas disciplinas, descurando-se de outras.

Os esquemas também levam a que seja mantido bom aproveitamento em todas as etapas do Curso, sendo inadmissível a repetição de períodos de escassa produtividade.

As avaliações procedidas pelos professores, geralmente feitas em números (notas) são traduzidas em conceitos e estes é que são divulgados, embora haja Cursos que não divulgam publicamente os resultados.

são os conceitos que decidem a permanência ou desligamento do aluno, em termos de aproveitamento.

Alguns cursos dispõem que devam ser feitas provas finais ou exames de capacitação; outros são omissos e, nestes os professores decidem qual o procedimento de avaliação adequado.

Os procedimentos variam: Há provas escritas com ou sem consulta, há defesa oral das provas escritas.

Uma prova escrita de Teoria Geral do Direito, teve o seguinte desenvolvimento: Após o sorteio do tema, de uma lista divulgada antecipadamente, os pos-graduandos dedicaram um tempo para efetuar pesquisas bibliográficas e tomarem anotações. A seguir, dispuseram de três horas para a ~~redação~~ da prova, permitida a consulta somente às anotações feitas anteriormente,

Para ilustrar a variedade de procedimentos, a nível de Curso, serão apresentados três dos esquemas coletados:

CUR3D "A"

Conceitos : A = 3 — excelente; B = 2 — bom; C = 1 — regular, todos possibilitando aprovação; D = 0 — deficiente; I = não conclusão de trabalhos, ficando o aluno, a critério do professor, na obrigação de entregá-los no transcurso de um período letivo; não entregando os trabalhos, passa a D; J — transferência por motivo justificativo, a critério da Coordenação; T — transferida,

Trancamento de matrícula ; somente após o prazo máximo de 45 dias contados do início do período letivo.

É admitida a repetição da disciplina por uma vez, no caso de insuficiência.

O coeficiente do rendimento global é a média dos créditos, devendo atingir, pelo menos, 2,1 por período escolar e 2,25 no global do Curso,

O exame de capacitação (exame final, em cada disciplina) consta de prova escrita, sorteada entre três proposições da matéria da área de concentração e três da área de conexão. A lista é publicada 30 dias antes do exame e o sorteio das questões é feito 24 horas antes da prova, o conceito para aprovação deve ser igual ou superior a C,

CURSO "B"

Coeficiente de Rendimento - cr — é o conjunto das notas de todas as disciplinas durante o curso. Deve ser igual ou superior a 7,

Conceitos; A = 10; B = 8; C = 6 (faixa de aprovação em cada disciplina); D = 4; E = 2; F = 0; I = incompleta (situação temporária , pelo não cumprimento de pequena parcela do total dos trabalhos exigidos, de quem tenha frequência satisfatória a nível médio de aproveitamento igual ou superior

a 7, Transforma-se em reprovação se os trabalhos não forem completos no prazo estabelecido; R = retirou-se { abandono da disciplina por motivo excepcional e com autorização, Q interessado deverá ter frequência obrigatória e nível mínimo de aproveitamento igual ou superior a 6),

0 desligamento do Curso dá-se; cr menor conjunto, em qualquer período; cr menor que 7 no conjunto, em dois períodos consecutivos; obtenção de avaliação final D ou E em qualquer disciplina repetida;

é admitida a repetição da disciplina, em caso de reprovação. Na avaliação do CR será computada, também, a nota da disciplina repro-
vada,

CURSO "C"

A avaliação do desempenho acadêmico é feita com a atribuição de Menções e de Média Geral Acumulada (MGA).

As menções : SS - superior; MS - médio superior ;
MM - médio; MI - médio inferior; II - inferior; SR - sem rendimento,

Para efeito do cálculo da média geral acumulada (MGA), bem como das conversões para aluras transferidos, as menções correspondem, respectivamente, aos seguintes pontos e equivalências numéricas; SS = 5 = 9,0 a 10,0; MS = 4 = 7,0 a 8,9 ; MM = 3 = 5,0 a 6,9; MI = 2 = 3,0 a 4,9; II = 1 = 0,1 a 2,9; SR = 0 = 0,

A MGA é calculada por período escolar e resulta da multiplicação do número de pontos correspondentes a todas as menções obtidas nas disciplinas do Curso, desde o ingresso do pos-graduando, pelos respectivos créditos, somando-se todas as parcelas e dividindo-se o total pela soma dos créditos das referidas disciplinas.

As menções destinam-se ao uso exclusivo do interessado, vedada a sua divulgação,

Para aprovação na disciplina é necessário obter menção igual ou superior a MM. Os créditos da disciplina só serão consignados no caso de aprovação,

Além da aprovação na disciplina, exige-se seja mantida a média geral acumulada igual ou superior a 3,2; sob pena de, no caso de

registrar-se mais de tres MGA com este nivel, ser lecuualda nova matrícula,

fs& avaliação do desempenho acadêmico, as menções finais por disciplina devem refletir os seguintes aspectos da aprendizagem!: assimilação progressiva de conhecimentos, avaliada em provas e outras tarefas exigidas ao longo do período letivo, capacidade de aplicação dos conhecimentos em trabalho individual e domínio do conjunto da matéria lecionada, aferido em exame que deverá realizar-se após encerrado o período letivo e cumprido o respectivo programa,

f) Linhas de Pesquisa dos Cursos* Planos Setoriais
de Trabalho dos Professores,

Linhas de Pesquisa dos Cursos - 1 pergunta,

~~dos~~

Coordenadores, se o Curso elaborava Plano ou Programa Anual de Trabalho, inclusive orçamentários, foram registradas seis respostas afirmativas, duas negativas e (±) as omissões.

Dois Coordenadores que responderam afirmativamente, esclareceram que excluíam da programação a parte orçamentária, afeta à própria Universidade.

Outro esclareceu que o Plano de Trabalho do Curso, deliberado em reunião com o corpo docente, consistia na soma dos planos apresentados pelos professores,

Adentrando mais a questão, pediram-se informações sobre a existência, ou não de linhas de pesquisa definidas, que norteassem o trabalho conjunto de docentes e discentes. Três Coordenadores responderam afirmativamente, cinco negativamente e dois se omitiram.

Conseguiu-se, entretanto, coletar apenas um documento específico sobre Linhas de Pesquisas, elaborado para os anos de 1976 a 1979. Trata-se de um extenso documento, cuidadosamente estruturado e impresso. Far-se-á um resumo do seu teor, lamentando-se ter que sacrificar a riqueza de detalhes, nele contidos.

As linhas de pesquisa, nesse Curso, se desenvolvem por meio de programas no campo interno (contribuição para a formação de modelos político-jurídicos) e no campo externo (programa brasileiro de cooperação e de—

seno/olvido dos Estados da África Subsaariana, especialmenteR cbs países de ex —
pressão portuguesa).

Na justificati\va para a seleção cb tema, é esclarecido que "não se espere do Curso apenas melhores operadores do Direito, nem se pretende a isto reduzir o Mestrado. Tem-se, nele, por missão, preparar, em afeito nível, formuladores de política, estrategistas, tomadores de decisão, inovadores estudiosos dos fatos portadores de futuro, os próprios construtores do futuro."

Ao final dessas explicações escreve-se; " Tratar-se-á, pois, no Curso, de gerar os instrumentos para a ordenação jurídica da realidade brasileira como potência mundial em processo de emergência. Para isto o Curso cuidará de estudar e propor um modelo político global aplicável ao período de transição para a grandeza que é a vocação nacional, e de decompor este modelo em modelos particulares, abrangentes das situações concretas, internas e externas.

As linhas de pesquisa se armarão e se ordenarão para completar o modelo geral e os modelos particulares, que são as hipóteses de trabalho do Curso, designadas para o período 1976-1979,"

Segue-se a Estratégia dd Plano, á fim de que o Curso possa atuar "com os propósitos de repensar as instituições nacionais", através particularmente dos níveis político—estratégico e tático operacional, no campo interno e externo.

Prevê-se a fixação nas seguintes linhas de pesquisa

a) No campo interno; a construção cb modelo institucional

1) no passado - a evolução cb constitucionalismo

2) em face da nova estrutura estratégica do país:

2.1, — o repensamento das instituições político—jurídicas;

2.2, — Aspectos particulares do modelo:

2.2.1, — descentralização;

2.2.2, — regionalização;

2.2.3, — fiscalidade;

2.2.4, — pluralismo;

2.2.5, — intervencionismo.

b) No campo temático: os modelos da presença brasileira no mundo;

1) no passado; a evolução da diplomacia brasileira

2) em face da nova estrutura estratégica do país:

2.1, - programa brasileiro de cooperação ao desenvolvimento dos países africanos de expressão portuguesa;

2.2, - Ação do Brasil junto às principais organizações internacionais;

2.3, - organizações internacionais africanas;

2.4, - a conjuntura institucional da América Latina;

2.5, - a conjuntura institucional da Europa,"

Em continuação, o plano apresenta minucioso programa, destacando objetivos (declarados e não declarados), o estudo de fidelidade e a temática representada.

Os Planos de Cursos, elaborados pelos professores deverão levar os mestrandos a concentrar-se na matéria desdobrada pela referida Temática,

Os modelos que a consubstanciam, no campo interno, são de conteúdo político-administrativo, sócio-cultural, regional, fiscal, partidário de intervenção e de segurança. Para a área externa, far-se-á o estudo teórico (dos modelos e de sua aplicabilidade nas ciências sociais (ação política)).

Planos Setoriais de Trabalho - Viu-se, no sub-item anterior, os planos e as linhas de pesquisa a nível de Curso. Examinar-se-á, agora, a participação direta do professor no desdobramento e execução desses programas.

Nem todos os professores organizam planos de atividades. Ddos que foram consultados, cerca de um terço que não os elabora. Tal fato é corroborado pelas informações de alguns pesquisadores dentre os entrevistados, o que ainda será objeto de meticolosa análise no item 3.3.2., sub-item III, b, d,

Inobstante possa haver essa extrema liberalidade referente ao procedimento do professor ela será, no universo pesquisado, casos de exceção, pois a maioria dos Coordenadores solicita dos seus professores a apresentação de planos de curso. Verifica-se, inclusive, em alguns regimentos, diapositivos detalhados sobre os planos de curso, como, por exemplo, este que recomenda a elaboração de cursos monográficos: "O ensino das disciplinas deve ministrado, de preferência, sob a forma de cursos monográficos, em que os temas recebam tratamen

to em profundidade, com a participação ativa dos alunos." A implantação dos cursos monográficos nesse Curso devia-se, em parte, às experiências de um de 300 professores na França,

Segundo seu depoimento, o professor seleciona um de — terminando tema, que envolverá uma grande concentração de matérias, e que será, no decorrer das aulas, devidamente desmembrado. Tal prática leva à interdisciplinariedade. Leva, também, a preparar o aluno para a dissertação ou tese. Assim, o desenvolvimento do programa consiste em abordar o tema central nas suas implicações com outros sub-temas, da própria disciplina ou de outra. Apresentar-se-á um exemplo ao final, desse sub-item.

Do exame de vários planos de trabalho dos professores verificou-se acentuada diversidade tanto na apresentação, quanto a conteúdo programático e orientação didática e bibliográfica.

Alguns, extremamente simples, constam da listagem da matéria (conteúdo programático) e da bibliografia, tudo numa folha mimeografada. Outros, pela sua complexidade, equivalem a um compêndio e propiciam segura orientação aos pós-graduandos.

As estruturas de quatro desses bem elaborados planos, podem ser examinar * s nas sínteses a seguir:

PLANO "A"

CURSO "M" - Mestrado

01 - Disciplina; 02 - Objetivos da disciplina; 03 - Programa (10 itens); 04 - calendário geral (dia, mês, semana., matéria, horário), avaliação do aproveitamento (fichas de leitura, obrigatórias em aulas expositivas; intervenção nos debates ; apresentação, como Relator, nos seminários, do tema sorteado) ; relação discriminada das matérias por aulas expositivas, debates e seminários; sorteio dos Relatores; Bibliografia com 2 obras indicadas,

Apresentação : 13 folhas mimeografadas,

PLANO "B"

CURSO "M" - Mestrado

01 - Disciplina; 02 - Objetivos da disciplina; 03 - Programa para as aulas expositivas (7 itens); 04 - Temas para os Seminários (5 itens); 05 - Tema geral • nra

o Trabalho Final de Grupo, subdividido em quatro itens; recomendações sobre o trabalho final, com sorteio de relatores; 06 - distribuição da carga horária durante o período; 07 - avaliação do rendimento; 08 - esclarecimento sobre notas e conceito final; 09 - frequência; 10 - bibliografia básica, arrolando somente obras existentes na biblioteca do Curso, num total de 41 itens.

Apresentação: 10 folhas mimeografadas,

PLANO "C" (Programa e Documento de Execução)

CURSO "M"

01 - Ementa da disciplina; 02 -- Objetivos Gerais; 03 - programa desdobrado em 10 unidades (módulos) e em vários sub-temas; 04 - Orientação metodológica, com a descrição dos procedimentos didáticos e da avaliação do rendimento; 05 -- Tórcas gerais para o planejamento e desenvolvimento dos módulos e da pesquisa bibliográfica.

ANEXO 01 - Bibliografia básica, apresentada por módulos (84 obras);

ANEXO 02 - Instruções detalhadas sobre os módulos, discriminando, em cada um, os objetivos, a preparação intelectual, os tópicos para discussão, a contribuição individual dos alunos, a elaboração de documento síntese

TRABALHO DE GRUPO — Instruções sobre a composição dos grupos de trabalho, discriminando os temas, os objetivos e as fases de execução. É prevista a auto-avaliação.

Apresentação: 18 folhas mimeografadas,

COMENTÁRIO ! A objetividade e a riqueza de detalhes do Plano acima permitem aos alunos trabalharem autonomamente, cabendo ao professor orientar o seu desenvolvimento e proceder as necessárias avaliações.

PLANO "D" (Curso Monográfico)

CURSO "N"

Índice da disciplina ; Direito Internacional Privado II

Nome do Curso Monográfico ; Problemas e soluções em matéria de reconhecimento de sentença estrangeira.

Professor; "N"

Programa:

01 - Importância, fundamento e alcance do reconhecimento das sentenças estrangeiras;

- 02 - Principais obstáculos opostas ao reconhecimento das sentenças alieigeras;
- 03 - Diferentes soluções nacionais dadas ao problema;
- 04 - Tratamento da matéria em convenções internacionais;
- 05 - O sistema brasileiro de homologação de sentenças estrangeiras;
- 06 - Críticas e conclusões,

BIBLIOGRAFIA; Além dos tratados e manuais, clássicos e modernos, nacionais e estrangeiros, de Direito Internacional Privado, são indicados 13 obras específicas "que podem ser consultadas com proveito".

Apresentação: 3 folhas mimeografadas,

III - RECURSOS HUMANOS

a) Coordenadores

Mais que o fruto da institucionalização, ou da ação conjunta, articulada tecnicamente, os atuais Cursos de Pós-Graduação em Direito são produto de um verdadeiro artesanato, onde cada peça é manufaturada para adaptar-se a determinadas situações.

Os artífices destas oficinas são os próprios Coordenadores, coadjuvados pelos professores ligados mais pessoalmente a eles e alguns pós-graduandos e funcionários sensíveis às carências típicas desses Cursos,

Cada Curso tem a sua história e personalidade específica que, em alguns casos, é a transferência da própria personalidade do Coordenador. Há os Cursos novos, que ainda tateiam na base do "ensaio e erro", um é recém-criado. Há dois Cursos cujas raízes se assentam nos antigos Cursos de Doutorado e, agora, adaptam-se às atuais exigências do Conselho Federal de Educação, com a adoção, inclusive, do Mestrado.

Por isso, não há Curso estanque, sedimentado. Todos estão se remodelando, adaptando-se a novos conceitos e objetivos, Todos procuram estabilizar-se no meio educacional brasileiro, quando não na sua própria Universidade, esta, ainda, com muitas incertezas e indefinições,

A pesquisa permitiu acompanhamento da reestruturação de vários processos de credenciamento e os esforços dos Colegiados para dar aos Cursos regimentos adequados à atual demanda e às pressões de uma nova filosofia educacional. Em alguns casos, e a pedido dos próprios Coordenadores, o

Autor participou desses estudos.

Perante o Conselho Federal de Educação, em setembro de 1977, apenas três Cursos estavam credenciados. Os demais aguardavam o pronunciamento daquele órgão aos processos encaminhados, novos ou refeitos. (vide nota especial a pag. 130)

Em face desta situação, observou-se, entre Coordenadores, professores e pós-graduandos uma sensação de expectativa, onde as manifestações de esperança se intercalam com crises de desânimo.

Queixam-se os professores, da morosidade do andamento desses processos, da extremada importância casuística dada aos detalhes e de que uma sã realidade pedagógica pode ser obliterada por um detalhe jurídico o que dá a impressão de que, no Conselho Federal de Educação, a sensibilidade do pedagogo é amortecida pelo especiosismo do jurista,

Fique claro que não há, nessas manifestações, nenhuma malquerença ou revolta contra os órgãos superiores do nosso sistema educacional. As reclamações atingem o excessivo burocracismo e a frieza das decisões, que nem sempre condizem com situações que, embora deficientemente estruturadas, foram alcançadas penosamente, (1)

A uma pergunta objetiva - as agências governamentais prestam assessoria e assistência técnica aos cursos?, - oito deles responderam que não recebiam assessoria nem assistência técnica,

A maioria dos Coordenadores entrevistados comentou que a presença do Autor da pesquisa, acompanhando, de perto, o trabalho realizado nos Cursos, era, em si, um fato insólito, pois, pela primeira vez, um professor recomendado pelo governo - no caso, a CAPES - privava do convívio de professores, pós-graduandos e funcionários.

Talvez se deva, a este fato, parte da excelente acolhida que o Autor teve durante suas visitas, apesar de não terem sido nem de "assessoria" nem de "assistência técnica", mas simplesmente de observação e coleta de dados.

Entretanto, de uma forma ou de outra, nenhum Coordenador se mostrou indiferente à presença do Autor que, em quatro dos Cursos pesquisados, foi convidado a participar de reuniões do Colegiado e a opinar so-

bre os regimentos dos Cursos, as estruturas curriculares e outros assuntos técnico-administrativos.

Cada Coordenador, a seu modo peculiar, mostrou-se como que "gratificado" por essa participação e por notar que seu trabalho e de seus auxiliares está sendo, de alguma forma, alvo do interesse direto dos órgãos governamentais.

Eis um grande filão a ser explorado em benefício de todos.

b) Corpo Docente

Por ocasião da pesquisa estavam lotados nos Cursos pós-graduação em Direito cerca de 189 professores,

O número é estimativo, em face da variação curricular pelos períodos letivos e da rotatividade docente,

Foram entrevistados sessenta e cinco (65) professores, sendo: cinquenta e sete (57) com auxílio ou somente através de questionários e onze em contactos informais.

Sessenta e um (61) eram do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Sessenta e dois (62) eram brasileiros e três (3), estrangeiros.

Constatou-se, preliminarmente, que as Coordenadoras conseguem atrair professores renomados, com largo tirocínio jurídico. Uma expressiva parcela dos atuais cientistas do direito brasileiro está engajada nestes Cursos,

A análise dos dados obtidos pelos questionários e entrevistas nos leva aos seguintes resultados e ponderações;

Seleção para Admissão no Curso de Direito - Nôo há propriamente concurso para a admissão de professores, inexistindo, assim, uma seleção formal entre competidores.

Via de regra, são convidados professores com a titulação de doutor, catedrático, titular e livre-docente. Em casos especialíssimos convidam-se professores não portadores da titulação convencional, mas de notável saber jurídico naquela área específica, notoriamente comprovado.

Os cbutares e livres-docentes foiTnam 76% dos en trevistados. Os demais, 24%, são mestres, graduactos ou possuvm outra titulação,

Dos professores entrevistados, 65 haviam apresentado curriculum vitae; 10 fizeram provas escritas, 7 apresentaram plano de trabalho e 6 forem entrevistados formalmente,

A escolha do professor, que; em geral é trabalho pessoal do Cbordenador, não afasta a sua aprovação pelos órgãos superiores da Universidade, ligados ao setor,

Como norma seletiva, dá-se preferência aos professores da Universicfede a que o Curso esta inserlcto.

Considerando o escasso atrativo financeiro que os Cursos oferecem, a maioria dos professores aceita os pesados encargos magis — teriais pelo prestígio profiissional e o estrsito relacionamento advindo do círculo que se forma entre eles, o Coordenador e os pós-graduandos.

Realmente, diante do terrível e esmagador superlativo que é a Universidade, o Curso de pós-graduação e um pequeno oásis, ■ onde se pode cultivar excelentes relacionamentos e exercer, com um certo sabor, as M des intelectuais,

O Professor de Direito e a sua Didática — Dentre os entrevistados, 15 professores obtiveram formação didática em nível de graduação; 5 em nível de 2º grau; 13 em nível de extensão e 20 por via auto—didática,

A fim de medir, na prática, a capacidade pedagógica dos professores, formal ou intuiti\|a, apresentou-se aos professores uma relação de processoes pedagógicos, ou mesmo didáticos, onde seria registrada a repectiv/s habitualidade de sua utilização. Idêntico quadro foi entregue aos pós — grsduantcos, com relação aos seus professores, Examinaram-se assim, as mesmas si— tuaçSes, mas com enfoque dado, de um lado, pelos próprios professores e, de outro, pelos seus alunos.

RESPOSTAS DOS PROFESSORES

Processos pedagógicos ou recursos didáticos utilizados pelos professores do curso.	H A B I T U A L I D A D E				
	QUASE SEMPRE	BASTANTE VEZES	ALGUMAS VEZES	RARAMENTE	NÊNHUMA VEZ
Aula expositiva (magistral)	23	18	4	8	■ 3
Projeções, transparências e outros recursos audio-visuais.	3	4	8	7	18
Seminários, debates, painéis,	24	19	9	1	0
Estudo dirigido.	11	11	11	3	8
Fichas de leitura	13	7	3	1	20
Trabalho do Equipe	13	7	10	1	15
Produção de Textos individuais	12	15	15	2	5
Elaboração de projetos e pesquisas.	10	6	13	4	11
Visitas e Excursões (intercâmbio com outros cursos ou instituições.	1	0	5	7	25

RESPOSTAS DOS PÍS-GRADUANDOS

Processos pedagógicos ou recursos didáticos utilizados pelos prj- fessores do curso.	H A B I T U A L I D A D E				
	QUASE SEMPRE	BASTANTE VEZES	ALGUMAS VEZES	RARAMENTE	NENHUMA VEZ
Aula expo si ti va (magistral)	163	79	39	9	5
Projeções, transparên- cias e outros recursos audio - visuais	5	17	66	59	133
Seminários, debates, painóis	3	83	73	17	11
Estudo dirigido	57	40	57	28	95
Fichas de leitura	68	38	54	34	87
Trabalho de Equipe	53	86	65	29	53
Produção de textos individuais	100	76	68	17	27
Elaboração de projetos e pesquisas	41	52	63	55	76
Visitas e Excursões (inter^mbio com ou- tros cyrsos ou ins — tituições	1	2	17	26	237

As situações expressas nos quadros anteriores merecem especial destaque*

Cotejando as informações das duas fontes, nota-se que elas coincidem no essencial.

Segundo os professores, os recursos por eles mais utilizados são, na ordem decrescente: Os seminários, debates e painéis; a aula expositiva (magistral); a produção de textos individuais; o estudo dirigido; as fichas de leitura e o trabalho de equipe,

Para os pós-graduandos, a ordem decrescente dos mesmos recursos utilizados por seus professores, seria: a aula expositiva (magistral); a produção de textos individuais; o trabalho de equipe; as fichas de leitura; o estudo dirigido e os seminários, debates e painéis,

Embora a sequência não seja idêntica quanto à habitualidade, os seis recursos didáticos indicados como os mais utilizados, são coincidentes.

Quanto aos recursos menos utilizados, a síntese é integral, no registro de professores e alunos, pois coincidem no tipo e na ordem da habitualidade.

O recurso menos utilizado é o de visitas e excursões (intercâmbio com outros cursos ou instituições), seguindo-se, na ordem crescente, a utilização de projeções, transparências e outros recursos audiovisuais e, finalmente, a elaboração de projetos e pesquisas.

Em face desse panorama (ou apesar dele?) 31% dos pós-graduandos consideraram ótimo o nível de desempenho pedagógico do Curso; 53% consideraram-no bom; 13% regular e 3%, fraco,

Perguntou-se aos Coordenadores se, nas reuniões do Colegiado - que variam, na periodicidade, de semanais a mensais - ou em outras ocasiões oportunas, mesmo informais, eram os professores orientados quanto à utilização de processos didáticos. Obtiveram-se as seguintes respostas:

Cinco) Coordenadores não orientam os professores. Motivos: a) Faltava o critério de avaliar professor por envolver matéria de liberdade de cátedra; b) é difícil ordenar

tar os professores, am face do, individualismo. Seria fácil se os professores fossem jovens, (Nesse Curso há um professor de excelso saber jurídico e idade pro — vecta que jamais participu+ de uma reunião de professores ou entregou, — um plano de Curso, Faz-se o registro dado a excepcionalidade do caso); c) o assunto é da competência do Departamento com o qual se relaciona o professor; d) por entender que não é atribuição específica da Goordenadoria; e) os professores acham-se auto-suficientes B não aceitariam qualquer ingerência no sector.

Quatro Coordenadores orientam o corpo docente , e Bsclarecem; a) através de circulares; b) para que todos se enquadrem nas diretrizes do Plano Nacional de Pós-graduação; são feitas recomendações quanto ao conteúdo de Plano de Curso; c) para dar unicidade ao Curso; d) para assegurar a prevalência de um sistema de equipe e a integração dos objetivos pedagógicos, avaliando falhas e promovendo acertamentos didáticos,

Um Coordenador admitiu que em suas reuniões trata de assuntos preferencialmente didáticos, embora não os tenha discriminado.

Dentre aqueles Coordenadores que não orientam didaticamente o corpo docente por recomendações diretas, há os que incluem, na pauta das reuniões, assuntos ligados à Coortlenação de programas e temas correios — tos, objetivando ao desenvolvimento técnico das ativicfades letivas e uma relativa harmonia de procedimentos.

Orientação aos Mestrandos e Doutorandos — Regimentalmente, faz parte das ativida des dos professores, além da rotina das aulas, prestar assistência aos alunos, na qualidade de Orientador de Curso ou Orientador de Tese ou Dissertação.

Tecnicamente, admite-se que os índices desse re lacionamento devam ser os seguintes;

Orientação de Curso ; Desejável = 5 alunos por professor;

Aceitável = 8 alunos por professor.

Orientação de Tese ou Dissertação: Desejável = 3 alunos por professor;

Aceitável = 5 alunos por professor.

Na realidade, e em especial nos cursos de elevada ma tirf cuia, esses índices ideais não estão sendo atingidos, e o problema está causando sérias preocupações aos Coordenadores e professores.

Para cumprir as normas legais, os orientadores são designados mas a orientação é meramente nominal.

Veja-se, in concreto., a situação do Curao "X", de matrícula exacerbada, em face da projeção histórica e prestígio nacional da instituição, e onde lecionam professores de renome internacional.

Cuidadoso levantamento, com base no segundo semestre de 1977, ofereceu os seguintes resultados, assim codificados; a letra representa o professor-orientador de curso e o número, a quantidade de alunos por ele orientados. A - 11; B - 5; C - 16; D - 3; E - 11; F - 21; G - 9; H - 9; I - 25; J - 21; K - 5; L - 11; M - 14; N - 2D; G - 12; P - 12; Q - 22j R - 71 S - 30 T' - 1. U - 9; V - 32; X - 17; Y - 2; Z - 5; A' - 4; B* - 6; C» - 6; D' - 27; E' - 2; F - 2; G' - 2; H« - 19; I' - 35; J' - 26; K» - 4; L' - 16; M' - 31.

Relação mínima - 1:1; relação máxima - 1:38; relação média - 1:14,13.

Tomando como parâmetro os índices de 1:5 como desejável e 1:8 como aceitável teremos 7 frequências desejáveis (18,42 %); 3 aceitáveis (7,81 %) e 28 abaixo de aceitáveis (73,68 %). A própria relação média, de 1:14,13 está bem abaixo do aceitável.

Por isso não causou espécie, neste como em outros Cursos de grande porte, a indecisão de vários pós-graduandos entrevistados, quando inqueridos sobre a atuação do seu professor orientador. Ignoravam a figura do professor-orientador* .

Não obstante, dos professores entrevistados, 72 % declararam que mantinham constante contacto com os orientados; 26 % que mantinham contactos espaçados e/ou eventuais e 2 % que não mantinham nenhum contacto com o aluno orientado. O grau de proveito desse relacionamento foi julgado ótimo por 37,5 % dos professores; BOM, por 65 % e REGULAR, por 7,5 % »

Txbs casos de elevado número de orientados, só pode-se aceitar que os contactos entre estes e o professor orientador sejam considerados Constantes se se considerar como Contacto com o Orientado os encontros físicos do professor com o aluno nos corredores e nas salas de aula, Então, este tipo de relacionamento estará muito distante do esquema técnico que seria desejável

vel para uma autêntica orientação de curso e muito menos de dissertação ou tese.

Sugestões dos Professores - Dos 65 professores entrevistados, 55 % não apresentaram sugestões, Os demais (45 %) ofereceram cerca de 40 sugestões que, aglutinadas e resumidas formam a seguinte lista, pela ordem da frequência;

- adotar o intercâmbio entre professores de instituições congêneras;
- ampliar a política de bolsas (quantidade e valor);
- atualizar e enriquecer a biblioteca, especialmente na parte de periódicos;
- instalar salas apropriadas para estudos e seminários;
- obter maior apoio financeiro de quem de direito, visando à alocação de meios materiais para a melhoria dos trabalhos, pesquisas etc., de professores e alunos;
- ampliar os quadros do pessoal de apoio administrativo;
- adotar o sistema de tempo integral FEAt. para alunos e professores, com o correspondente amparo financeiro e técnico;
- obter recursos para ampliação das técnicas audio-visuais e outros processos pedagógicos;
- dar-se preferência, nas Faculdades de Direito, aos mestres formados no próprio Curso da Universidade;
- transformar as Universidades em Fundações;
- adotar uma política de participação mais ativa dos professores em Congressos e Conferências no país e no exterior;
- dedicar mais tempo à pesquisa de campo;
- reduzir o leque das disciplinas ofertadas, a fim de permitir o aprofundamento, em áreas específicas, reduzindo, inclusive, a duração do Curso;
- incluir no currículo, as seguintes disciplinas: psicologia geral, lógica, latim, direito previdenciário comparado, filosofia aprofundada;
- institucionalizar a aplicação periódica de questionários semelhantes ao utilizado na presente pesquisa, em benefício dos órgãos encarregados da administração do ensino neste nível, como em proveito dos próprios professores,

c) Pessoal de Apoio Técnico e Administrativo

Segundo foi registrado em sub-item anterior (3, 3,1,—III), a carência de pessoal de apoio administrativa chega a atingir aspectos alarmantes.

O que se faz é a base da improvisação e do sacrifício dos poucos que são deslocados para esse sector,.

Não há funcionários especializados e as funções são pouco adequadas aos executantes. Alguns exemplos; o bibliotecário da Universidade é destacado para ser o secretário do curso; o escriturário da Universidade é colocado à disposição do curso, onde é secretário e contador; o acadêmico do curso de engenharia é o datilógrafo; o acadêmico do curso de letras é o bibliotecário, e assim por diante.

Outrossim, embora exista linha hierárquica para efeito disciplinar, não há nítida hierarquia de funções, pois a regra é que todos fazem de tudo, na proporção das urgências.

Tal fato provém de que os funcionários são elementos de outros sectores da Universidade, e colocados à disposição do Curso.

Segundo se observa pelos exemplos acima, as lacunas são preenchidas por estagiários, não raro, suas áreas de estudo coincidem com as tarefas de administração que lhes são entregues,

Nos cursos de matrícula elevada a média é de 1 (um) funcionário para 150 alunos. Dentre os Cursos de matrícula média, há um que dispõe de apenas um estagiário para todos os serviços burocráticos.

Nos cursos da rede particular a situação não difere em essência, pois ocorrem casos de prestação gratuita de serviços pelos pós-graduandos e de pagamento de gratificação em dinheiro ao funcionário, pela própria Coordenadoria,

Como exemplo das lacunas que a situação acarreta, há o problema da elaboração das estatísticas. Nota-se que em todos os Cursos há registros individuais dos pós-graduandos com o registro de dados pessoais e histórico escolar. Como esse cadastro está sempre em ordem, torna-se fácil obter qualquer informação sobre determinado aluno (dados pessoais, créditos obtidos, conceitos, frequência, etc.)

Entretanto, via de regra, esses elementos não são transferidos para quadros gerais, a nível institucional, que possibilitem uma visão ampla e imediata da situação global em determinados períodos.

Por isso, todos os dados estatísticos globais encontrados ou que foram elaborados especialmente para a pesquisa, são mais estimativas do que a expressão exata da realidade,

O levantamento estatístico previsto nos questionários - evolução da matrícula global; número de alunos que já concluíram os créditos; número de alunos em fase de elaboração da dissertação ou tese; número de alunos já titulados e número de cancelamentos de matrícula - ficou muito prejudicado em face dos óbices apontados e da carência de tempo para, durante a pesquisa, levantar os dados exatos compulsando todas as fichas individuais. No Curso de maior matrícula há cerca de 1300 fichas, somente referente ao atual período letivo (julho/setembro de 1977),

Em alguns Cursos, foram oferecidos vários números globais, já apurados para determinados fins - relatório à Reitoria, preenchimento de boletim para a CAPES, etc, - entretanto havia nítida disparidade entre eles, isto é, entre os vários documentos afins e dentro deles considerados individualmente, o que não permitiu a compatibilização dos dados recebidos.

Assim, só restou aceitarem-se as estimativas, resultantes dos elementos encontrados, razoavelmente harmonizados com a apuração feita por exame próprio.

Sempre que esses fatos eram comentados com os Coordenadores afluía com explicação a escassês de funcionários.

Entretanto no entender do Autor, além desta cosa imediata e exterior, há um fator oculto, ligado aos problemas da institucionalização do sistema,

É que não foi, ainda, atingida a plena conscientização de que o Curso de PÓS-Graduação é parte indissociável de um todo. Encaram-no - e o processo talvez seja inconsciente - , como um núcleo individual, isolado,

Por isso, dá-se ênfase aos cadastros individuais, perfeitamente ajustáveis à operacionalidade do Curso considerado como uma unidade estanque,

As estatísticas globais, por subtenderem, a ligação com outros órgãos,

o intercâmbio hierárquico ou meramente técnico-informativo, somente agora começam a ser consideradas, reflexo da nascente política de institucionalização.

Em resumo, o desempenho administrativo encontra sérios óbices, motivados pela instabilidade profissional, Q'escassa seletividade do pessoal admitido e a filosofia, agora em declínio, de considerar o curso de nível pós-graduado como um simples apêndice da Universidade.

D) Q ALUNADO: MESTRANDOS E DOUTORANDOS

Malgrado os esforços do Autor e a boa vontade do pessoal de apoio administrativo não se apurou, com precisão, o número de mestrados e doutorandos efetivamente matriculados, à exceção das instituições novas, de reduzida matrícula e recente escrituração. Os motivos estão sobejamente descritos e criticados no sub item anterior (3.3.2.-III-d). Somente agora, com o progressivo (ombora incipiente) processo de institucionalização do sistema e a pressão exercida pelos órgãos administrativos superiores, internos e de outras agências governamentais, é que estão sendo adotadas medidas de correção na área.

Em dois cursos, cumpre assinalar, e a pedido da seus Secretários, o Autor deu sua cooperação pessoal no sentido de compor um fluxograma que permitisse acompanhar, em números globais, a movimentação dos alunos, desde a matrícula até a titulação,

A pesquisa levantou os seguintes dados, em caráter estimativo:

ALUNOS VINCULADOS AOS CURSOS

MESTRADO E DOUTORADO

PERÍODO	CURSOS - MESTRADO E/OU DOUTORADO										7DTAIS
	"A"	11011	"C"	"D"	11011	11011	"G"	"H"	"I"	"J"	
de 1966 a 1972				13	786	133					932
1973	30			15	66		360	20			491
1974	18		262	10	64	200	485	45			1084
1975	11	30	266	28	65	187	445	25	11		1068
1976	12	25	209	38	58	177	496	23	11		1049
1977	a	33	133	73	58	589	410	62	-	16	1395
TOTAIS	92	88	870	177	1097	1286	1496	175	22	16	6019

Muitas observações interessantes podem ser inferidas da situação acima expressa.

QUANTO AD QUADRO EM SI - Não foi possível distinguir, nos totais de alunos vinculados, qual o número de alunos que representavam novas matrículas do número de alunos já matriculados em períodos anteriores.

Também não se obteve dados confiáveis que distinguíssem a MATRÍCULA TOTAL (alunos novos mais alunos com matrícula(s) anterior(es)) da MATRÍCULA EFETIVA (matrícula total menos trancamentos, desistências, reprovações e Mspensas). Em parte, a indistinção entre DADOS CD PERÍODO e DADOS ACUMULADOS é oriunda da grande rotatividade dos alunos (matriculas, trancamentos, desistências, reprovações, etc,) durante o ano letivo e que não são computados devida e globalmente.

Portanto, só um levantamento de todos os registros individuais - o que teria sido impraticável - poderia esclarecer a quantas PESSOAS FÍSICAS, ou a QUANTAS EXPECTANVAS DE HTULAÇ, corresponderia o total, apurado de 6.019 MATRÍCULAS. Assim, se o aluno "N" fez o Curso em oito trimestres, por exemplo, deve ter-se matriculado oito vezes (independentemente do número de disciplinas cumpridas) o que corresponderá a OITO MATRÍCULAS naquele total apurado.

AS INFERÊNCIAS DO QUADRO - O Curso de matrícula mais elevada, em 1977, registrou 589 alunos e o de menor matrícula 16. No Curso de maior matrícula, chegou-se a admitir até 40 alunos por disciplina, colocados simultaneamente na mesma sala de aula, o que dá uma remota possibilidade de atendimento personalizado.

A relação total de alunos matriculados, no mesmo período, nos oferece a seguinte sequência, pela ordem decrescente:

589	Cursos de grande porte
410	
133	
73	Cursos de médio porte
62	
58	
33	Cursos da pequeno porte
22	
ZL	
16	

Numa classificação arbitrária, pode-se distinguir três tipos de Cursos; de pequeno porte (4); de médio porte (3) e de grande porte (3).

Esta classificação sintoniza aproximadamente com as respostas colhidas quando se perguntou se a capacidade de atendimento (matrícula) na conjuntura atual do Curso (relação entre espaço físico, recursos humanos, recursos financeiros e o número ideal de alunos) estaria dentro da média ideal, acima ou abaixo desta média.

Dois coordenadores consideram que a situação do seu Curso está abaixo da média ideal (pode receber mais alunos sem transtornos). Ambos os Cursos são de pequeno porte, Cicco, declararam que seus Cursos estão dentro da média ideal (há equilíbrio entre a matrícula e a capacidade estrutural do Curso, humana e física). Destss, um reconhece que, até pouco tempo, estava acima desta média (mais alunos que a capacidade de recebê-los e retê-los), entretanto estavam sendo implantadas para a redução da matrícula efetiva; que deveria absorver apenas 15 alunos novos por área. Dois destes Cursos são de pequeno porte, dois de médio porte e um de grande porte.

Três coordenadores responderam que seus Cursos estão acima da média ideal, isto é, ultrapassaram a capacidade de atendimento normal dos alunos. Um deles esclareceu que há planejamento para reduzir a matrícula efetiva às condições ideais de atendimento do Curso. Um destes cursos é de médio porte e dois de grande porte.

— x —

Com base nas respostas aos questionários dirigidos aos pss-graduandos e nas suas manifestações quando entrevistados pessoalmente, examinar-se-á as peculiaridades fundamentais do alunado dos Cursos de P&S-graduação em Direito, numa amostragem que representa, aproximadamente, um terço da MATRÍCULA EFETIVA à época da pesquisa.

DADOS PES3DAIS - Dos informantes, 194 (63%) eram casados; 95 (31%) solteiros; 12 (4%) desquitados e 5 (2%) viúvos. 201 pertenciam ao sexo masculino (66%) e 104 ao sexo feminino (34%).
Cursavam o MESTRADO 239 alunos (78,10%) e o DOUTORADO, 67 (21,90%).

BOLSAS DE ESTUDO — Somente 19,5% dos alunos eram bolsistas e, destes, 38 recebiam os recursos do PICD; 10 da DEMATNIDA SOCIAL; 1 do CNPq e 2 de OUTRAS FONTES

Em face disto, 20% do total dispunham de tempo integral e os restantes 80% estudavam em tempo parcial.

CRÉDITOS E PROJETOS DE TESE OU DISSERTAÇÃO - Com referência à obtenção de créditos, 32% dos entrevistados somente haviam atingido um terço dos créditos ;

29% de um a dois terços; 37% já haviam conquistado mais de dois terços.

Apesar destes últimos resultados, somente 12% do total haviam apresentado projeto de tese ou dissertação.

EXERCÍCIO CD MAGISTÉRIO - Apesar dos Cursos de Pós-Graduação, principalmente o Mestrado, estarem ligados diretamente ao exercício c/a magistério, 43% dos pós-graduandos entrevistados não lecionam. Dos 57% que exercem o magistério, 33 são titulares; 10 são adjuntos; 36 são assistentes e 63 ocupam outros níveis , inclusive em cursos que não os de graduação.

Dentre os que não exercem o magistério, a quase totalidade não pretende fazê-lo e vários dos alunos-professores gostariam de retirar-se da profissão. (Dados colhidos em conversas ocasionais e não computados numericamente indicam que a causa principal do desinteresse reside na escassa remuneração; dentre os fatores positivos para os que lecionam ou pretendem lecionar destacam-se a satisfação pessoal e o prestígio social).

PARTICIPAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO OU DECISÃO DOS CURSOS - É mínima esta participação, É de 2,5% na administração e de 7,1% nas decisões, de forma sistemática ou regimental,

AUXÍLIO FINANCEIRO AO TRABALHO INTELECTUAL - Dos alunos que editaram trabalhos de sua autoria, isto é, cerca de 27% da grupo entrevistado, raros foram os que receberam auxílio financeiro oficial (2,9%).

AVALIAÇÃO GLOBAL DO DESEMPENHO DO CURSO - Cento e um pós-graduandos (34%) consideram fraco o nível global de desempenho dos Cursos; cento e sessenta (52%) julgaram-no bom; trinta e dois (12%) classificaram-no de regular e dois (2%), de fraco.

SUGESTÕES, COMENTÁRIOS E OBSERVAÇÕES APRESENTADOS PELOS PÓS-GRADUANDOS - Foi largo o espectro de sugestões, comentários e observações colhidas, apesar da

omissão de 2L0 pós-graduandos em se manifestarem.

As vezes os comentários assumiam o tom de "crítica", um quase "desabafo", o que não impediu fossem registrados pois, embora sem "conteúdo sugestivo expresso", o pronunciamento crítico, mesmo o acusatório, aponta uma situação específica que, no consenso valorativo de quem o expendeu, deveria ser alterada ou eliminada. No fundo, encerra uma sugestão.

A maioria dos pronunciamentos refere-se a situações peculiares, internas, do Curso do informante, mas o somatório das sugestões, se bem apreendido, tem valor universal.

Por outro lado, os pronunciamentos arrolados apresentam confiabilidade de quanto ao universo pesquisado, porque foram emitidos por alunos de todos os Cursos, constituindo, assim, uma amostra representativa.

Pareceu recomendável, por uma questão de ordem, apresentar estes pronunciamentos agrupados por assuntos, em concordância com os temas e o esquema da própria pesquisa.

ÁREA ADMINISTRATIVA - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

■ Adoção de aulas diurnas.

- Redução do tempo de duração do Curso; redução do número de disciplinas do currículo, para permitir o aprofundamento científico.
- Instalações mais adequadas, para aulas e trabalhos de orientação de curso ou de tese.
- Reduzir para 30 a média de alunos por sala de aula.
- O número máximo de alunos em uma sala deveria ser 10.
- Maior intercâmbio entre graduação e pós-graduação.
- Maior contacto dos alunos com a administração do curso.
- Dar ao Curso uma organização mais racional,
- A estrutura do Curso deveria ser mais rígida, com relação ao cumprimento dos deveres de professores e alunos,
- Melhor orientação aos mestrandos quanto a composição curricular.
- Na seleção dos alunos, pedir prova de capacitação de conhecimentos mais específicos, relacionados a área.
- Na seleção dos alunos, dar mais atenção ao curriculum-vitae.
- Seleção mais rigorosa e reposição do nivelamento, para admissão dos alunos.
- O Curso de Pós-Graduação não está à altura da projeção da mesma Faculdade.

- IVIaior participação do aluno na vida [nos problemas) do Curso.
- Oportunidade (preferência) para a matrícula de alunos jovens, já que existe limite de idade para ingresso no corpo docente da Universidade.
- A Coordenação e a Secretaria do Curso são excelentes.
- O Curso ainda não fixou uma mentalidade segura, como ocorre nos cursos europeus.
- IVIaior riqueza de opções; maior leque ds ofertas de disciplinas.

ÁREA FINANCEIRA. BOLSAS

- Dar maior apoio financeiro ao estudante (local ou de fora).
- Regularidade e precisão no pagamento dos bolsistas.
- Ampliação mais efetiva do programa de bolsas de estudo, para permitir a uni-versalização do tempo integral e a consaquante redução do período do curso.
- Eliminar a desigualdade de tratamento entre o aluno - professor que vem de outra localidade, com bolsa de estudo e tempo integral, e o aluno-professor da própria Universidade, que deve trabalhar, sobrfando-lhe escasso tempo para o estudo.
- Quando o mestrando for professor da própria Universidade, deveria ser dispen-sado das aulas a seu cargo, durante o Curso.
- Ampliar o programa de bolsas especiais como estímulo à pesquisa e à produção de trabalhos científicos.
- O Curso é demasiadamente dispendioso.

ÁREA TECNO-PEDAGÓGICA

- Estreitar os contactos com o professor orientador.
- Estabelecer horário para o professor orientador, facilitando os encontros com os orientados.
- A ação do professor orientador deve ser extensiva ao Curso de Mestrado e não apenas ao Doutorado.
- O curso é ineficaz porque é feito e administrado por pessoas com ocupações ab-serventes.
- Além da coordenação individual, deveria haver um Coordenador para cada área de concentração.

- Contratação de professores de alto nível.
- O doutoramento deveria circunscrever-se a uma especialidade, com apoio em outras disciplinas.
- Há demasiada insistência na aula expositiva; deveria haver maior emprego de recursos audio-visuais.
- Adotar técnicas modernas quanto aos trabalhos escritos dos alunos.
- Adoção de mais disciplinas para-jurídicas (sociologia, economia política, etc)
- Desteorizar o programa de Estudos de Problemas Brasileiros, dirigindo-o às realidades nacionais.
- Ampliar o grupo de ciências políticas.
- Adotar técnicas de ensino mais práticas, ligadas a problemas vivenciais.
- Adotar técnicas de estudo dirigido.
- Dar sentido mais objetivo aos trabalhos . Estabelecer uma ligação entre a Universidade e os problemas sociais.
- Desenvolver trabalhos práticos de equipe.
- Dar maior atenção à produção de textos individuais.
- Adotar, no Mestrado, programas de Lógica e de Metodologia Científica.
- Oferecimento de uma disciplina de Metodologia do Ensino Superior e/ou Metodologia do Direito.
- Promover o intercâmbio de professores de alta saber, entre os vários Cursos.
- Estudo acurado, em todo o Curso, do Direito Comparado.
- Maior estímulo e oportunidade à pesquisa.
- Rigor na avaliação do desempenho do mestrando, quer na computação dos créditos, quer na dissertação, pesquisa, relatório e defesa de trabalhos.
- Dar mais ênfase aos detoates e seminários, evitar longas e maçantes leituras.
- Participação do alunado quando da elaboração dos currículos, especificamente das áreas de concentração.
- Maior participação e integração do Curso no meio social, aulas mais ativas com a realização de pesquisas e trabalhos de campo.
- Melhoria, do desempenho pedagógico do Curso.
- Avaliação mensal do desempenho pedagógico do Curso .
- Em Relações Internacionais, incluir geografia humana, economia e geo-política.
- Instituir programas de estágio no curso de graduação, na própria Faculdade ou em outra, mediante convênio. Dar melhor coordenação ao estágio docente.

- Incentivar o intercâmbio entre professores e mestrandos, além dos contactos formais na sala de aula.
- Adotar trabalhos escritos para a avaliação de cada disciplina; ensaio, monografia ou provas.
- Há professores que dedicam ao Curso a sobra do tempo de suas atividades profissionais, resultando instabilidade e superficialidade de conteúdo.
- Ativar o estágio docente; exercer a prática nas próprias salas de aula.
- Atualizar a biblioteca; manter uma biblioteca especializada à disposição dos alunos; ampliar o horário de funcionamento da biblioteca.

Desmitificar a tese.

- Substituir a tese por um número maior de créditos.
- Orientação para a redação e defesa da tese desde o início do Curso.
- Escolha do Tema da tese no início do Curso, para receber o apoio do Orientador no transcorrer dos trabalhos, A tese deve ser concluída com os créditos.
- Devem ser abandonadas, numa segunda etapa dos estudos, as disciplinas sem interesse direto para a elaboração da tese, concentrando-se nas disciplinas a-fins.

COENTÁRIOS - Esta longa listagem de sugestões e pronunciamentos, não obedeceu, no seu desenvolvimento, ao critério da frequência, não apontando, assim, a própria quantificação dos depoimentos, por assunto.

Entretanto, por ser um dado de significância, assinalar-se-ão os temas de maior ocorrência, com a frequência respectiva:

- 1 - Sugerindo ampliação e melhoria das bibliotecas - 25 frequências,
- 2 - Sugerindo a melhoria dos processos didáticos - 20 frequências.
- 3 - Sugerindo contactos mais aproximados entre orientador e orientado; professor e aluno; Coordenador e aluno - 20 frequências.
- 4 - Sugerindo alterações curriculares, com ênfase na praticidade dos conteúdos - 10 frequências.
- 5 - Sugerindo melhorias quantitativas, e qualitativas nos atuais sistemas de estudo - 10 frequências.

vários destes depoimentos foram amplamente desenvolvidos em contactos informais do Autor com os pós-graduandos. Conseguiu-se, assim, perceber vários detalhes não expressas na simples formulação escrita dos depoimentos.

Dos apontamentos, comentar-se-ão alguns fatos peculiares.

Quando o pós-graduando sugere que os conteúdos programáticos sejam mais ligados à realidade, ele não objetiva, necessariamente, exercitar sua criatividade na mudança dessa realidade através do direito, mas sim adentrar a intimidade casuística de determinados ramos da ciência jurídica visando ao aprofundamento técnico e o imediatismo profissional.

Em geral são profissionais ambiciosos (no bom sentido) que obtiveram falha **for**mação acadêmica e almejam, na pós-graduação, reparar aquelas lacunas, com vistas ao êxito advocatício,

Na realidade, não se entrevistou nenhum mestrando ou doutorando que objetivasse ser um "construtor do direito".

Via-se: ~~regua~~ regua objetivos não ;ijTietdÍtDS... e, para tal, concorrem os cursos que se estruturam curricularmente em áreas de concentração que nada mais são que macro-programas das disciplinas da própria graduação universitária. Quando o aluno, por exemplo, faz um curso de três anos em direito penal, o que ele realmente quer é ser um adestrado penalista, para usufruir do esmerado conhecimento desse ramo do direito, à frente de um concorrido escritóório.

Há outros (a minoria) que entendem como melhoria curricular o aprofundamento em temas de validade universal, para a perquirição científica do direito, como os ligados à filosofia do direito, à teoria geral do direito, à sociologia jurídica e à hermenêutica jurídica. Geralmente, estes perseguem apenas uma formação intelectual desinteressada.

Nos depoimentos orais dos pós-graduandos, obtidos descontraidamente, ouviu-se sérias objeções ao trabalho didático de vários professores, especialmente quanto ao recurso exagerado às aulas expositivas. Note-se que os alunos não criticam as aulas expositivas pelo fato de serem "e?<positivas". Muitos consideram, até, a exposição oral como a via mais acertada para o exercício do ensino jurídico. Ainda perdura o mito da conexão necessária entre DIREITO e ELOQUÊNCIA I. As ressalvas são quanto à maneira de ser dessas aulas, desfiadas no tempo, sem conexão com temas anteriores ou posteriores (falta de organicidade) e das quais não resulta nenhum compromisso mais sério de estudo ou de trabalho para os próprios alunos.

Declarou, um doutorando, que havia observado que nem sempre o melhor professor

corresponde ao melhor jurista, de onde concluirá que as aulas deveriam ser ministradas por professores de maior disponibilidade de tempo e mais acurado tirocinio pedagógico, ficando aos professores de notório saber o encargo de proferir conferências sobre temas altamente especializados. Essa observação, evidentemente, é uma generalização e incorresponde a vários casos específicos, pois o Autor testemunhou o trabalho abnegado e eficiente, inclusive técnico-pedagógico, de renomados juristas.

Em resumo, esquecidos os casos individuais, favoráveis ou desfavoráveis, não pode restar dúvida quanto à recomendação da CAPES, na apresentação do trabalho OS GRAUS DE MESTRE E DOUTOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NORTE-AMERICANAS (abril/1977), ao referir-se ao aprimoramento do ensino de pós-graduação no Brasil;

"dar maior ênfase ao trabalho individual, através de seminários e contínua apresentação de análises bibliográficas reduzindo, ao mínimo, as aulas expositivas."

IV - RESULTADOS OBTIDOS

A) A PRODUTIVIDADE DOS CURSOS

A produtividade dos Cursos de Pós-graduação em Direito deve ser entendida pelo indicador que resulte da relação entre conclusões de crédito e titulações, a nível de mestrado e doutorado.

Poder-se-ia considerar, independentemente da titulação, o ganho intelectual oriundo do cursamento das disciplinas e, até, a consequente especialização (aprofundamento) em determinadas áreas e seu aproveitamento no imediato profissional. Em recentes estudos, o Conselho Federal de Educação admite, formalmente, que são várias as funções de uma instituição de ensino superior dentro das comunidades que as criam e mantem.

Genericamente, uma instituição educacional deve atender as necessidades sociais e, dentre estas, várias extrapolam às necessidades rentáveis ocupacionais.

Entretanto esses indicadores não se coadunariam com o sistema universitário brasileiro, juridicamente considerado, pois a titulação final, expressa na obtenção dos graus de Mestre e Doutor, é condição fundamental para o exerci

cio de determinadas atividades de ensino e pesquisa, legalmente regulamentadas e portanto, exigíveis (art. 42 do DL nº 465, de 11-02-69 e, recentemente, ■ o art, 5s, letra a, da Resolução nº 9 20/77 do CFE).

Assim, enquanto perdurarem estes requisitos jurídicos e forem válidos os objetivos, diretrizes e metas do Plano Nacional de Pós Graduação, não há como fugir ao conceito de produtividade do ensino pós-graduado expressa na titulação dos seus cursistas, a qual, por *sua* vez, se resolve na elaboração , apresentação, defesa e aprovação da tese ou dissertação.

Aceitas estas premissas, resta encontrar o produto final, em termos substantivos, pelo exame do número de titulados, mestres ou doutores e, em termos adjetivos, pela massa de recursos humanos, financeiros e físicos envolvidos no sistema.

Pela manipulação desses dados conhecer-se-á a produtividade dos cursos de pós-graduação em direito.

Convém esclarecer, de pronto, que não se está procurando, estrito senso, a rentabilidade econômica dos cursos, " a qual resultaria tia correspondência - positiva ou negativa - entre as taxas de retorno (valores presentes) e as despesas educacionais". O exame da matéria, sob este enfoque, poderá, entretanto, ser objeto de estudo à parte, Fica a sugestão aos analistas da rentabilidade econômica da educação,

Apresentar-se-ão, a seguir, os quadros estatísticos necessários à avaliação da produtividade dos atuais cursos,

QUADRO I

TOTAL DAS INSCRIÇÕES

(com as restrições expostas no sub-item 3.3.2, -III-d)

CURSOS - MESTRADO E/OU DOUTORADO										TOTAL
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	
92	88	870	177	1097	1286	2196	175	22	16	6.019

QUADRO II

CONCLUSÃO DE CRÉDITOS

CURSOS - MESTRADO E/OU DOUTORADO										TOTAL
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	
0	0	492	30	281	202	42	34	20	0	1.101

QUADRO III

ALUNOS EM FASE DE EUBORAÇÃO DE TESE OU DISSERTAÇÃO

CURSOS - MESTRADO E/OU DOUTORADO										TOTAL
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	
11	21	47	68	11	211	42	27	20	0	458

NOTA: Por ocasião da pesquisa, no Curso "D" 12 mestrados haviam concluído e entregue suas teses e, no Curso "H", 9 também já o haviam feito. Mas as teses ainda não haviam sido defendidas nem aprovadas.

QUADRO IV/.

ALUNOS TITULADOS

CURSOS MESTRADO E/OU DOUTORADO										TOTAL
A	B	B	D	E	F	G	H	I	J	
0	0	3	0	12	24	13	0	1	G	53

Examinando os quadros anteriores nota-se que: 1) as conclusões de crédito representam **18,29/o** do total de matrículas; 2) o número de alunos em fase de elaboração de tese ou dissertação corresponde a **41,59/i** das conclusões de crédito e 7,605'ó do total de matrículas; 3) o total de alunos titulados expressa **4,81/o** das conclusões de crédito e **0,88p/c'** da matrícula global.

Parece indiscutível que o dado de maior significância como indicador dos resultados obtidos, é resultante da relação entre ALUNOS QUE CONCLUÍRAM OS CRÉDITOS e o TOTAL DE ALUNOS TITULADOS.

Esta relação, que mal chega a 5 alunos em cada 100 conclusões de crédito, demonstra que a produtividade dos cursos ds Pós-graduação em Direito é extremamente baixa. Considerando-se a tradicionalidade de determinados cursos, inseridos em Universidades de grande representatifeidade, e penetração social, estes indicadores chegam a ser alarmantes:

- Curso "C" - conclusões de créditos: 492; titulações 3; percentual de titulação: 0,6P/o.
- Curso "E" - Conclusões de créditos - 281; titulações: 12; porcentual de titulações: **4,2"/o**.
- Curso "F" - Conclusões de créditos - 202; titulações: 24; porcentual de titulações: **4,8 /o**.

O Plano Nacional de Pós-Graduação, ao fazer o diagnóstico da situação do ensino em nível pós-graduado, no ano-base de 1974, assim definiu seu d_e

sempenho:

"Os atuais cursos de mestrado e doutorado, no seu conjunto, são muito pouco eficientes. Alguns indicadores aproximados do desempenho global mostram que a maioria dos candidatos admitidos não chega sequer a completar os créditos e, particularmente no mestrado, somente cerca de ~~1/3~~ atingem a titulação."

Decepcionantemente, o índice indicador da insuficiência dos cursos jurídicos pós-graduados é, ainda, quatro vezes inferior aos da pós-graduação em geral (relação entre 4,8 e 15,0).

O estudo PESQUISA FUNDAMENTAL E ~~AS~~ GRADUAÇÃO - DIREITO - coordenado pelo Prof. Joaquim de Arruda Falcão, indicou que no período de 74/75 deveriam ser concedidos cerca de 124 títulos de mestre e doutor, ressaltando, no entanto, que a demanda mínima estimada de novos docentes qualificados era de 320 para igual período.

Mas a realidade esteve muito aquém dos cálculos mais pessimistas, pois, no referido período, ao invés de 124 ~~tificuações~~, f-orGra:CDnc0âÊde!S;spnefii;e :16, o que representa 12,09% do estimado e 4,60;ü do necessário (demanda mínima),

Apesar da gravidade da situação não se encontra, em nenhum dos cursas pesquisa dos, quaisquer estudos, pesquisas ou levantamentos sobre o problema. Verifica-se apenas, urua preocupação generalizada e algumas medidas preventivas, em esboço, ou em prática, que já mencionamos no sub-item 3.3.2.-II-C, (Por exemplo : a obrigatoriedade do pagamento de taxas durante o período entre a conclusão dos créditos e a apresentação da tese, a fim de encurtar esse interregno; a obrigatoriedade de ~~!~~-envolver a tese a mediçia que completa os créditos). Ninguém, ainda, avaliou a eficácia, inocuidade ou impertinência dessas práticas,

No questionário apresentado aos professores levantou-se esta crucial questão, indagando: Muitos alunos abandonam o Curso antes de concluírem os créditos ou, concluindo-os, não elaboram a dissertação ou tese, No seu entender quais as causas desse evasão ?

Obtiveram-se as seguintes respostas, pela ordem de frequência:

- Dificuldades várias eKtra-cursos; motivos estritamente pessoais - 49 frequências,
- Falta de apoio financeiro para manutenção - 23 frequências,
- Temor da tese (ou da dissertação) - 20 frequências.
- Pressão do mercado de trabalho atraindo-o antecipadamente - 19 frequências.

- Inexistência de professor orientador - 5 frequências,
- Desencanto com o nível de produtividade do curso - 5 frequências.

S) TESES E DISSERTAÇÕES

O tema da elaboração da tese ou dissertação foi objeto de vários pronunciamentos de coordenadores, professores e pós-graduandos, principalmente durante as conversas informais.

Foram anotadas várias causas desse fenômeno: insegurança redacional, cujas raízes encontram-se na graduação; imaginação ou criatividade pouco desenvolvidas; receio do julgamento e da defesa oral; dificuldade em encontrar temas ou modos de abordagem originais; indisponibilidade de tempo; problemas econômicos.

A aversão generalizada dos pós-graduandos está bem expressa nesses depoimentos reproduzidos com fidelidade, colhidos dos mestrandos e doutorandos bem qualificados, com os créditos já concluídos, e incertos quanto à elaboração do trabalho final:

- Alguns professores "assustam" os alunos com a Tese, Insistem tanto no valor do trabalho, na necessidade de uma DESCOBERTA NOVA, que os alunos desanimam de realizá-lo,
- É como se fosse estabelecido um "terrorismo cultural" em torno da tese; cria-se um ambiente místico no qual o aluno se perde e se angustia, desistindo ao final.
- Na realidade (nos Cursos de Mestrado) os professores não deveriam falar em TESE, mas em DISSERTAÇÃO, o que minimizaria a expectativa e a ansiedade dos alunos,
- Os professores (nos cursos de Mestrado) gostam de "saborear" a palavra tese, Isto valoriza o Curso, dá aos professores importância social, mas é esquecido o quanto deixa os alunos desarvorados.

As manifestações de Coordenadores e Professores desdobraram-se em torno destes pontos básicos:

- Muitos trabalhos finais de curso (teses ou dissertações) apresentam baixo nível de criatividade são mero somatório (montagem ou colagem) dos trabalhos e temas de aula,
- A repulsa à tese é generalizada e tende a agravar-se. A maioria dos alunos re

culpa-se a elaborar trabalhos finais de grande porte, preferindo perder sua titulação, Isto também ocorre em outras países, É difícil encontrar solução a curto prazo,

- Uma das causas mais sensíveis do atual estado de coisas é a carência de ORIENTAÇÃO efetiva e sistemática ao pós-graduando. Nesse Curso, os sessenta alunos que concluíram ou estão a concluir os créditos em breve iniciarão suas teses, e não haverá número suficiente de professores orientadores necessária à produção de alto nível.

Analizado o caracter problemático da elaboração das TESES e DISSERTAÇÕES, e de sua repercussão imediata como indicador da produtividade dos Cursos acrescentar-se-ão aos depoimentos anteriores algumas considerações sobre a operabilidade do sistema.

A obrigatoriedade da apresentação e aprovação desses trabalhos é imperativo legal: "Do candidato ao Mestrado exige-se dissertação, sobre a qual será examinado, em que revele domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização; para o Grau de Doutor requer-se defesa de tese que represente trabalho de pesquisa importando em real contribuição para o conhecimento do tema," (Parecer n 9 977/65 do C.F.E.).

A partir desse dispositivo, desenvolveu-se, nos Cursos, uma complexa sistemática.

Examinar-se-ão algumas destas situações, transcrevendo, inicialmente os respectivos dispositivos regulamentares,

CURSO "M"

DO GRAU DE MESTRE

"Será concedido a grau de Mestre rem (...) ao aluno que satisfizer as seguintes condições:

(...)

- ser aprovado na monografia;
- a monografia será avaliada por uma Comissão Examinadora, cujos membros são propostas pela Comissão de Pós-Graduação;
- Essa Comissão, designada pelo Diretor do (,,), constituir-se-á de três membros, dos quais um será o próprio Professor-Orientador do Mestrando."

CURSO "N"DA TESE E DA DISSERTAÇÃO

"O projeto de tese ou dissertação, depois de aprovado pelo professor orientador, e homologado pelo Colegiado, deverá ser registrado na Secretaria do Curso correspondente e, no caso de projeto de tese para o doutoramento, também no Conselho de Pós-Graduação.

O projeto deverá conter o título, ainda que provisório, a justificativa do trabalho, a bibliografia crítica, o material e os métodos previstos, a relação da bibliografia consultada, a estimativa das despesas e as assinaturas do autor e do professor orientador.

A tese de doutoramento deverá oferecer contribuição significativa para a área de estudo em que se desenvolver.

Na dissertação ou no trabalho equivalente, o candidato deverá demonstrar domínio do tema escolhido, capacidade de sistematização e de realizar pesquisa bibliográfica.

A tese ou dissertação poderá ser apresentada datilografada, reprograda ou impressa.

O candidato, devidamente autorizado pelo seu orientador, deverá apresentar à secretaria do Curso dez exemplares da tese ou dissertação, acompanhados de requerimento ao Coordenador, solicitando as providências necessárias para a defesa do trabalho apresentado."

CURSO "O"DA CONCESSÃO DE GRAUS

"O candidato ao grau de Mestre deverá satisfazer as seguintes condições (entre outras):

- obter aprovação no trabalho final de dissertação ou tese, perante Banca Examinadora.

O candidato ao grau de Doutor deverá satisfazer as seguintes condições (entre outras):

- Obter aprovação em tese, de conteúdo original e representando real contribui

ção ao saber jurídico, perante Banca Examinadora, podendo o candidato registrar o tema da tese, o que lhe assegurará direito de exclusividade sobre o mesmo, pelo prazo que obtiver para a obtenção do grau de Doutor;

- O candidato não aprovado poderá reapresentar-se, no máximo duas vezes para sustentação do trabalho final, dissertação ou tese de Mestrado ou defesa de tese de Doutorado, devendo transcorrer o prazo mínimo de três meses entre cada apresentação (...).
- As Bancas examinadoras serão compostas por indicação da Coordenação de Pós-graduação e submetidos à aprovação do órgão superior.
- Para o exame do trabalho final, dissertação ou tese de Mestrado, as Bancas serão compostas de três professores, sendo pelo menos um docente na área de concentração cursada pelo aluno.
- Para o exame das teses de Doutorado, as Bancas serão compostas de cinco professores, dos quais pelo menos dois serão docentes na área de concentração cursada pelo aluno.
- Cada examinador disporá de um prazo máximo de 15 minutos para arguição, sendo assegurado igual tempo ao candidato para defesa."

CURSÔ "P"

DISSERTAÇÕES E TESE

"As dissertações de Mestrado e as teses de Doutorado serão julgadas por comissões propostas pelos Departamentos e designadas pelo Decano. No caso de Doutorado tais Comissões devem ser submetidas à aprovação do Vice-Reitor Acadêmico, ouvida a Coordenação Central de Pós-Graduação.

As comissões julgadoras serão constituídas no prazo máximo de um mês após a entrega da tese ou dissertação.

- Para as dissertações de Mestrado, a Comissão Julgadora constará de três professores, incluído o Orientador, com no mínimo grau de Mestre ou equivalente, um dos quais poderá ser escolhido fora dos quadros da Universidade. Para as teses de Doutorado, a Comissão Julgadora contará com cinco professores com grau de Doutor, ou equivalente, dos quais um será o Orientador, recomendando-se que três, no mínimo, não pertençam ao Departamento. No caso de impedimento do Orientador será designado um substituto pelo Departamento,

- As dissertações de Mestrado e as teses de Doutorado serão defendidas perante a Comissão Julgadora, após parecer favorável da maioria dos seus membros. Caso tal parecer não seja favorável, será concedido pelo Diretor do Departamento no prazo ao candidato para recomposição da tese-ou dissertação, observado o li mite máximo para o término do curso. Tendo-se esgotado todos os prazos previstos inclusive os 12 meses concedidos pelo Vice-Reitor Acadêmico,, será permitido ao candidato novo prazo de 30 dias para a recomposição da dissertação ou tese.

- A defesa da tese de Doutorado será realizada no máximo três meses após constituição da Comissão Julgadora, desde que seja possível o parecer prévio da mesma, este prazo poderá ser reduzido até o mínimo de 30 dias a pedido do candidato e com anuência da Comissão; no caso de Mestrado, o prazo máximo será de dois meses que, do modo dito, poderão ser reduzidos a 15 dias.

A aprovação final da dissertação ou tese exige o voto favorável da maioria da Comissão Julgadora."

CURSO "Q"

A TESE

" A tese de Mestrado, para obtenção do grau de Mestre será preparada sob aconselhamento do professor orientador, constituindo-se de uma monografia e trabalho experimental onde o candidato evidencie a capacidade de investigação bibliográfica sobre os avanços da ciência e na aptidão em apresentar didaticamente o assunto escolhido.

O aluno só será autorizado a iniciar o trabalho de tese, se tiver mó dia global, obtida nos cursos não inferior a 3,0, ou seja; conceito B.

A tese para obtenção do grau de Doutor será preparada sob aconselhamento do professor orientador e deverá constituir-se em trabalho inédito e ori ginal, de autoria do candidato, representando contribuição de real valor sobre assuntos de natureza técnica ou científica,

O candidato deverá providenciar as suas despesas a confecção de pelo menos cinco cópias da tese, encaminhando-as à Comissão com a solicitação da Banca Examinadora que a apreciará. As cópias aludidas deverão ser datilografadas e reproduzidas por processos indelévels.

A Banca Examinadora será constituída pelo professor orientador da tese, que será seu Presidente, e por mais dois professores da especialidade, escolhidos pelo Coordenador.

Sempre que possível, *um* dos elementos da Banca examinadora deverá ser um professor não pertencente ao corpo docente da Universidade.

O julgamento da tese será feito em sessão pública, em data, local e hora previamente divulgados.

Cada ~~p-xarefparinr~~: atribuirá ao trabalho apresentado pelo candidato um conceito, segundo a escala referida anteriormente. A tese será aceita se a média dos resultados for igual ou superior a 3.00 ou seja, nível B. Após a defesa da tese, se esta for aceita, deverá o candidato apresentar ao Orientador, em forma definitiva, 10 exemplares do seu trabalho, de que deverão constar as correções e sugestões feitas pela Comissão Examinadora. A aprovação pelos membros da Banca Examinadora, da versão definitiva da tese, dará ao candidato os créditos estabelecidos para a referida tese."

COWENTÁRIOS - Embora a maioria das instituições adote a classificação oficial-

TESE para o doutorado e DISSERTAÇÃO para o mestrado - há cursos de mestrado que denominam de TESE o trabalho monográfico indispensável à titulação. Tal fato, olhado superficialmente, parece exaurir-se numa simples troca de rótulo mas, na realidade, exerce efeito negativo entre os mestrandos.

Analisando-se, nas amostras acima transcritas, as características fundamentais da Tese e da Dissertação, observa-se que a diferença básica reside no "ineditismo" ou "originalidade" da primeira,

Para a TESE, exige-se que a contribuição seja "significativa" na área de estudo específica; que tenha "conteúdo original" e represente "real contribuição" ao saber jurídico; que seja trabalho "inédito e original", representando uma contribuição de "real valor" sobre assuntos de natureza técnica e científica. Para a DISSERTAÇÃO, psde-se "domínio" do tema escolhido; capacidade de "sistemização"; capacidade de realizar pesquisa bibliográfica; Trabalho experimental; aptidão em "apresentar didaticamente" o assunto escolhido.

Carece, assim, de fundamenta, o receio dos mestrandos fundamentado no fator "ineditismo" ou "originalidade", próprios da tese.

E, mesmo neste caso, há que entender-se o que significam esses termos. Eles não obrigam a que o tema, em si, jamais tenha sido anteriormente abordado, qual a "centelha cegante de importância capaz de abalar o mundo", de que nos fala Veter M. Wlann (Método de investigação Sociológica).

Na atual situação das ciências sociais, é praticamente impossível descobrir um fenômeno ou uma relação causai absolutamente inusitados ou ainda inabordados.

O que se deve pretender, e esta é *uma* posição pessoal, é uma certa originalidade ou criatividade na abordagem do tema, na manipulação dos dados e na formulação de conclusões inovadoras.

Não se pode esperar de cada mestrando ou doutorando a genialidade dos autênticos criadores, dos grand[®] inspirados, pois estes compõem uma parcela mínima da humanidade. Não andam aos borbotões pelas Universidades, nossas ou de qualquer outro país.

A criação é um processo espontânea, irrefreável. Está acima de qualquer escola e, em certos casos, apesar dela própria. Um repasse pela História da Ciência dará exemplos impressionantes S

Por isso, o temor do mestrando frente à imperatividade(pseuda ou real] de atingir a "originalidade" ou "ineditismo" em termos absolutos é duplamente falso em suas raízes: 1) a dissertação de mestrado não exige essas características; 2) mesmo *que a* exigisse, há que considerar a relatividade daquelas expressões. Uma tese ou uma dissertação podem representar uma real contribuição, ter verdadeira significância para o saber jurídico mesmo abordando fatos ou temas que, na sua essência ou materialidade, não sejam absolutamente novos.

Outro ponto a considerar é que ainda há uma certa (e desnecessária) pomposidade na defesa oral do trabalho escrito, traços residuais do cerimonial prescrito nq, Dec. 2226,;. Ac 1-/02/1B96, comentada às pags. 12 e seguintes. Esse ritual ostensivo deflagra uma série de reações psíquicas desfavoráveis nos pós-graduandos, com prejuízo para o seu desempenho. Urge racionalizar e simplificar o sistema atual.

Concluindo, há dois registros a fazer; 1) Em alguns Cursos adota-se orientação escrita, específica, sobre a elaboração da monografia final, compatibilizada com os princípios e normas da metodologia científica.

Foram recolhidos três desses manuais, todos com excelente conteúdo teórico e prático.

2) Nos Cursos de doutoramento, até o presente, não foi expedido-q título de doutor em caráter especial, consoante com o previsto no art. 18 do Parecer ■ n? 77/69 do Conselho Federal de Educação: "Em caráter excepcional, as instituições credenciadas poderão expedir títulos de Doutor, diretamente por defesa de tes^a a candidatos de alta qualificação científica, cultural s profissional, aprovados mediante o exame de seus títulos e trabalhos." (2)

C) PESQUISA DISCENTE

A pesquisa dos pós-graduandos, assunto intimamente associado 'a elaboração dos trabalhos de conclusão de curso, merece análise especial.

Com relação a operacionalidade dos Cursos pode-se agrupá-las em 1) pesquisas de rotina, subdivididas em a) pesquisas como treinamento didático e b) pesquisas para avaliação do rendimento acadêmico.

Em ambos os casos serão frequentemente pesquisas-meios; 2) pesquisas para elaboração da tese ou dissertação, que poderão ser pesquisas-meios, nos casos de monografia mais simples, ou pesquisas-fim, quando tratar-se da elaboração de trabalho ambicioso, que tenha validade própria que extrapole o objetivo imediato de atingir a titulação.

lércio Sampaio Ferraz, "fugindo um pouco às classificações usuais", distingue a pesquisa dogmática e a pesquisa zetética (aplicada e pura).

A pesquisa dogmática "vincula o jurista não à instituição onde trabalha, mas diretamente ao público consumidor, quase como o ficcionista que produz romances para o seu auditório", Como exemplo o Prof. Tercio menciona a publicação dos comentários aos Códigos, de larga aceitação nos meios universitários. A pesquisa utilizada nos cursos de pós graduação é, geralmente, a dogmática dada a ocorrência da sua desvinculação à instituição universitária "salvo no que diz respeito às vinculações formais de mestrandos e doutorandos à exigência de uma dissertação final, são trabalhos individuais, descosidos de um projeto orgânico de departamento e de unidades afins".

já a pesquisa zetética - pura ou aplicada - ou pesquisa de base, investigam as áreas da Filosofia do Direito, da Teoria Geral do Direito, da Sociologia Jurídica e de disciplinas afins. A pesquisa zetética também se evidencia na "postura de investigação", o que ocorre "toda vez que mesmo em disciplinas dogmáticas o acento tônico da indagação é transferida da norma positivada toct court

para o seu relacionamento social, para a busca dos seus fundamentos políticos, econômicos, sociais, para os seus condicionamentos teóricos, para suas bases filosóficas."

No estudo PESQUISA FUNDAMENTAL E PÓS-GRADUAÇÃO - ÁREA DO DIREITO, coordenado por Joaquim de Arruda Falcão (1974), ficou patenteado o negligenciamento da pesquisa para o desenvolvimento científico na área do direito. Por isso, foi sugerido que, a curto prazo, a nível de pós-graduação, fossem estimuladas pesquisas científicas puras da Ciência Social do Direito, as quais, por serem fundamentais, "se constituiriam logicamente como base para o desenvolvimento das pesquisas aplicadas."

Dar-se-ia prioridade, para o desdobramento destas pesquisas, aos campos pertinentes à composição social do Direito, à justiça e à Equidade como fenômenos empíricos, às relações entre Direito e formas estatalmente coercíveis (lei, costume, decisão judicial, decreto, regulamento, estatuto, etc.) entre Direito e Sociedade, entre Direito e Mudança Social.

A idéia básica desenvolvida no referido estudo é a de que "um modelo socio-teórico geral reduzido, trabalhando em muito alto nível de generalidade, que tomasse em consideração muito poucas variáveis, seria da maior importância para que tornasse experimentável, inclusive em laboratório, uma TEORIA SOCIOLÓGICA GERAL DO DIREITO. Isso seria, ao que tudo indica, o caminho para uma CIÊNCIA SOCIAL DO DIREITO PURA frequentemente experimental, fundamento seguro para pesquisas sócio-jurídicas aplicadas e, através destas, para uma técnica do desenvolvimento à luz de dados empíricos confiáveis no relativo à perspectiva sócio-jurídica desse mesmo desenvolvimento."

Retornando ao material examinado no campo da pesquisa nos Cursos de pós-graduação em direito, registra-se que as pesquisas de rotina (trabalhos de aula) e as pesquisas para avaliação do desempenho acadêmico, parcial ou global, elaboradas individualmente ou, de preferência, em grupo, são calcadas exclusivamente na pesquisa bibliográfica. Os temas, em sua quase totalidade, estão vinculados à dogmática jurídica.

Constatou-se que várias dessas monografias, apresentavam excelente conteúdo e rigorosa textura metodológica, a par de esmerada apresentação gráfica.

As teses e dissertações também são, na maioria, elaboradas a base de estudos bibliográficos, na área da dogmática jurídica, enquanto outros adentram

o campo da Filosofia e da Teoria Geral do Direito, o que caracteriza a pesquisa zetética, acima mencionada. Consequentemente, raras foram as monografias que resultaram da pesquisa de campo, quer exploratória quer em busca do "social verificável e mesmo experimentável,"

Diga-se, por justiça, que nem sempre a preferência pela pesquisa predominantemente bibliográfica resulta do grau de capacidade ou do ânimo do pós-graduado, nem da própria atuação de Orientador, mas, fundamentalmente, da indisponibilidade de tempo, do grau de apoio financeiro, sempre escasso quando não inexistente.

No transcorrer das visitas aos cursos e no BANCO DE TESES em Brasília, houve oportunidade de examinar várias teses e dissertações. Outrassim, em determinado Curso, acompanhou-se estreitamente o esforço conjunto de pós-graduandos e orientadores, no momento mesmo da elaboração dessas monografias, decisivas para a titulação dos alunos.

Como registro final, serão relacionados, independente da fonte de coleta, os títulos das várias monografias (teses ou dissertações) algumas em elaboração, outras concluídas e várias aprovadas, podendo-se notar que os temas da dogmática jurídica, intimamente associados à vida profissional do jurista, predominam sobre os empíricos puros.

- TÍTULOS

- O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO ESPECIALIZADO
- O CONCEITO JURÍDICO DAS ESTRADAS DE RODAGEM EM SEU CONTEÚDO NÃO PATRIMONIAL
- LA INTEGRACION ECONOMICA ANTE EL DERECHO INTERNACIONAL
- O ESTADO MODERNO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM
- ESTUDO SOBRE O TIPO BÁSICO DO DELITO DE ESTUPRO
- DIREITO DO DESENVOLVIMENTO - UMA INTRODUÇÃO CRÍTICA AO ESTUDO DO DIREITO
- JUSTIÇA: A REGRA FORMAL E OS TOPOS
- CONFLITOS JUDICIAIS E LIMITES DO PODER JUDICIÁRIO
- O CONCEITO DE IGUALDADE NA LEI DA FALÊNCIA
- ESTUDO SOBRE A DECISÃO JUDICIÁRIA: A INTERPRETAÇÃO COMO ELEMENTO BÁSICO
- PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS PARA O ESTUDO CIENTÍFICO DO DIREITO
- INTRODUÇÃO AO DIREITO PRELIMINAR
- ENSINO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO BACHAREL EM DIREITO NO AMAZONAS
- A FUNÇÃO JUDICIÁRIA EM COMUNIDADES INTERIORES

- ON THE DISPUTE SETTLEMENT ROLE OF ADMINISTRATIVE AGENCIES AND COURTS
- ANTECEDENTS IN CASE LAW TO THE BRAZILIAN CONSTITUTIONAL LAW
- POWERS RELATIONS IN A BRAZILIAN CORRECTIONS
- OS DIREITOS DO HOMEM E A CONVENÇÃO INTERAMERICANA DOS DIREITOS HUMANOS
- FATORES ENDÓGENOS DA CRIMINALIDADE
- CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL PARA UM NOVO DIREITO PENAL EXECUTIVO
- O PRINCÍPIO "AUDIATUR ET ALTERA PARS" E O PROCESSO CIVIL
- O DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO
- REGIME JURÍDICO DA POLÍCIA DAS ÁGUAS PÚBLICAS
- DA TUTELA ADMINISTRATIVA
- APONTAMENTOS SOBRE O CONTRATO DE LEASING
- AÇÃO PRIVADA SUBSIDIÁRIA
- DIREITO DO AUTOR NA OBRA FEITA POR ENCOMENDA
- REGIME JURÍDICO DA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA
- HISTÓRIA DO PROCESSO CIVIL LUSITANO
- PODER E LEGITIMIDADE
- INTERPRETAÇÃO HERMENEÚTICA E ENESE NO DIREITO TRIBUTÁRIO
- A INSTITUIÇÃO DO EXAME CRIMINOLÓGICO E SUAS IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS
- TEORIA DO ATO ADMINISTRATIVO INEXISTENTE
- UM ENSAIO SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO
- A INTERMEDIÇÃO DO PODER: ÚNICA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
- A CORREÇÃO MONETÁRIA NAS RESTITUIÇÕES TRIBUTÁVEIS
- MODELO BRASILEIRO PARA PRESENÇA E A AÇÃO NA ÁFRICA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA
- A AUTONOMIA MUNICIPAL EM FACE DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS
- O FEDERALISMO FISCAL NO BRASIL
- PODER POLÍTICO E LIGADURA SOCIAL (ESTUDO SOBRE MANDONISMO POLÍTICO NA REGIÃO SERRANA DE SANTA CATARINA)
- O DECLÍNIO DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS À EMPRESA PRIVADA E O CRESCIMENTO DA EMPRESA ESTATAL NO SETOR
- SIGNIFICAÇÃO POLÍTICA DA PARTILHA DA PLATAFORMA CONTINENTAL
- FUNDACÕES INSTITUÍDAS PELOS PODERES PÚBLICOS
- O I. C. M. E A FEDERAÇÃO
- O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL
- POLÍTICA DEMOGRÁFICA
- OS GRUPOS-DE-PRESSÃO E A PROBLEMÁTICA DO PODER NAS SOCIEDADES MODERNAS

- A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA PARA A DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO
- OS PARTIDOS POLÍTICOS EM SANTA CATARINA NA REPÚBLICA VELHA
- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE OLIVEIRA VIANA
- O ESTADO E OS MENORES DE CONDUTA ANTI-SOCIAL
- O DEPUTADO ESTADUAL CATARINENSE NO PERÍODO 1949/1965
- DIREITO ECOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO
- O DIREITO NATURAL E O ESTADO DE DIREITO
- CONCEITO ESTRATÉGICO DO BRASIL PARA UMA AÇÃO EXTERNA
- O ATLÂNTICO SUL COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO-POLÍTICO
- O PLANEJAMENTO URBANÍSTICO NAS LEIS ORGÂNICAS DOS MUNICÍPIOS
- O REGIME JURÍDICO ESPECIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
- ENTENDIMENTO DA ÁFRICA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA
- O PARLAMENTO EUROPEU
- ALESE CRÍTICA DAS FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS PELO ESTADO DE SANTA CATARINA
- CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS DO FEDERALISMO NO BRASIL
- A REALIDADE POLÍTICA BRASILEIRA A LUZ DOS FINS DO ESTADO MODERNO
- TEORIA E APLICABILIDADE DE UM MODELO DE AÇÃO POLÍTICA EXTERNA
- ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA NO BRASIL
- COEXISTÊNCIA DE DUAS ORDENS JURÍDICAS NO BRASIL: CONSTITUCIONAL E INSTITUCIONAL.
- BALANÇO DA PRESENÇA E DA AÇÃO BRASILEIRA NA ÁFRICA; 1961/1967
- CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

3,3,3 - Expansão do Sistema

1) CONSIDERAÇÕES GERAIS

Dentro dos objetivos específicos da presente pesquisa, a expansão ou crescimento do sistema de pós-graduação da área do direito será tratado a partir de uma visualização interior, isto é, segundo os dados recolhidos nos próprios Cursos,

A EXPANSÃO controlada é o resultado de complexo e minucioso PLANEJAMENTO, a nível estatal, que extravasa das decisões dos Cursos. Entretanto os fatos ocorridos nos Cursos, registrados e examinados nesta pesquisa, especialmente

te no capítulo anterior - DESEMPENHO DOS CURSOS - servem de subsídios para o estabelecimento da referida política.

Assim, tornar-se-ia quase desnecessário estabelecer, aqui, novo leque de registros e análises,

II) PROBLEMAS DE EXPANSÃO

Um dos pontos essenciais, apontados por vários coordenadores e professores, é o da pressão da demanda, que se torna, às vezes incoercível.

Teme-se que uma abertura sem o devido controle levará fatalmente à massificação, com a perda dos verdadeiros objetivos. Os primeiros sintomas da deterioração do sistema já se fazem notar em alguns Cursos: Número excessivo de alunos nas salas de aula; relação professor/aluno e orientador/aluno em índices irrecomendáveis,

Há, porém, uma forma diferente de ver, É que na pós-graduação em Direito, o problema maior não seria o da EXTENSÃO, mas o da PRODUTIVIDADE,

Ou melhor, resolvido o problema da PRODUTIVIDADE, o da EXTENSÃO não parecerá tão crucial.

Viu-se que em setembro de 1977 os cursos abrigavam 458 alunos em fase de elaboração de tese ou dissertação. Projetando-se um acréscimo de 10% ao ano, teríamos, em 1979, cerca de 554 concluintes do Curso. Se 80 % desses alunos alcançassem a titulação teríamos 443 mestres e doutores que, acrescidos dos já titulados (53) totalizariam 496, o que corresponderia a 10,44% das necessidades docentes para expansão da graduação no período de 1975 e 1979 (PNPg - necessidades: 4750 docentes). É ainda muito pouco, "um pouco mais que nada", como diria um dos nossos melhores professores, mas representa uma melhoria sobre a situação atual,

Se os Cursos conseguissem elevar o acréscimo anual de titulações para 40% das conclusões de crédito, poderíamos atingir, em 1979, 897 pós-graduados, diminuindo, mais promissoramente o déficit hoje existente.

É evidente que a preocupação maior com a melhoria do atual sistema, acima sugerida, não elide a programação de sua expansão, mas será inócua qualquer política expansionista, mesmo baseada nas melhores conjecturas sócio-econômicas, se não for acompanhada de medidas que levem à produtividade do sistema, em termos formais de titulação, (3)

Outrossim, para assegurar uma sólida política de expansão o Ministério da Educação e Cultura dispõe de uma série de conceitos e colocações, oriundos de variadas fontes, dentre as quais destacam-se o Relatório do Grupo de-Trabalho ra Reforma Universitária; os fundamentos, diretrizes e roteiros da Política Nacional Integrada de Educsção (MEC); os levantamentos do Conselho Nacional de Pós-Graduação; as Assembléias dos Distritos Geo Educacionais e os Pareceres especííficos do Conselho Federal de Educação.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

1 - Estava o trabalho de campo da presente pesquisa já concluído, e em fase final a análise dos dados coligidos e a redação das conclusões, quando foram divulgados documentos definidores da nova sistemática do Conselho Federal de Educação para autorização e reconhecimento de cursos de graduação, incluindo resolução disciplinadora dos cursos de especialização e aperfeiçoamento. Os objetivos operacionais básicos a serem perseguidos, são assim expressos pelo próprio Conselho (Grifos do original);

- "a) máxima SIMPOFICAÇÃO da montagem e apreciação dos processos;
- b) RAPIDEZ na sua tramitação;
- c) observância da maior ECONOMIA na instrumentação dos processos, quer para as instituições como para o Conselho;
- d) garantia de UNIFORMIDADE de procedimentos e de julgamentos;
- e) LIBERAÇÃO de parte substancial do tempo do Conselheiro, a fim de poderem se dedicar mais e melhor às funções fundamentais do Conselho."

2-0 Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, publicou, em sua edição de 10-03-78, pág. 16, a seguinte nota;

"CONSELHO PROPOE O DOUTORAMENTO SEM PÓS-GRADUAÇÃO

(Da sucursal de Brasília)

Os professores universitários poderão defender teses de doutorado, sem haver frequentado antes qualquer curso exigido em nível de pós-graduação. Conseguirão o título de doutor por defesa de tese junto às escolas apresentando, para isso, seus títulos e trabalhos que comprovem alta qualificação científica. Essa decisão foi tomada ontem pelo Conselho Federal de Educação e consta de projeto de lei a ser encaminhado, para homologação, ao ministro Ney Braga. Em seguida, o projeto será submetido ao Congresso. Em parecer do ex-conselheiro Newton Sucupira, relatado e discutido ontem pelo conselheiro Paes de Carvalho, o CFE acolheu para decidir a permissão de defesa direta da tese de doutorado, uma sugestão do diretor do Departamento de Assuntos Universitários da MEC, professor Edson Machado de Souza.

Segundo a justificativa apresentada pelo CFE, é preciso encontrar soluções para o problema das necessidades de qualificação do pessoal docente, vinculado ao ingresso e progressão na carreira do magistério. Levando-se

em conta que essas necessidades de qualificação não poderão ser atendidas , a curto e mesmo a médio prazo, através da pos-graduação regular, optou-se pelo sistema direto,

- 3 - No Parecer n° 3,492/77, do Conselho Federal de Educação, que integrou o conjunto de documentos definidores da nova sistemática de autorização e reconhecimento de cursos, assim é entendida a ordenação da expansão do ensino superior:

"Ordenar a expansão do ensino superior não significa freiá-la, até o ponto de "crescimento zero". Significa, porém, o reconhecimento de que é impossível e indesejável continuar o sistema expandindo-se a taxas anuais de 25 % /o ao ano,"

"Esse ordenamento significa, todavia, a adoção de critérios rraais rigorosos do ponto de vista da qualidade do ensino ministrado, mais seletivos quanto à natureza dos cursos a serem oferecidos e mais realistas no que respeita à adequação desses cursos às necessidades efetivas do espaço geo educacional,"

NOTA ESPECIAL -

Em setembro de 1977 estavam credenciados os Cursos de Pós-Graduação em Direito da PUC/RJ (julho-76), da PUC/SP (outubro-76) e da UnB (fevereiro-77). Posteriormente, foi credenciado o Curso da Universidade Federal de Santa Catarina (outubro-78),

4 - PROPOSIÇÕES CONCRETAS. CONCLUSÕES PARCIAIS E FINAIS

4.1 — Considerações Gerais

4.2 — Proposições e Conclusões quanto à Estabilização do Sistema

4.3 — Proposições e Conclusões quanto ao Desempenho do Sistema.

4.4. — Proposições e Conclusões quanto à Expansão do Sistema.

4.5 — Conclusões Finais

4.5.1 — Plano de Pós-Graduação em Direito

4.5.2 — Desativação de Cursos Improdutivos Cursos de Estudos Avançados.

4,1 - Considerações Gerais

Para melhor cumprimento do que foi proposto no sub-item 3,1 - OBJETIVOS DA PESQUISA ~ as proposições concretas e as conclusões parciais e finais serão assim sistematizadas:

A cada área do Plano Nacional de Pós-Graduação, considerado em sua tridimensionalidade - ESTABILIZAÇÃO, DESEMPENHO e EXPANSÃO - corresponderá um quadro e, nele, em colunas colocadas lado a lado, para a necessária equivalência, registrar-se-ão 1) os diagnósticos do PNPg; 2) as metas do PNPg; 3) as situações detectadas pela pesquisa e 4) as proposições concretas e conclusões parciais, sumariamente colocadas,

Como CONCLUSões FINAIS, desdobrar-se-ão duas destas proposições concretas, por envolverem matéria de acentuada relevância,

A primeira, referir-se-á ao re-estudo do PLANO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO e a segunda à DESATIVAÇÃO DE CURSOS IMPRODUTIVOS, da mesma área, e sua substituição por cursos de ESTUDOS AVANÇADOS, de terminalidade definida, veiculados complementarmente com a titulação de Mestre ou Doutor,

A primeira vista parece haver, aqui, uma profunda contradição: por que recomendar seja ativado o reestudo de um Plano de Pós-Graduação em Direito, o que pressupõe a manutenção e consolidação do sistema básico atual e, concomitantemente, propor a desativação dos mesmos cursos ?

Convém, logo, esclarecer que, na forma em que estas proposições estão colocadas, quer quanto à sua intrínseca quer quanto à correspondência entre elas, fica eliminada qualquer contradição,

É entendido que, inicialmente, as duas proposições sejam alternativas, Mas poderão, também, ser coexistentes.

Explica-se; O Plano de Pós Graduação em Direito, se devidamente aplicado, sanaria as graves deficiências que os Cursos hoje apresentam. Contrário senso, a sua inaplicação redundaria no agravamento da situação atual e na desagregação do sistema quanto às suas finalidades precípuas.

Necessário, então, não como paliativo, mas como solução adequada, embora possa parecer radical, a desativação dos cursos improdutivos, substituindo — os pelas modalidades apontadas.

Observe-se que, quando se propõe essa desativação, não se defende o fechamento dos cursos atuais, mas, sim, a substituição de suas praxis por um sistema dinâmico, com filosofia e operacionalidade próprias, sem alijar, no entanto, a titulação tradicional, que ocorreria opcionalmente.

Em termos de coexistência, mesmo com a plena execução do Plano de pós Graduação em Direito, e a consequente melhoria dos Cursos e de sua correspondente produtividade, poderá haver instituições, atuais ou que venham a ser criadas, que prefiram o novo sistema sugerido, pela sua flexibilidade curricular e praticidade profissional, pois ali se alternariam períodos de estudo e de trabalho,

A idéia de intercalar estudo com exercício profissional não é nova, O Prof. Anísio Teixeira idealizara, há mais de três décadas, a obtenção do diploma de "professor normalista" somente após o cumprimento de determinado número de créditos, dos estágios intermediários e da realização de exames finais,

Hoje, mutatis mutandis, o esquema é defendido pela COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA - COPPE - da UFRJ, com uma proposta de TREINAMENTO AVANÇADO, ao nível de pós-graduação, "com vistas à formação de profissionais especialistas em uma dada área", esquema este que deu o arremate final às idéias amadurecidas durante a pesquisa, E, conforme se verá no momento oportuno, já se delineia uma apreciável corrente a favor de uma alteração do sistema,

Outrossim, o esquema sugerido nas conclusões finais, para sua maior validade, deverá ser associado a uma nova filosofia estrutural e operacional da pós-graduação estrito e lato senso a nível governamental (MEC-CFE), quebrando-se a atual rigidez e hierarquia do sistema, visando ao amplo aproveitamento dos especialistas e aperfeiçoados, nas várias classes dos cargos de magistério, oficial ou particular, sem as restrições atuais,

Com estas considerações, dar-se-á seguimento aos quadros com as proposições concretas e as sugestões parciais.

4.2 - PROBLEMAS DE ESTABILIZAÇÃO

PLANO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO		P E S Q U I S A	
DIAGNÓSTICO	METAS E ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO DETECTADA	PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES PARCIAIS
INSTABILIDADE INSTITUCIONAL -- DIFERENTES CRITÉRIOS DE AUTONOMIA	Superar as instabilidades: Transformar os cursos em verdadeiros centros de atividade criativa permanente. Firmar compromissos mais amplos entre as várias unidades e órgãos envolvidos em áreas e situações problemáticas.	As práticas didáticas adotadas, em geral, não conduzem a atividades criativas nem as estimulam. Em apenas um curso são adotadas linhas de pesquisas definidas. Praticamente inexistem programações que envolvam várias unidades e órgãos de universidade, a fora o rotineiro oferecimento de disciplinas integrantes de departamentos afins.	Os cursos devem programar suas atividades dentro de linhas de pesquisa por períodos plurianuais, com metas definidas, e que estimulem os alunos, ao desenvolvê-las, a exercerem atividades criativas. Ao programar as atividades circunscritas à linhas de pesquisas, dar ênfase a interdisciplinaridade, incentivando a execução de projetos definidos, que envolvam a Universidade.
INSTABILIDADE ADMINISTRATIVA -- FRAGILIDADE DE VÍNCULOS ENTRE OS CURSOS E AS INSTITUIÇÕES.	Rever esquemas de discussão, delegação, decisão e representatividade. Apoiar a dinamização da estrutura departamental, prever suas necessidades futuras, acionar os mecanismos e recursos dos departamentos para interferir no futuro e diminuir o grau de incerteza de suas medidas político-administrativas.	O pessoal técnico e de apoio é de escassa representatividade. Todos os Cursos estão ligados ao sistema departamental da Universidade, direta ou indiretamente.	Dar continuidade aos ENCONTROS DE PÓS-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, aperfeiçoando a sua metodologia, com o exame de pesquisas pré-elaboradas, objetivas.
DIFERENTES CRITÉRIOS DE REGIMES DE TRABALHO, REPRESENTATIVIDADE E DECISÃO	Institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das Universidades. Participação efetiva de toda a Universidade em suas atividades de graduação, pós-graduação e pesquisa. Entrosamento dos professores e alunos de graduação e pós-graduação nas tarefas docentes, nas qualificações específicas. Adequar os procedimentos da pós-graduação com a estrutura funcional e hierárquica atualizada de acordo com a Reforma Universitária. Atender em primeiro plano o nível de graduação e, posteriormente, a realização dos programas de qualificação dos recursos humanos necessários a médio e a longo prazo.	A institucionalização, no presente, somente poderá ser registrada como "tendência". Há diferentes critérios de regências de trabalho, representatividade e decisão. Esta participação ainda está longe de ser uma "forma institucionalizada". Via de regra, a participação é precária e acidental. O comum ainda é a fragilidade de vínculos entre os cursos e as instituições. A adequação é feita lenta, cuidadosa mas progressivamente.	Ampliar os estudos já existentes durante os ENCONTROS, procurando a harmonia de procedimentos sem resvalar para a uniformidade sufocante. Óbice somente removível mediante clara programação conjunta CURSO e INSTITUIÇÃO (UNIVERSIDADE), perseguindo os mesmos propósitos. Participação técnica dos pós-graduandos nesta programação. Ativar e objetivar as relações PRO-REITORIAS e COORDENADORIAS.
	Atividades regulares de representação e coordenação conjunta para as atividades de graduação e pós-graduação a nível departamental e inter-departamental. Coordenação de atividades da pós-graduação a nível de sub-reitoria (pró-reitoria) e de órgãos colegiados internos. Recursos do MEC para investimentos físicos.	A pesquisa não detectou programas nem planejamentos globais, com esse objetivo. A pesquisa não detectou programas nem planejamentos globais, com esse objetivo.	As Universidades devem estimular os encontros entre PRO-REITORES e COORDENADORES. Adotar a formação de programas objetivos de ação integrada, graduação e pós-graduação. Estabelecer intercâmbios entre pós-graduandos e graduandos, com o desenvolvimento de projetos comuns.
			Os coordenadores devem prosseguir nos seus esforços no sentido de ampliar e melhorar os investimentos físicos. A onisciência é uma perigosa aliada.

4.2 - PROBLEMAS DE ESTABILIZAÇÃO

PLANO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO		P E S Q U I S A	
DIAGNÓSTICO	METAS E ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO DETECTADA	PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES PARCIAIS
<p>- INSTABILIDADE FINANCEIRA</p> <p>- <u>Inexistência de garantia</u></p>	<p>Minimizar os <u>desgastes profissionais</u>.</p> <p>Reordenação do financiamento do sistema, sem mudanças bruscas para evitar a <u>desorganização</u>.</p>	<p>A regra é a instabilidade financeira, a inexistência de garantias e perspectiva de redução ou corte de verbas.</p>	<p>Além das dotações normais oriundas dos órgãos superiores, para a obtenção das quais dever-se-ia elaborar <u>orçamentos</u>-programas, poderiam ser captados recursos de fontes suplementares, como a elaboração de estudos e pareceres, de alto nível, para as instituições públicas e privadas.</p>
<p>- PERSPECTIVA DE REDUÇÃO OU CORTE DE VERBAS</p>	<p>Suporte financeiro através de convênios, programas, projetos e dotações orçamentárias.</p> <p>Conferir aos cursos de pós-graduação um caráter regular e programado dentro do conjunto de aplicações de recursos a nível governamental, ministerial e universitário.</p>	<p>A pesquisa não detectou nenhum programa ou projeto em desenvolvimento respaldado em convênios especiais.</p>	<p>Elaborar <u>orçamentos</u> com a inserção de projetos a serem desenvolvidos mediante convênios, a nível governamental e universitário.</p>
<p>- EXPECTATIVAS GERADAS NOS ESTUDANTES E CANDIDATOS.</p>	<p>Recursos complementares do governo federal para manutenção de bolsistas.</p>	<p>O número de bolsistas é muito reduzido com referência à totalidade dos matriculados.</p>	<p>A par do sistema já institucionalizado, com o PICO e a DEMANDA SOCIAL, que deve ser ampliado, adotar modalidades intermediárias, flexíveis, entregando-se os necessários fundos ao Colegiado dos Cursos, que se encarregaria de sua aplicação, mediante termo de responsabilidade mútua.</p>
<p>- INSTABILIDADE EMPREGO E PROFISSIONAL DOS DOCENTES, TÉCNICOS E PESSOAL DE APOIO</p>	<p>Admissão de docentes de maneira regular e programada pelas instituições.</p> <p>Ampliar os recursos do MEC para verbas de pessoal e custeio.</p> <p>Alocação de pessoal e recursos nos Departamentos em conjunto para a graduação e pós-graduação.</p> <p>Manutenção de docentes, técnicos e pessoal administrativo a cargo do orçamento regular da instituição.</p>	<p>A nota dominante é a precariedade de cursos. O pessoal técnico e de apoio é insuficiente para possibilitar a adoção de procedimentos curriculares que levem a uma real atividade didática.</p>	<p>Já comentado.</p>
<p>- INTERRUPTÃO DE PROJETOS E TRABALHOS DIDÁTICOS</p> <p>- IMPOSSIBILIDADE DE COMPROMISSOS DE PRAZOS MAIS LONGOS</p>	<p>Recursos complementares do governo federal para financiamento de projetos e pesquisas.</p>	<p>O financiamento de projetos e de pesquisa é adotado em caráter excepcional. Na área do Direito a regra é a carência.</p>	<p>Já comentado.</p>

CONSELHO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO	P E S Q U I S A	PROPOSIÇÕES
DIAGNÓSTICO	METAS E ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO DEFEITOSA
<p>- Pouca eficiência</p> <p>- A grande maioria dos alunos não completa o curso.</p> <p>- Evasão elevadíssima antes da titulação.</p> <p>- Os prazos para a obtenção dos graus (Título) são muito elevados, sendo comparados com os internacionais.</p>	<p>- Elevar os atuais padrões de desempenho.</p> <p>- Melhorar o rendimento da atividade dos processos de trabalho, assegurando a melhor qualidade dos cursos.</p> <p>- Elaborar, em conjunto com os candidatos, planos de trabalho na forma de compromisso recíproco, flexível e responsável.</p>	<p>A pouca eficiência dos Cursos, indicada pela relação entre conclusões de créditos e titulações é alarmante.</p> <p>Os tempos máximos verificados variam de 8 a 10 anos.</p> <p>Não se adotam formas de compromisso entre candidato e curso. Os compromissos assumidos são os gerais e desindividualizados, que advêm do próprio ato de matrícula.</p>
<p>- Baixa proporção de alunos bolsistas em tempo integral</p>	<p>Concessão de bolsas de estudo para alunos de tempo integral. Programas institucionais de capacitação de docentes (PIOD).</p>	<p>Além dos sistemas PIOC e demanda social, que precisam ser ampliados, adotar outros sistemas, menos rígidos, em forma de compromisso entre a CAPES, os cursos e os alunos.</p>
<p>- Assorção antecipada pelo mercado de trabalho, pois os cursos de especialização e aperfeiçoamento são insuficientes para demanda.</p>	<p>Concentrar o regime de trabalho e a concessão de bolsas.</p> <p>Desenvolvimento das metas e estratégias relacionadas ao desempenho do sistema.</p> <p>Condições de entrada e processo de seleção:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Obtenção de melhores informações sobre os cursos de graduação, por meio de relatórios, e sobre os potenciais de cada um. 2- Os cursos de graduação devem ser divulgados, entre outros, por meio de reuniões, conferências, entre outros. 3- Despendimento de tempo cuidadoso a candidatos e a cursos. 4- Melhorar a seleção de candidatos, por contatos pessoais com os cursos, as linhas curriculares e os projetos de pesquisa em andamento ou em preparação para elaborar planos de trabalho. 	<p>A CAPES deve estimular e subvencionar novos programas de cursos de especialização e aperfeiçoamento.</p> <p>Vide sugestões de novos cursos no subitem 4.2.1.</p>
	<p>Todo os Cursos mantem sistema de comunicação escrita com seus alunos, tem também aperfeiçoar os sistemas seletivos para admissão e dispensam tratamento cuidadoso a candidatos e alunos.</p>	<p>Institucionalizar, ampliar e/ou aperfeiçoar sistemas de comunicação escrita e verbal.</p>
	<p>Não foi observada a prática institucionalizada e frequente de reunir alunos, em grandes ou pequenos grupos, para informá-los das linhas curriculares, dos projetos de pesquisa em andamento ou em preparação, ou para elaborar planos de trabalho.</p>	<p>Atenção especial de reuniões parciais e gerais com os alunos. A simples presença do aluno no dantil no Colegiado é insuficiente para a obtenção de um eficaz sistema de comunicação mútua.</p>

4.3 - PROBLEMAS DE DESEMPENHO

PLANO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO		P E S Q U I S A	
DIAGNÓSTICO	METAS E ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO DETECTADA	PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES PARCIAIS
	<p>5- Elaborar, em conjunto com os candidatos, planos de trabalho na forma de compromisso recíproco, flexível e responsável.</p> <p>REGIME DE TRABALHO E CONCESSÃO DE BOLSAS AOS ALUNOS:</p> <p>1- Implantar o regime de tempo integral com bolsa, para a maioria dos alunos;</p> <p>2- Levantar em conta, como critério de rendimento, promoção e titulação, o desempenho acadêmico global, aferindo-o cumulativamente a partir de um conjunto amplo de atividades.</p> <p>3- Destinar espaços físicos e condições ambientais adequadas para as atividades didáticas.</p> <p>4- Designar orientadores acadêmicos individuais para acompanhar de perto o trabalho de cada aluno e coordenar os orientadores a nível de Curso e Departamento.</p> <p>5- Conceder e manter bolsas de estudo na forma de compromissos entre os candidatos e as instituições envolvidas.</p> <p>6- Nas instituições da rede privada o Governo federal poderá destinar parte dos recursos totais para o pagamento de bolsas e anuidades dos alunos.</p> <p>PROCESSO PEDAGÓGICO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA:</p> <p>1- Ampliar o espectro atual de métodos pedagógicos e didáticos;</p> <p>2- Aperfeiçoar o processo de produção científica;</p> <p>3- Articular progressivamente os currículos e temas de trabalho entre graduação e pós-graduação;</p> <p>4- Colocar mais ênfase no uso de laboratórios e escritórios de projetos para atividades conjuntas de graduação e pós-graduação.</p>	<p>Há reuniões ocasionais, em alguns cursos</p> <p>Nos estabelecimentos oficiais, é mínimo o número de bolsas concedidas. A maioria dos professores considera o desempenho acadêmico global. Há professores, entretanto, que consideram apenas os resultados das provas acadêmicas formais.</p> <p>Os espaços físicos e condições ambientais para as atividades didáticas são, via de regra, deficientes, acanhados e/ou inadequados.</p> <p>Os orientadores acadêmicos, principalmente nos Cursos de médio e grande porte, não tem condições de exercitarem suas atividades com a proficiência desejada e necessária, pois o número de alunos excede à capacidade de desenvolvimento normal de trabalho desta natureza.</p> <p>Há nítidas carências neste setor, embora seja mais favorecida que o setor público.</p> <p>O atual espectro é acanhado, com predomínio acentuado das aulas expositivas.</p> <p>Trabalho incipiente. A produção científica na área do Direito somente agora está sendo cogitada.</p> <p>Não se registrou nenhuma programação neste sentido.</p> <p>Não se verificou nenhum empreendimento ou projeto nesta área.</p>	<p>Já apresentadas.</p> <p>Os coordenadores devem criar condições para o desenvolvimento de um programa de esclarecimento de fundo pedagógico, dirigido aos professores.</p> <p>A programação anual dos Cursos devem prever melhorias nesta área.</p> <p>Contratar professores em tempo integral especificamente para as tarefas de orientação de curso e/ou de tese/dissertação.</p> <p>A CAPES precisa reestudar o assunto, adotando programas mais substanciais.</p> <p>Os Coordenadores devem promover ciclos de estudos didáticos (processo ensino-aprendizagem) atraindo os professores do Curso para o debate nessa área.</p> <p>A produção científica para ser estimulada deve contar com o tempo integral de professores e alunos.</p> <p>Já apresentadas.</p> <p>Já apresentadas.</p>

4.3 - PROBLEMAS DE DESEMPENHO

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO		P E S Q U I S A	
DIAGNÓSTICO	METAS E ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO DETECTADA	PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES PARCIAIS
	<p>5- Reformular e aperfeiçoar os regimes de créditos e os critérios de promoção para aproveitar plenamente o tempo, o conteúdo e os temas do próprio curso na elaboração final de uma tese ou dissertação.</p> <p>6- Preparar os alunos para as atividades de pesquisa, investigação e produção de textos.</p> <p>REGIME DE TRABALHO E SELEÇÃO DOCENTE:</p> <p>1- Contratar docentes, pesquisadores e técnicos dos vários cursos para trabalharem preferencialmente em tempo integral;</p> <p>2- Integrar o ensino da graduação com o da pós-graduação permitindo que parte significativa do corpo docente do respectivo Departamento exerça atividades simultâneas nos dois cursos;</p> <p>3- Promover intercâmbio e contratar professores de tempo parcial e visitantes para serviços temporários, atividades complementares e específicas que não puderem ser atendidas por pessoal de tempo integral.</p> <p>4- Programar e sincronizar os planos de expansão da instituição com o treinamento dos professores.</p> <p>DESEMPENHO A NÍVEL DE UNIVERSIDADE</p> <p>PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES:</p> <p>1- Dimensionar as necessidades de reciclagem do seu atual corpo docente sem desequilibrar o quadro geral.</p> <p>2- Estimar o comportamento a médio e longo prazo da expansão da graduação, para prever, com antecedência, os professores necessários.</p>	<p>Há esforços isolados, com bons resultados.</p> <p>O tempo dedicado às aulas expositivas é excessivo, em prejuízo das atividades de pesquisa, investigação e produção de textos.</p> <p>A adoção do tempo integral é praticada timidamente.</p> <p>Processo em fase de implantação. A integração em termos técnico-didáticos está longe de ser atingida.</p> <p>Alguns professores resistem à prática de trabalhar simultaneamente na graduação e na pós-graduação.</p> <p>Prática adotada em regime de exceção. Há carência de recursos financeiros específicos.</p> <p>Não foi detectado nenhum projeto para esse fim específico.</p> <p>Os temas e práticas, quando vinculados diretamente à Reitoria ou aos órgãos a ela imediatamente subordinados, escapam ao âmbito direto das observações da pesquisa.</p>	<p>A CAPES deve conscientizar os Colegiados de Curso a adotarem linhas de pesquisas definidas, periodicizadas.</p> <p>Reformulação das práticas pedagógicas. Sacrificar a extensão a favor da profundidade.</p> <p>Problema fundamentalmente financeiro.</p> <p>São óbvios relevantes a isometria salarial para as aulas ministradas na graduação e na pós-graduação.</p> <p>Os orçamentos devem prever acréscimo salarial para a ministração de aulas em curso pós-graduado.</p> <p>Deve constar dos orçamentos verbas específicas para esse tipo de programação.</p> <p>Estabelecer programação a nível departamental.</p>

4.3 - PROBLEMAS DE DESEMPENHO

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO		P E S Q U I S A	
DIAGNÓSTICO	METAS E ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO DETECTADA	PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES PARCIAIS
	<p>3- Avaliar as deficiências atuais por Departamentos e Centros;</p> <p>4- Estimular, dentro da própria Universidade, um maior fluxo de pessoal entre as áreas, evitando processos de endossamento e endogenia.</p> <p>5- Utilizar racionalmente o potencial já instalado de mestros e doutorados, nas regiões geo-educacionais.</p> <p>INTERCÂMBIOS:</p> <p>1- Estimular e orientar o intercâmbio, a integração e a articulação entre Cursos, Departamentos, unidades de Universidade e entre as próprias Universidades.</p> <p>RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA:</p> <p>1- Incentivar e apoiar materialmente a produção e publicação de trabalhos científicos e científicos, teses e projetos;</p> <p>2- Incentivar a criação e operação de sistemas de informações interdepartamentais;</p> <p>3- Integrar e diversificar os serviços de apoio (biblioteca, museu, arquivo, editoria, etc);</p> <p>4- Reduzir os custos de instalação e operação dos serviços de apoio, evitando a pulverização abaixo de uma escala econômica;</p> <p>5- Promover maior intercâmbio dos vários serviços entre departamentos e cursos afins.</p> <p>6- Aumentar a taxa de utilização destes recursos, ampliando racionalmente seu uso e acesso para todos os alunos, docentes e pesquisadores.</p>	<p>O intercâmbio entre os Cursos e outros Departamentos dá-se quando necessário.</p> <p>Há bastante incentivo intelectual e psicológico. O apoio material é escasso, em face das deficiências financeiras do sistema.</p> <p>Os reflexos das práticas atualmente adotadas nas universidades, observados nos Cursos, demonstram que a racionalidade administrativa está longe de ser obtida plenamente.</p> <p>A única manifestação visível de intercâmbio entre departamentos e cursos afins está no oferecimento de disciplinas de áreas correlatas, para a composição do domínio conexo.</p> <p>Os cursos estão, via de regra, muito isolados fisicamente das Universidades.</p>	<p>Já apresentadas.</p> <p>Programar anualmente o intercâmbio, com a implantação de projetos específicos.</p>

4.3 - PROBLEMAS DE DESEMPENHO

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO		P E S Q U I S A	
DIAGNÓSTICO	METAS E ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO DETECTADA	PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES PARCIAIS
	<p>DESEMPENHO A NÍVEL NACIONAL - ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS.</p> <p>1- Aplicar parte essencial dos recursos para a elevação dos níveis e dos volumes de bolsas de estudo para alunos de Mestrado e Doutorado.</p> <p>ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:</p> <p>1- Promover programas de intercâmbio para a formação de recursos humanos;</p> <p>2- Realizar encontros e seminários para discussão conjunta de assuntos de pós-graduação;</p> <p>3- Prestar serviços de assistência técnica, administrativa, pedagógica, principalmente na implantação de novos cursos.</p> <p>INFORMAÇÕES - Promover a utilização efetiva de um amplo sistema de dados estatísticos, informações, documentação e publicações.</p> <p>CREDECENCIAMENTO - Processo "a posteriori" da competência do Conselho Federal de Educação.</p>	<p>Já comentado.</p> <p>O setor de assessoria e assistência técnica é nitidamente precário. Os cursos ressentem-se desta tipo de assistência direta, a ser promovida pelos órgãos governamentais.</p> <p>Setor com muitas lacunas e deficiências. Desenvolvem-se apreciáveis esforços para corrigi-lo.</p> <p>Burocracia excessiva. Demasiado tecnicismo jurídico na apreciação de problemas pedagógicos.</p>	<p>Paralelamente aos encontros a nível de pré-Reitoria de Pesquisas e Pós-Graduação, urge adotar um sistema de assessoria e assistência técnica "in loco".</p> <p>Adoção de sistema de assessoria e assistência técnica "in loco".</p> <p>Em dezembro de 1977 o C.F.E. aprovou e divulgou documentos definidores da nova sistemática de autorização e reconhecimento dos cursos de Graduação. São dois pareceres, cinco resoluções e três portarias. Incluem resolução fixando condições para a validade dos certificados dos cursos de aperfeiçoamento e especialização.</p>

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO			P E S Q U I S A	PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES PARCIAIS
DIAGNÓSTICO	METAS E ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO DETECTADA		
<p>PRESSÃO DE CANDIDATOS EM NÚMERO SUPERIOR AO DE VAGAS.</p> <p>CONCENTRAÇÃO DE CURSOS EM DETERMINADAS ÁREAS, COM SAÍDA INDESEJÁVEL PROCESSO DE MIGRAÇÃO PÓS-UNIVERSITÁRIA DO INTERIOR PARA AS GRANDES CAPITAIS SEM A NECESSÁRIA CONTRA-PARTIDA DE RETORNO.</p> <p>AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA QUE CONSIDERE A FIXAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM TODOS OS SETORES BÁSICOS DO TRABALHO CIENTÍFICO E NAS VÁRIAS REGIÕES GEO-EDUCACIONAIS.</p> <p>A EXISTÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE E A ADOÇÃO DE NORMAS ACADÊMICAS INCOMPATÍVEIS COM AS ADOPTADAS NOS DEMAIS SETORES DA INSTITUIÇÃO.</p> <p>CORPO DOCENTE "PRIVADO" E, COMO RESULTADO, A ELITIZAÇÃO DE PARTE DOS PROFESSORES EM FUNÇÃO DO ENSINO MINISTRADO.</p> <p>A DUPLICAÇÃO DE MEIOS PARA OS MESMOS FINS.</p> <p>O DISTANCIAMENTO ENTRE A GRADUAÇÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO</p>	<p>Recursos suplementares do governo para implantação de novos cursos.</p> <p>Ativar e incentivar os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.</p> <p>Buscar uma planificação geo-educacional na implantação e ampliação de Cursos de Mestrado e Doutorado.</p> <p>Planejar a expansão em direção a uma estrutura mais equilibrada entre as áreas de Trabalho educacional e Científica e entre as regiões do país, minimizando a pressão atualmente suportada por esta parte do sistema universitário, aumentando a eficácia dos investimentos e ampliando o patrimônio cultural e científico.</p> <p>O maior efeito multiplicador do crescimento será alcançado quando for assegurado o atendimento das iniciativas de criação de cursos de mestrado e doutorado para formação de docentes e pesquisadores nas áreas básicas de trabalho educacional e científico.</p> <p>A expansão através da criação de cursos de mestrado e doutorado em universidades é mais recomendável, como regra geral, que a criação dos mesmos em centros de pesquisa.</p> <p>Racionalizar a utilização dos recursos.</p> <p>Transformar os Cursos de Mestrado e Doutorado em núcleos efetivos de pessoal qualificado para a educação superior e a pesquisa.</p>	<p>Há pressão de demanda em alguns cursos, especialmente nos localizados em áreas de grande concentração demográfica.</p> <p>A política de polarização geo-educacional está sendo implantada.</p> <p>Os Cursos de pós-graduação em Direito lutam para que o trabalho que desenvolvem seja reconhecido como CIENTÍFICO e não, apenas, CULTURAL.</p> <p>Os atuais cursos, pela fuga à titulação, não estão formando DOCENTES, mas, sim, profissionais ESPECIALIZADOS.</p> <p>Todos os Cursos pesquisados, o que corresponde a totalidade do sistema em 31-12-77, estão vinculados à Universidades. Na prática, não há administração "Independente", nesses cursos.</p>	<p>Os problemas de EXPANSÃO DO SISTEMA com tem, atualmente, com um mecanismo regulador: os DISTRITOS GEO-EDUCACIONAIS. Talvez a palavra "maquinismo" seja própria para definir os DGEs, uma vez que, na própria conceituação do Prof. Edson Machado de Souza, Diretor Geral da Divisão de Assuntos Universitários do MEC, os DGEs não pretendem formalizar-se em mais um nível administrativo, técnico e educacional, com funções típicas de órgão executivo e/ou normativo.</p> <p>Na realidade, os DGEs propiciam uma base física, geográfica, para o planejamento e a expansão do ensino superior, em nível de graduação e pós-graduação.</p> <p>Dentro desta área pre-delimitada, realizar-se-ão, preferencialmente, fóruns de debates, de reflexões, de consensos no sentido de se aproximar as instituições de ensino e pesquisa. A partir daí, surgirão proposições concretas para a ação em comum, executada pelos órgãos locais mais credenciados e tecnicamente-burocraticamente envolvidos no sistema.</p> <p>NOTA - As conceituações do Prof. Edson Machado de Souza, acima expostas, foram expandidas verbalmente durante o painel desenvolvido na 2ª Assembléia Geral do DISTRITO GEO-EDUCACIONAL 34, em Blumenau, Santa Catarina, a 11 de março de 1978 e adotadas pelo Autor da pesquisa.</p>	

4,5 - Conclusões Finais

4,5,1, - Plano de PÓS-Graduação em Direito

Em 1975, uma Comissão de seis professores elaborou, por solicitação da CAPES, um PLANO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, documento que na expressão dos seus próprios autores, "representa um esforço no sentido de se reformular substancialmente o sistema de ensino superior do Direito na sociedade brasileira,"

A presente pesquisa, a respeito deste PLANO, teve o seguinte envolvimento: 1) A análise minuciosa do PLANO fez parte das leituras e exames de documentos que antecederam o trabalho de campo; 2) foram entrevistados três dos seis integrantes da Comissão de Elaboração, inclusive o seu Coordenador; 3) tendo-se perguntado aos Coordenadores dos Cursos se haviam enviado a CAPES sugestões sobre o PLANO DE PÓS GRADUAÇÃO. E (VI DIREITO (quesito 50 do questionário respectivo) a maioria (60 %) demonstrou não haver tomado conhecimento do mesmo e 4) em apenas um curso foi encontrado parecer neste sentido, esmeradamente redigido, em profundidade e com oportunidade. Neste curso, o assunto foi ra objeto de estudo pelo seu Colegiado,

Nenhum dos membros da Comissão de Elaboração do Plano, dentre os entrevistados, conhecia o paradeiro do documento» O Coordenador da referida Comissão manifestou opinião de que o recolhimento do Plano dever-se-ia a motivos financeiros por faltar, à CAPES, recursos necessários à sua implantação,

Mas, independentemente do que deva ter ocorrido, o que escapou totalmente ao crivo da pesquisa, o PLANO DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO tem existência real, foi elaborado conscienciosamente e, sobre ele, já se manifestaram professores perfeitamente entrosados com o sistema, Não pode ser esquecido, Urge recolocá-lo em pauta, submetendo-o à apreciação de todos os Pró Reitores de Pesquisa e PÓS Graduação e dos Coordenadores dos Cursos de PÓS Graduação da área jurídica, para fins de eventuais correções e enriquecimento, Se este trabalho for realizado nos anos de 1978/1979, o Plano de PÓS Graduação em Direito poderia entrar em vigor com o novo Plano Nacional de PÓS Graduação, a ele vinculado.

4.5.2 - Desativação de Cursos Improdutivos

Os Cursos de Estudos Avançados

Quando se avaliou a PRODUTIVIDADE dos Cursos de Pós Graduação em Direito (3.3.2.-IV-a) foi adotado como indicador a relação entre conclusões de créditos e titulações, a nível de mestrado e doutorado, pois a titulação I o objetivo formal, ou jurídico, daquela formação profissional,

Não somente o art. 45 do DL nº 465, de 11.02.69 condiciona o exercício do magistério superior à titulação específica do mestre e doutor como, recentemente, várias disposições do Conselho Federal de Educação mantem o condicionamento, embora estabelecendo alternativas (art. 32 da Resolução nº 14/77 ; § 12 do art. 45, letra a e § 12 do art. 52 da Resolução nº 20/77).

Reconhece-se que as funções de uma instituição de ensino no contexto das múltiplas necessidades sociais — e aqui se dá a esta expressão o conceito do Parecer 3491/77 do CFE — extrapola ao imediatismo da titulação,

Mas o enfoque dado ao presente estudo não pode furtar-se de considerar, como prioritário, o fundamento da TITULAÇÃO como provedor legal dos corpos docentes dos ~~cursos~~ de graduação e dos de pós-graduação lato sensu.

Isto posto, verificou-se que a produtividade dos cursos é ínfima, chegando a ser alarmante em determinados cursos, o que ficou expresso pela relação média de 4.81 por 100 alunos que completaram os créditos (até, sGtGm'bró' /1977).

Todos os responsáveis pelo sistema, quando entrevistados, mostraram-se seriamente preocupados com a ocorrência, cujas causas mais apreensíveis já foram examinadas no sub-iten 3.3.2-IV-a.

A rigor, quando aventada a hipótese de que a atual estrutura deveria ser desativada, nos casos de improdutividade, não se verificou nenhuma reação veemente dos Coordenadores ou dos professores mais ligados ao problema. Contrariamente, alguns já tinham opinião formada de que algo deveria ser feito mesmo que resultasse em profunda modificação do atual status,

A literatura específica, embora escassa, contém importantes pronunciamentos, sob variados enfoques,

"Cabe aprofundar a reflexão sobre a contribuição que a pós graduação em sentido lato pode oferecer ao esforço do aperfeiçoamento do docente. É sabido que o mestrado e o doutorado são programas de alto custo que demandam tempo

mais longo e que, por isso, não obstante a destinação de recursos específicos - que lhes vimos fazendo beneficiarão a cada ano a um número relativamente reduzido de docentes.

Este dado, aliado à expansão contínua do ensino superior - fambora controlada - torna desejável e inevitável o apelo aos cursos de pós-graduação em sentido amplo, a nível de especialização.

Não se trata de substituir a pós-graduação estrita, mas de complementá-la, i. a fim de que exerça a significativa função de aprimoramento do corpo docente e qualificação de mão-de-obra de alto nível," -(Prof. Edson Machado, Diretor do Departamento de Assuntos Universitários, na sessão solene de encerramento da XXIV reunião plenária do iCRUB,)

Com estas palavras, o Prof. Edson já associa os cursos de especialização aos de mestrado e doutorado, como uma forma de complementação, em face das condições singulares da titulação em sentido estrito. A partir daí, e ampliando algumas linhas de raciocínio da fala anterior, seria aceitável entender a ESPECIALIZAÇÃO e o APERFEIÇOAMENTO não apenas como complementação mas também como substituição, a vista da falácia formal do sistema estrito, já amplamente comprovada.

No estudo OS GRAUS DE MESTRE E DOUTOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NORTE-AMERICANO, publicado pela CAPES (abril/77) o tema é abordado com muita objetividade, em suas facetas favoráveis e desfavoráveis.

Na apresentação do trabalho, o Prof. Darcy Closs, Diretor-geral da CAPES, reflexiona sobre a semelhança entre problemas da pós-graduação norte-americana e a brasileira, e recomenda quanto a evasão em nosso sistema:

"A elevada perda de alunos, ao final do primeiro ano com a transferência para o setor privado, destaca a urgente necessidade de adaptação do sistema a uma realidade nacional. Caberá avaliar a conveniência de se introduzir formalmente o "diploma de especialista" concedido após um ano de estudos e/ou ter preenchido o mínimo de créditos,"

No final do trabalho, às pags. 145 a 153, há uma série de considerações sobre a situação no Brasil, onde se lê:

"Por outro lado, não cremos que a adoção de graus intermediários - à semelhança do que ocorreu nos Estados Unidos, e cujo número de concessões tem

sido insignificante quando comparado ao mestrado e doutorado - ssja, no momento, a solução adequada para o nosso país, No entanto, a introdução de um diplo-
ma de especialista, com características profissionalizantes, poderia atender, de modo mais atual, algumas áreas do conhecimento," (nas quais se inclui o Direito),

A pag. 153 são apresentadas várias sugestões, visando, em primeiro lugar, à necessidade de se adotarem " medidas para encerrar programas fracos e irrecuperáveis, erientando-os para outro tipo de atividade ou nível."

Hugo Gueiros Bernardes, ao defender o método de projetos e os estudos monográficos no ensino jurídico, afirma que "a estrutura excessivameate aca-
dêmica dada aos cursos de mestrado e doutorado, torna a especialização e o aperfeiçoamento o caminho mais desembaraçado para experiências frutíferas no ensino de pós-graduação." In O ENSINO JURÍDICO E O ft/ÉTODO: GRADUAÇÃO E PÓS —
-GRADUAÇÃO - 1977.

Depreende-se, destes pronunciamentos, que os cursos de mestrado s doutorado, na atual conjuntura, não apenas podem ser complementados por outros cursos, mais versáteis e com terminalidade própria, como até, por eles substituídos.

Tudo está em se querer efetivamente adotar uma política realista, o que não se
rã difícil se aceitarmos, como premissa, que os atuais cursos de pós-graduação são inadequados às aspirações da maioria dos alunos, Estes ~nao almejam, como resultado final, uma titulação que os levem de retorno às salas de aula, agora corec professores. Eles desejam ser "especialistas" - no sentido g nerico do termo - em determinados campos do saber jurídico. Qu submeterem-se a uma sev ra reciclagem de conhecimentos, que o passar do tempo torna imperativa.

Assim, concluidos os créditos, com o saber "especializado" ou "reciclado", passam a utilizar este mesmo saber nas lides profissionais. Tal sistema provoca, entretanto, uma dose de frustração pois, de alguma forma, o curso não atingiu a sua específica terminalidade, Nao f rmou Mestres nem Doutores, Frustração de todos - pós graduandos, professores, governo.

Há, pois, qu  achar uma solução que, sem eliminar a possibilidade de propiciar a titulação a nível de mestrado e doutorado, não seja, apenas, um

"prêmio de consolação" aos egressos dos cursos ou "uma carona para quem perdeu o ônibus".

Uma solução que elimine, até, a figura do egresso, baseada que seja em termina-
lidades consecutivas ou alternativas.

Não haveria, assim, fugas honrosas do mestrado ou do doutorado, mas cursos ti-
pificados > com produtos finais definidos e específicos, e que, devidamente en-
cadeados, poderiam levar à titulação tradicional.

O esquema ora sugerido, após longamente amadurecido nos seus pressupostos bási-
cos, teve sua urdidura final baseada na montagem de cursos idealizados pela Co-
ordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia - COPPE - da UFRJ, com
vistas a solucionar problemas idênticos aos que hoje assoberbam a área jurídi-
ca, a nível de pós-graduação,

ESQUEMA SUGERIDO:

- a) A instituição organizaria cursos profissionais, por âres específicas do Di-
reito, oferecendo amplo leque de opções na escolha das disciplinas, em cada
área específica;
- b) A instituição manteria tantas áreas específicas quanto fosse possível e de-
sejável;
- c) cada área específica seria dividida em quatro sub-áreas, que aglutinariam
disciplinas de maior índice de correlacionamento, isto é, cada sub-área se
caracterizaria pela estreita organicidade entre as suas disciplinas, comporv
do um conjunto tão homogêneo quanto possível, dentro dos princípios da in-
terdisciplinaridade.
Constituir-se-á, assim, cada sub-área, numa "etapa útil", relativamente au-
tônoma, do conhecimento jurídico;
- d) O interessado cursaria as disciplinas das várias sub-áreas em pe-
ríodos distintas, recebendo, a cada término de sub-área, um certificado .de
conclusão de estudos avançados, com a discriminação das disciplinas cursa —
das e 03 respectivos conceitos;
- e) seria desejável que o aluno intercalasse cada sub-área com o retorno às a-
tividades profissionais, enriquecendo sua vivência e, conseqüentemente, MO-
TIVANDO-O para os estudos formais;

f) Completadas todas as sub-áreas e havendo interesse em titular-se mestre ou doutor, o interessado escolheria dois caminhos:

1) para o MESTR/Ci0 cursaria as seguintes disciplinas: Didática do Ensino Superior; Administração Universitária e Metodologia Científica (Metodologia da Pesquisa), seguindo-se a apresentação e defesa da DISSERTAÇÃO;

2) para o DOUTORADO, cursaria as seguintes disciplinas: Didática do Ensino Superior I e II; Metodologia Científica (Metodologia da Pesquisa) I e II; Sociologia Jurídica I e II; Teoria Geral do Direito I e II e mais uma disciplina para-jurídica, estreitamente correlacionada com a área, seguindo-se a apresentação e defesa de TESE;

g) A carga horária de cada sub-área seria de no mínimo 90 horas, o que corresponderia a três disciplinas de 30 horas ou a outra combinação que for julgada mais conveniente. A área específica corresponderia, no total, a 360 horas/aula (4 sub-áreas de 90 horas cada);

h) poder-se-ia exigir, para o ingresso na área do Mestrado ou do Doutorado, exame de qualificação ou capacitação, principalmente quando transcorresse prazo relativamente longo entre a conclusão dos estudos avançados e o início da fase de titulação.

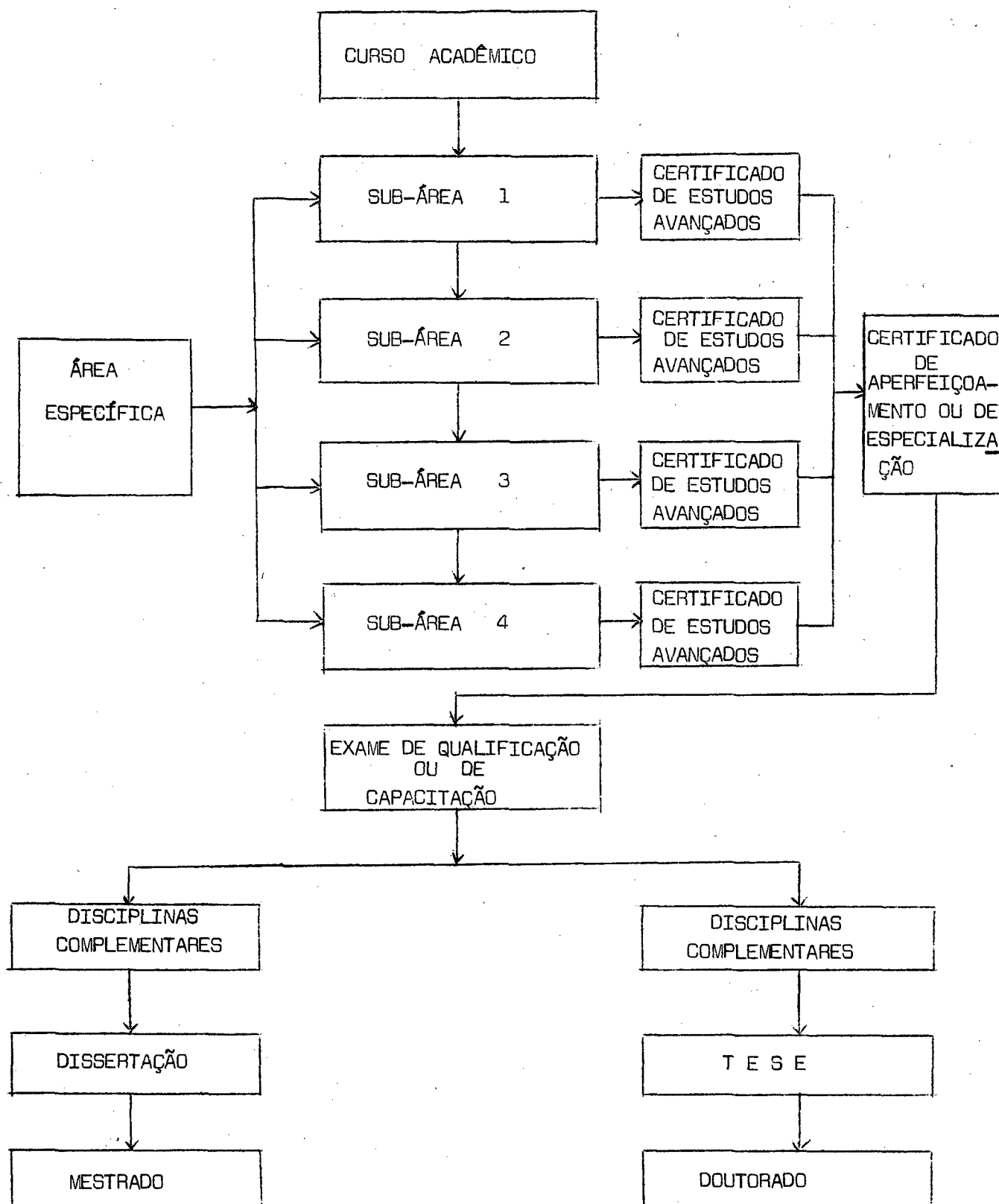
Antes da apresentação do esquema estrutural e do esquema exemplificativo de viabilidade da proposição, fazem-se as seguintes reflexões:

O arcabouço dos atuais cursos de mestrado e doutorado, na sua verticalidade monolítica, que vai da matrícula à titulação, acaba de sofrer uma significativa ruptura, com a recente Resolução nS 14/77, do Conselho Federal de Educação, que abriu uma brecha para o aperfeiçoamento e a especialização, após aprovação em disciplinas correspondentes a determinada carga horária,

A partir de então, não se afirmará mais que a única terminalidade dos cursos anível de mestrado e doutorado seja a própria mestragem ou doutoramento. Esta flexibilidade, que representa uma aceitação tácita às críticas dirigidas à rigidez do sistema, não invalida as sugestões deste capítulo, cuja redação já estava definida por ocasião da publicação da Resolução 14/77. Ao contrário, os pontos básicos são harmônicos, e a proposição ora desenvolvida acerta-se com a abertura oferecida pela Resolução 14/77, ampliando-a à luz de princípios realistas.

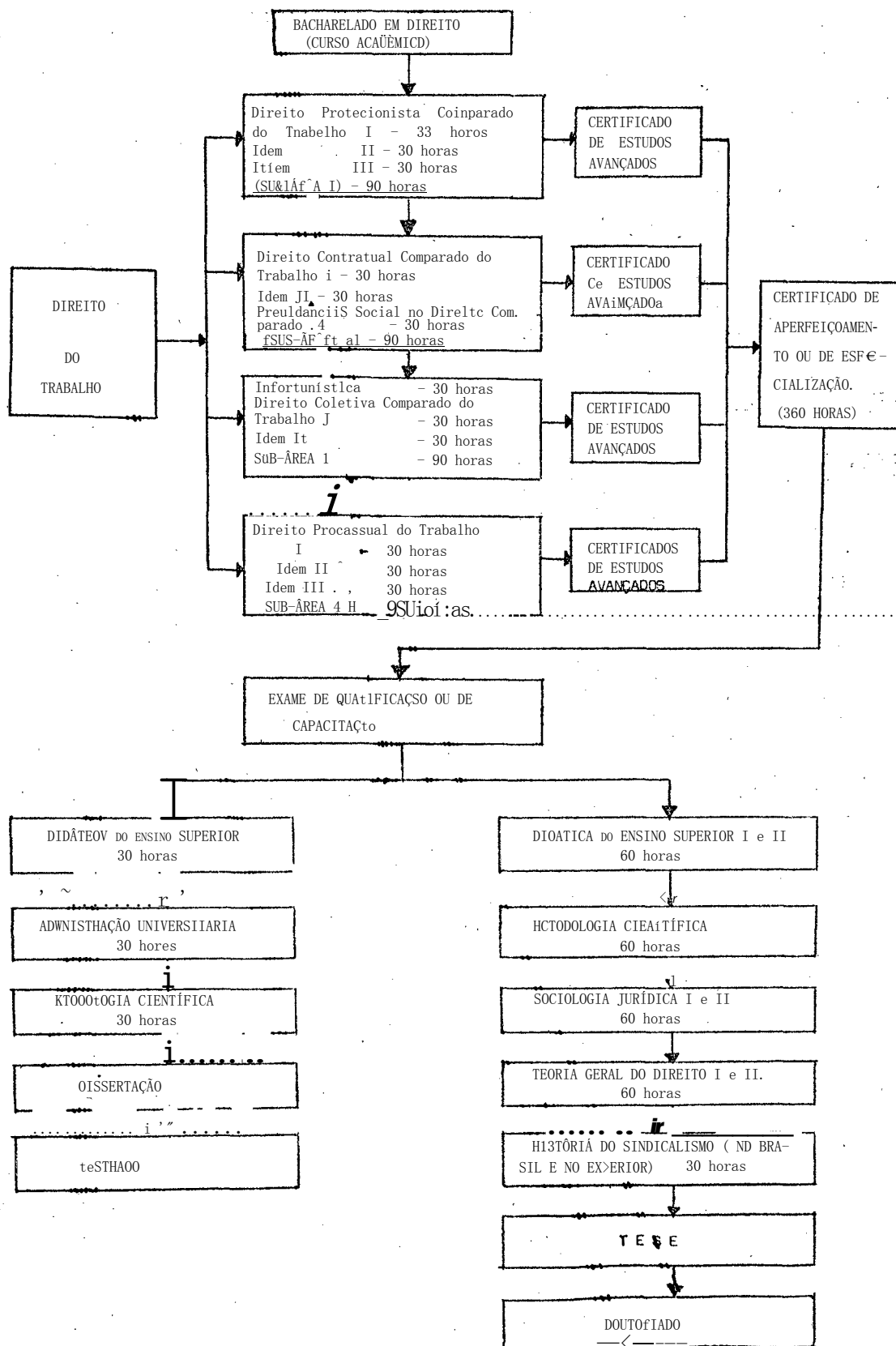
Observa-se, assim, que a operacionalidade fundamental da novel Resolução do CFE coincide com o da sugestão aqui apresentada: ambas veiculam horizontalmente terminalidades específicas àquelas então únicas possíveis. Entretanto, a Resolução 14/77 aceita estas novas terminalidades apenas após a conclusão final dos créditos, como forma de compensar a não elaboração da dissertação ou da tese e o aproveitamento dos créditos para a especialização e o aperfeiçoamento. Nota-se, então, que o objetivo último da nova orientação oficial ainda persegue o encaminhamento para o magistério. A sugestão ora trazida à análise possibilita, além desta destinação, várias outras terminalidades com vistas à capacitação profissional em outros ramos da atividade jurídica, não magisteriais.

Finalmente, é indispensável insistir, aqui, nas considerações feitas no início deste capítulo. O esquema a seguir sugerido, para sua integral validade, deverá ser associado a uma nova filosofia estrutural e operacional da pós-graduação estrito e lato senso a nível governamental (MEC-CFE) >quebrando-se a atual rigidez e hierarquia do sistema, visando ao amplo aproveitamento dos especialistas e aperfeiçoados, nas várias classes dos cargos de magistério, oficial ou particular, sem parte das restrições atuais.

EsQ uEMESTRATURALBÁSICD

ESQUEMA DA VIABILIDADE DA PROPOSIÇÃO

(ESQUEMA ESTRUTURAL BÁSICO)



B I B L I O G R A F I A

a) BIBLIOGRAFIA REFERENTE A ESTRUTURA DA PESQUISA

- 1 - CAPITAT, Henry - A tese de doutorado em Direito. Condensação, tradução e notas de A. Machado Paupério. Rio de Janeiro: UFRJ, 1ª edição, 1975.
- 2 - GOODE, Wilhem Josah e Paul K. Hatt - Método em Pesquisas Sociais. São Paulo: Editora Nacional, 4ª edição, 1972.
- 3 - IWANN, Peter H. - Métodos de Investigação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª edição, 1973.
- 4 - MORLES, Victor - Guia para elaboração e avaliação de projetos de pesquisas, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - MEC, Rio de Janeiro, V. 60, n. 136, out/dez 1974, pags. 571 a 579,
- 5 - SALOMON, Delfio Vieira - Como fazer uma monografia. Belo Horizonte: Interlivros, 33ª edição, 1973.
- 6 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Normas para a apresentação de Tese. Florianópolis, Mimeografado para distribuição interna, UFSC, 1973.

b) BIBLIOGRAFIA REFERENTE AO CONTEÚDO DA TESE

- 1 - ARAGÃO, Raymundo IV. Uniz de - Ensino Universitário, Legislação e Reforma. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1977.
- 2 - ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE METODOLOGIA DE ENSEÑANZA DEL DERECHO - Revista Latino-Americana de Metodologia de la Enseñanza del Derecho - N. 21. Santa Maria, RS: Imprensa Universitária da UFSM - 1977,
- 3 - BARROS, Roque Spencer et alii - Diretrizes e Bases da Educação: Ensino e Liberdade, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.
- 4 - BONAVIDES, Paulo - Ciência Política. Rio de Janeiro: Forense, 1976, 3ª edição.

- 5 - BRAVO, Luiz - A Pós-Graduação no Brasil. Rio de Janeiro; Correio da Manhã, edições de 26, 29 e 31/12/71.
- 6 - CABRAL, Bernardes - Sesquicentenário dos Cursos Jurídicos, in Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, ano VIII, Vol. VIII, nº 22, maio/agosto 1977, pag. 283/293, Rio de Janeiro, 1977.
- 7 - CAMPOS, Maria Aparecida Pourchet - Política de Pós Graduação no Brasil, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, V. 58, nº 128, pags. 232/240; 1972.
- 8 - CARVALHO, Horácio Martins de - Introdução à Teoria do Planejamento. São Paulo: Editora Brasileira, 1976.
- 9 - CHAGAS FILHO, Carlos - Atualidade e Perspectivas da Pós-Graduação, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, V. 58, nº 128, páginas 241/248; 1972.
- 10 - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO - Brasília - DF - Vários pareceres sobre credenciamento de cursos de Pós Graduação, in DOCUMENTA nº 178, pags. 205 / 241; 1975.
- 11 - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO - Brasília - DF - Pareceres nºs. 977-65 e 77-6 in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, V. 58, nº 128, pags. 326/330, out/dez. 1972.
- 12 - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO - Brasília - DF - Normas para Autorização e Reconhecimento de Cursos Superiores: Parecer nº 3.492/77; Parecer nº 3491/77; Resolução nº 16/77; Resolução nº 17/77; Resolução nº 18/77; Resolução nº 19/77; Resolução nº 20/77; Portaria nº 333/77; Portaria nº 344/77; Portaria nº 03/77; Resolução nº 9 14/77. Brasília, DF, Minas Gráfica Editora Ltda, 1978.
- 13 - CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - Estudo Crítico da Reforma Universitária - Debates. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1977 .
- 14 - CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - XXI e XXII Reuniões Plenárias, destacando-se "A Pós-Graduação na Universidade Brasileira", Brasília, 1976.

- 15 - CONSELHO DE FEITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Florianópolis; Impraiaa Universitária da UFSC, 1976.
- 16 - FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda, Crise da Universidade e Crise do Ensino Jurídico, in PIMES « Comunicações 18, Recife, pags, 91/142 - 1977,
- 17 - FALCÃO NETO - Joaquim de Arrxida - Classe Dirigente e Ensino Jurídico: uma releitura de São Thiago Dantas - in Revista da Ordem dos Advogados do Brasil, ano VIII - Vol. VIII, n. 21, jan/abril 1977, Rio de Janeiro : Editora Gráfica Luna Ltda. 1977.
- 18 - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - A Pós-Graduação em Universidades Brasileiras . Rio de Janeiro; Editora do FGV, 1971.
- 19 - GARCIA, Walter E. Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento, são Paulo: Editora McGraw do Brasil Ltda. 1976.
- 20 - GOES, Paulo - Aspectos Administrativos da Educação Pós-Graduada no Brasil , in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro , V. 58, n. 128, pags. 224/230 - 1972.
- 21 - GOVERNO DO BRASIL - Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil - Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, volumes referentes aos anos de 1895, 1896, 1901, 1911, 1915 e 1925.
- 22 - GOVERNO DO BRASIL - 1º Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND - - 1972/1974, edição de 1973.
- 23 - GOVERNO DO BRASIL - 11º Plano Nacional de Desenvolvimento - Ig PND - - 1975/1979, edição de 1976.
- 24 - INSTITUTO LATINOAMERICANO DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL - Debates sobre Planejamento. Rio de Janeiro: Forum Editora Ltda - Livraria Hachette do Brasil S.A. - 1974.
- 25 - JUNIOR, Cesarino A. F. - Reforma Universitária. São Paulo; Edição Sarai-va, 1971.
- 26 - JUNIOR, A. Almeida - Problemas do Ensino Superior, São Paulo: Compaahia Editora Nacional - 1956.
- 27 - KELLY, Celso, Notícia Histórica; Prefácio ao Plano Nacional de Educação, MEC/CFE, Rio de Janeiro; Gráfica Tupy Ltda, 1962.

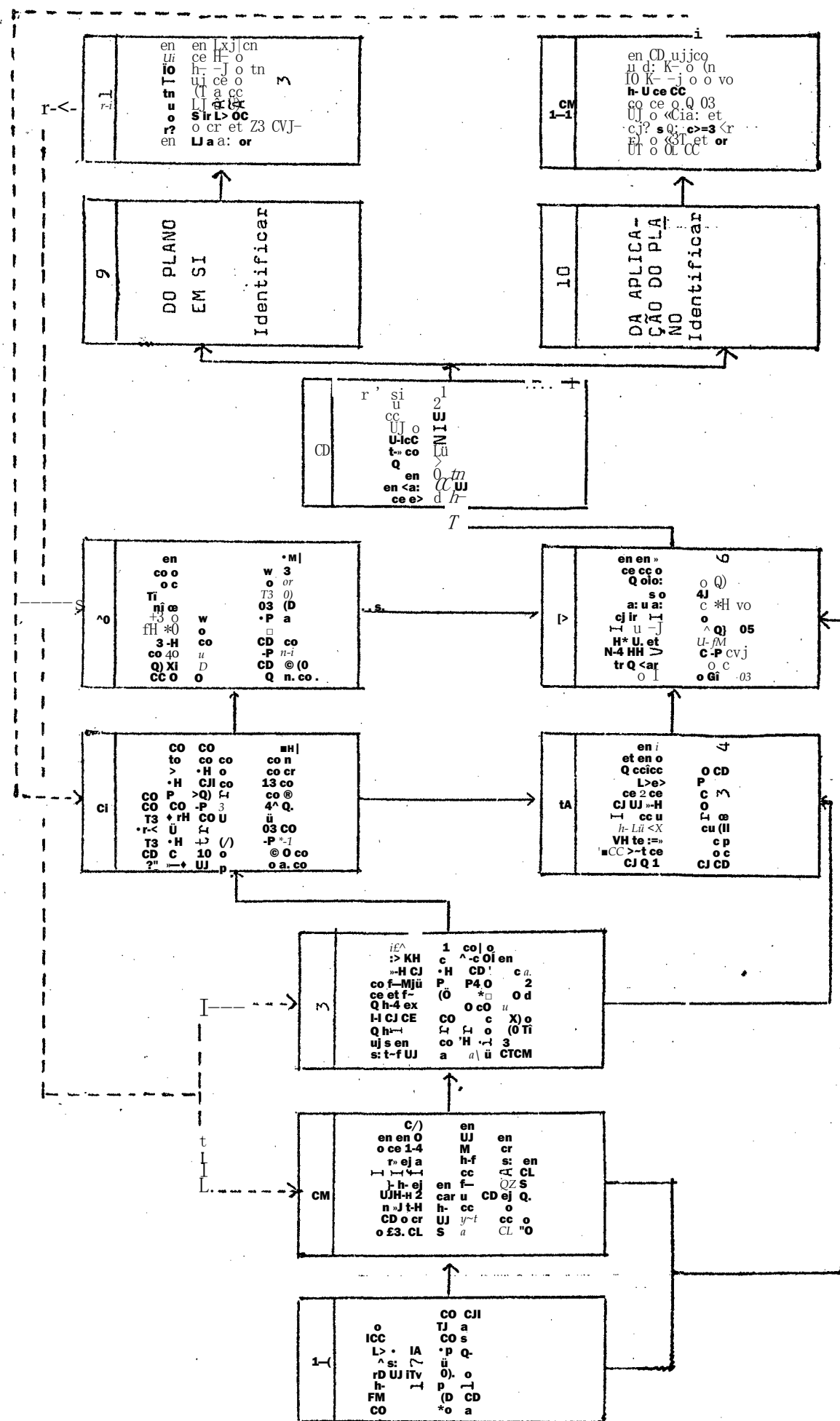
- 28 - LEITE, Celso Barroso - A Pós-Graduação e o papel da C/PESy in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, V, 58, n. 128, pag.352/358 - 1972.
- 29 - WELO, Osvaldo Ferreira de - Teoria e Prática do Planejamento Educacional Porto Alegre: Editora Globo - 1974.,
- 30 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, DAU - UFBA - ISP - Reforma Universitária - Avaliação da Implantação. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1975, 2 volumes.
- 31 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária - in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, V, 50, n. 111, pags. 122/175 - 1968.
- 32 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA = DAU/CAPES - Novas perspectivas para o Sistema de Ensino Superior: QpBra(d!oITgQjizBg5o e Implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação. Brasília, DF: Gráfica da UFRGS, 1975.
- 33 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DAU/CAPES - Catálogo de Cursos; Profissões Sociais - Direito. Brasília, DF, 1976.
- 34 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E, CULTURA - DAU/CAPES - Situação atual da Pós-Graduação no Brasil - 1975. Brasília, DF, 1976 .
- 35 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - DAU/CAPES - Sistemas de Credenciamento dos Cursos de Pós-Graduação: Brasil-Estados Unidos. Brasília, DF; Oficinas Gráficas da UFRGS, 1977.
- 36 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - DAU/CAPES - Os graus de Mestre e Doutor nas Instituições de Ensino Norte Americanas. Brasília, DF: Oficina Gráfica da UFRG, 1977.
- 37 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - DAU/CAPES - Programa Institucional de Capacitação de Docentes. Brasília, DF; Artes Gráficas Ltda, 1977.
- 38 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - DAU/CAPES - Plano Nacional de Pós-Graduação. Rio de Janeiro: APEX, Gráfica e Editora Ltda., 1975.
- 39 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - DAU/CAPES - Projeto Nordeste de Pós-Graduação, Brasília, DF - 1976.

- 40 - IWORRIS, William - O Ensino Superior - Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- 41 - NOOREGA, Vandick Londres da - Enciclopédia da Legislação do Ensino - Rio de Janeiro: LEX, 1952.
- 42 - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - Mestrado em Ciências Jurídicas. Rio de Janeiro - 1976 .
- 43 - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - Catálogo Geral - Rio de Janeiro: Serviço de Processamento Gráfico, PUC/RJ- 1977.
- 44 - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - Mestrado em Ciências Jurídicas - Rio de Janeiro; Editora da PUC/RJ, 1976.
- 45 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - MEC/PBOCT. Pesquisa Fundamental e Pós-Graduação - Área de Direito - Coordenação de Joaquim de Arruda Falcão, 1974.
- 46 - SUCUPIRA, Newton - A Condição Atual da Universidade e a Reforma Universitária - ■ Brasileira, São Paulo: São Paulo Editora S.A. - s/data.
- 47 - SUCUPIRA, Newton - Ensino Superior; Expansão, Reforma e Pós-Graduação, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, V. 58, ns 128, pags. 216/222 - 1972.
- 48 - TOBIAS, José Antônio - História da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Ilúrscredi Ltda., 1972, 2ª edição.
- 49 - TRIGUEIRO, Dumerval - Estudo Especial, in Plano Nacional de Educação, Revisão de 1965, WEC-CFE. Rio de Janeiro; Gráfica Tupy-Ltda, 1965.
- 50 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Catálogo de Pós-Graduação 1977/1978, Belo Horizonte, Editora da UFMG - 1977.
- 51 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, - Cadernos de Pós-Graduação em Direito. Belo Horizonte, Editora da UFMG - 1975.
- 52 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - Anuário do Mestrado em Direito. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1977.

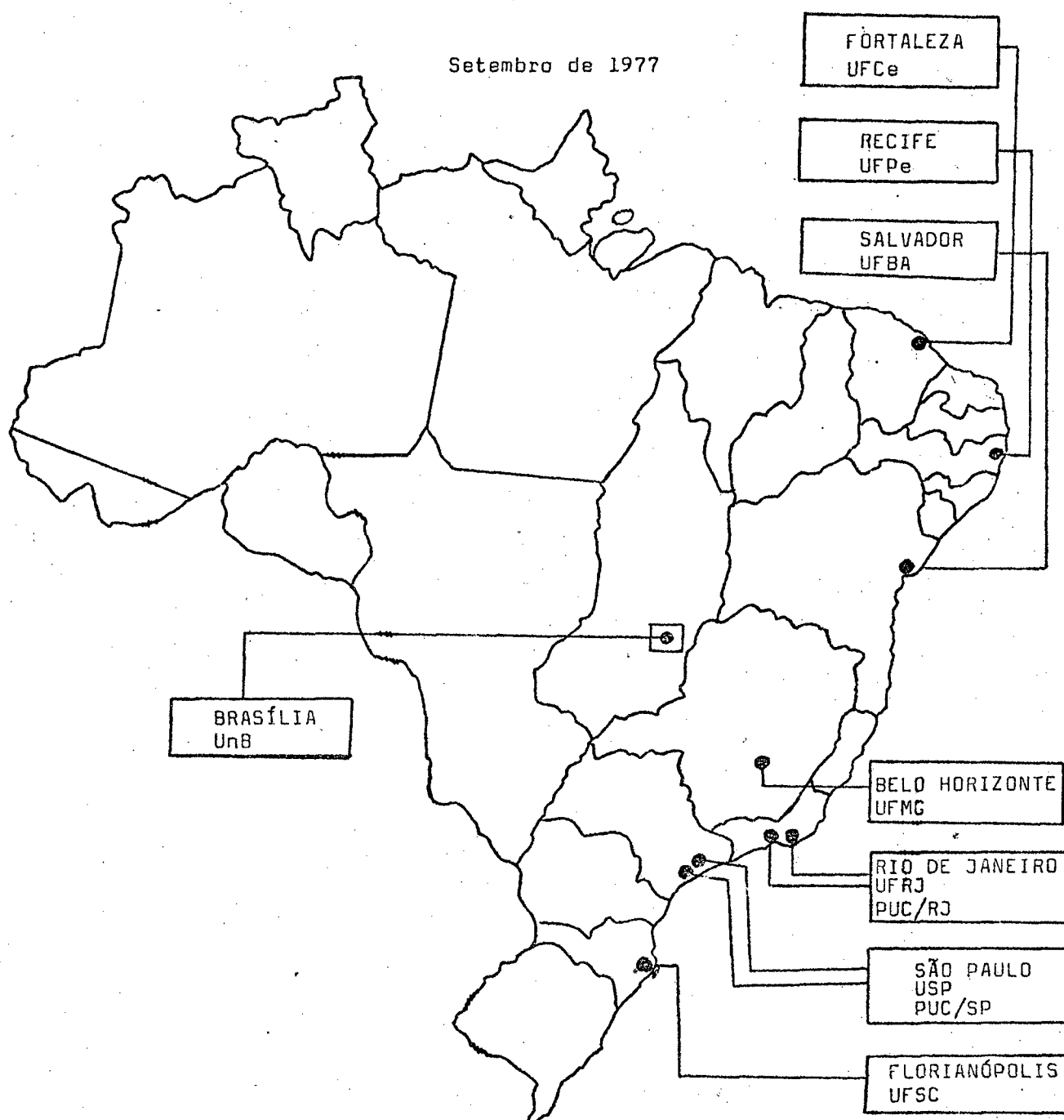
- 53 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - Mestrado - Direito. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFCe - 1978.
- 54 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Pós Graduação em Direito: Linhas de Pesquisa 1976/1979, Programas do campo interno e do campo externo. 1977. Florianópolis; Imprensa Universitária da UFSC. 1977.
- 55 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Revista do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, V. 2, rP 1 - Especial. Santa Maria; Imprensa Universitária da UFSM. 1976.
- 56 - VENANCIO FILHO, Alberto - Das Arcadas ao Bacharelismo. São Paulo; Editora Perspectiva - 1977.

6 - AIMEXOS

C0.1 - C3D CADRO CD^f L < QUGS SA



6.2 - LOCALIZAÇÃO DOS CURSOS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO



6.3 - INSTRUMENTO DE COLETA

F-03 - dos Cursos

F-02 - dos Professores

F-01 - dos pós-graduandos

ROTEIRO DAS 1/ISITAS

F 0 m

Instituição

02

Mestrado

01 Doutorado 02 03

Area de especialização

04 É radicado nesta cidade 01

Aqui reside ou vem somente- em função do curso

02 05

Verificado a segunda hipótese vai retornar a cidade de origem após concluir o curso.

SIM 01 NÃO 02

UAI RESOLVER

03 06

Seleção a que se submeteu para admissão ao curso

Entrevista 01 Plano de trabalho 02 Prova escrita 03 Desempenho acadêmico global04 Currículo vitae 05

Nenhuma seleção

06 07

É bolsista

Anuidade 01 Manutenção 02 Não é bolsista03 08

Compromisso futuro assumido pela bolsa

☐ 09 ☐

Regime de estudos

Tempo integral ☐ 01 ☐Parcial ☐ 02 ☐☐ 10 ☐

Se em regime integral, está dividido :

Em horas de estudo

☐ 01 ☐Em ativ/idades de pesquisas ☐ 02 ☐

Em atividades didáticas

☐ 03 ☐☐ 11 ☐

Créditos já obtidos, com relação ao total; :

Menos de um terço

☐ 01 ☐

De um terço a dois terços

☐ 02 ☐

Mais de dois terços

☐ 03 ☐☐ 12 ☐

Apresentou projeto de tese ou dissertação ~

SIM ☐ 01 ☐NÃO ☐ 02 ☐☐ 13 ☐

O projeto está em fase de elaboração

SIM ☐ 01 ☐NÃO ☐ 02 ☐☐ 14 ☐

Exercício de magistério

Na própria instituição ☐ 01 ☐ e/ou em outra(s) ☐ 02 ☐

Titular

☐ 03 ☐

Adjunto

☐ 04 ☐

Assistente

☐ 05* ☐

Outro

☐ 06 ☐NÃO LECIONA ☐ 07 ☐☐ 15 ☐

Participação na administração do Curso

Como funcionário ☐ 01 ☐Como bolsista ☐ 02 ☐Nenhuma participação ☐ 03 ☐☐ 16 ☐

Participação nas decisões do Curso

Sistemática e/ou regimental ☐ 01 ☐Esporádica ☐ 02 ☐Nenhuma participação ☐ 03 ☐

TT

Tem professor orientador

De Curso SIM 01

NÃO 02

De Tese SIM 01

NÃO 04

TW

Contactos com o orientador

Constante 01

Espaçado e/ou. eventual 02

Raro 03

Nenhum 04

19

Grau de proveito desse relacionamento

Útimo 01

Bom 02

Regular 03

F raco 04

Outro 05

20

O curso já editou algum trabalho de sua autoria ?

SIM 01

NÃO 02

12

Processos pedagógicos ou recursos didáticos utilizados pelos professores do curso .	HABITUALIDADE				
	QUASE SEMPRE	BASTANTE UEZES	ALGUMA UEZES	RARAMENTE	NENHUMA VEZ
Aula expositiva(magistral)	11	12	13	14	15
Projeções, transparencias e outros recursos audio-visuais.	21	22	23	24	25
Seminários, debates, painéis,	31	32	33	34	35
Estudo Dirigido	41	42	43	44	45
Fichas de Leitura	51	52	53	54	55
Trabalho de Equipe	61	62	63	64	65
Produção de Textos individuais.	71	72	73	74	75
Elaboração de projetos e pesquisas.	81	82	83	84	85
Uisitãs e Ex - cursos(inter-câmbio com outros cursos ou instituições .	91	92	93	94	95

22

síntese do nível de desempenho pedagógico do curso

Ótimo 01

Bom 02

Regular 03

F raco 04

Outro 05

22 Nível global de desempenho do curso

Útimo 01

Bom 02

Regular 03

Fracol 04

Outro 05

24 Sugestões sobre qualquer assunto relacionado ao curso abordado ou não neste formulário. (utilizar outra folha, se necessário).

25 Data

dia mes ano

26 Nome

27 Assinatura

F 10

01	Instituição	01	
02	Mestrado	01	Doutorado 102
03	Area de Especialização		
04	Titulação		
	Doutor 01	Livre Docente 02	Mestre 03
05	Regime de Trabalho		
	Tempo integral 01	Parcial	02
06	É radicado nesta cidade	01	
	Aqui reside ou vem somente para lecionar		02
07	Exercício do magistério (em anos)		
	pós - graduação		
	Graduação		
	Outros		
08	Formação pedagógica especializada		
	Em nível da graduação	01	
	Em nível de 2S grau	02	
	Em cursos de extensão	03	
	Por via auto-didática	04	
09	Seleção para admissão no corpo docente		
	Entrevista	01	Plano de Trabalho 02
	Provas escritas	03	Exame de titulação 04
	Exame de currículo vitae completo		05
	Nenhuma seleção	06	

É professor - Orientador

De curso \) Nº de alunos orientados

De tese ou dissertação

 NÃO Nº de alunos orientados

Contactos com o orientando

Constante

Espaçado e/ou eventual

Raro

Nenhum

Grau de proveito desse relacionamento

Ótimo

Bom

Regular

Fraco

Outro

Disciplina(s) que leciona

Nível de pós-graduação

Nível de graduação

Leciona

Nessa própria universidade

E/OU em outra(s) instituição (s)

15

Como considera o conteúdo do programa de pós-graduação

Um acréscimo em verticalidade do programa da graduação 01

O alargamento de conhecimentos nos campos adjacentes, simultaneamente ao acréscimo em verticalidade

02

Uma tentativa de mudar a atitude do aluno, auxiliando-o na formação do seu próprio pensamento. 103

16

A pós-graduação, preferencialmente, deve formar

O Especialista estrito 01

O Generalista 02

17

O curso de pós-graduação deveria ser precedido de um curso especial básico de um ano de duração (reciclagem ou assemelhado)

SIM 01

NÃO 02

- 18 Processos pedagógicos ou recursos didáticos de que se utiliza»

	HABITUALIDADE				
	QUASE SEMPRE	BASTANTE 1/EZES	ALGUMAS VEZES	RARAMENTE	NENHUMA VEZ
Aula expositiva(magistral)	11	12	13	14	15
Projeções, transparências e outros recursos audio-visuais.	21	22	23	24	25
Seminários, debates, painéis.	31	32	33	34	35
Estudo Dirigido	41	42	43	44	45
Fichas de Leitura	51	52	53	54	55
Trabalho de Equipe	61	62	63	64	65
Produção de textos individuais	71	72	73	74	75
Elaboração de Projetos e pesquisas	81	82	83	84	85
V/isititas-intercâmbio com outros cursos ou instituições.	91	92	93	94	95

- 19 Organização e apresentação de planos de atividade
SIM 01 não 02

Em caso positivo anexar exemplar(es)

- 20 Biblioteca do curso a disposição dos alunos
- Ótima 01
- Boa 02
- Regular 03
- Fraca 04
- Outra Classificação 05

21

A biblioteca à disposição do professor corresponde às suas necessidades letivas

Ótima 01

Boa 02

Regular 03

Fraca 04

Outra classificação 05

22

Nível global de desempenho do curso com referência ao aproveitamento dos alunos

Ótimo 01

Bom 02

Regular 03

Fraca 04

Outra classificação 05

23

Inclusão no curso de mestrado da disciplina "Didática do Ensino Superior".

SIM 01

NÃO 02

24

Inclusão no curso de mestrado da disciplina "Administração Universitária".

SIM 01

NÃO 02

25

Muitos alunos abandonam o curso antes de concluírem os créditos ou concluindo-os, não elaboram a dissertação ou a tese (no mestrado apenas 15^ª chega à titulação) No seu entender quais as principais causas dessa evasão?

Desencanto com o nível de produtividade do curso 01

Falta de apoio ou estímulo do próprio curso

ou do professor orientador 02

Falta de apoio financeiro de quem de direito 03

Pressão de mercado de trabalho, atraindo-o an

tecipadamente 04

Dificuldades várias extra-curso (Ex. falta de apoio de autoridades, instituições, escassez

bibliográfica 05

Outras causas :

06	
07	
08	
09	

DGSconheço as causas 10

26

Dificuldade de implantação ou ocorrência de interrupções de projetos e de trabalhos didáticos especiais na sua disciplina.

SIM 01 NÃO 02

27

Tendo ocorrido dificuldades ou interrupções assinala as causas .

Falta de interesse do estudante. 01

Redução ou corte de verbas..... . 02

Carência de pessoal técnico ou de apoio ^ , . 03

Indisponibilidade de tempo do professor para compromissos de prazos mais longos. . . 04

•Indisponibilidade de tempo do(s) aluno(s) para compromissos de prazos mais longos. . , . 05

Fragilidade vínculos entre o curso e outras instituições 06

Excesso de burocracia (do próprio curso ou da universidade) 07

Outras causas

08	
09	
10	

Causa(s) não identificadá(s) 11

28

Relacionamento entre o curso de pós-graduação e a Universidade(intercâmbio técnico e didático), referente a sua disciplina.

Muito Frequente

01

Frequente

02

Espaçado e/ou eventual

03

Raro

04

Nenhum

05

29

Sugestões sobre qualquer assunto relacionado ao curso em geral ou a sua disciplina em particular, abordado ou não neste formulário.

30 5 Considerações finais

31 Data

--	--	--

dia mes ano

~321 NOME

--

TT1 ASSINATURA

--

13 O Curso mantém permuta de professores com instituições congêneres ?

SIM ☐ NÃO ☐

19 Há uma política integrada entre o Curso e a Universidade para a substituição, treinamento e intercâmbio de docentes ?

SIM ☐ NÃO ☐

Em caso afirmativa, como se processa essa integração ?

20 Há professoras qualificadas em número suficiente para a orientação dos alunos ?

SIM ☐ NÃO ☐

21 Rolação professor/aluno em tese ou dissertação; ~ ;

Is ☐

22 Desenvolvimento de pesquisas científicas pelos alunos ;

Muito frequente ☐
Frequente ☐
Eventual ☐
Raro ☐
Nenhum ☐

(anexar os títulos das pesquisas realizadas nos últimos dois anos).

23 Suporte financeiro do curso em proporcionalidades

Dotação orçamentária da própria universidade

☐ I

Dotação orçamentária direta MEC-Curso

☐ %

Recursos de outras agências governamentais

☐ %

Serviços prestados a terceiros (projetos, pesquisas, etc.)

☐ %

Contribuição regular dos alunos

☐ %

Doações (entidades ou pessoas físicas)

☐ %

Outras

☐ a

- 24 O Suporte financeiro atende às necessidades do cur 80? :
 Permite o cumprimento global da programação. . . . ☐
 Atende a maior parte da programação..... ☐
 Acarreta prejuízos na programação..... ☐
 Precário ☐
- 25 O relacionamento administrativo uni\versidade/curso faz-se
 se s
 A nível de pró-reitoria..... ☐
 Diretamente subordinado à reitoria..... ☐
 Diretamente subordinado ao departamento, ☐
 Em qualquer caso há
 Relativo grau de independência ☐
 Total independência, ☐
- 26 Regime de trabalho dos alunos N9 de alunos
 Tempo integral com bolsa,
 Tempo integral sem bolsa.
 Tempo parcial com bolsa.
 Tempo parcial sem bolsa.
- 27 Carga horária média de trabalho dos alunos;
 Horas diárias de aulas
 Horas diárias de leitura
- 28 Critérios (e compromissos) para concessão de bolsas :
 (Discriminar as fontes, concedentes das bolsas

29

Critérios de avaliação do rendimento dos alunos

30

Espaços físicos e condições ambientais para as atividades didáticas e demais trabalhos

Plenamente adequados	<input type="checkbox"/>
Razoavelmente adequados	<input type="checkbox"/>
Precariamente adequados	<input type="checkbox"/>
Inadequados	<input type="checkbox"/>

31

Especificar os considerados "inadequados" :

32

Periodicidade dos encontros ou reuniões entre coordenação e professores

Semanal	<input type="checkbox"/>
Quinzenal	<input type="checkbox"/>
Mensal	<input type="checkbox"/>
Outra	<input type="text"/>

33

Nos encontros ou reuniões são abordados;

Somente assuntos administrativos.....	<input type="checkbox"/>
Preferencialmente assuntos administrativos.	<input type="checkbox"/>
Preferencialmente assuntos didáticos.	<input type="checkbox"/>
Tanto administrativos quanto didáticos.	<input type="checkbox"/>

34 A coordenação orienta os professores' quanto à utilização de processos didático-pedagógicos?

SIM ☐ NÃO ☐

Por que o faz ou não o faz ?

35 É incentivado o intercâmbio dos alunos do curso com as universidades ?

Muito Frequente ☐
Frequente ☐
Eventual ☐
Raro ☐
Nenhuma ☐

36 O curso dá apoio financeiro a produção e publicação de trabalhos didáticos, científicos, teses e projetos de seus professores e alunos ?

Muito Frequente ☐
Frequente ☐
Eventual ☐
Raro ☐
Nenhum ☐

37 Há integração dos serviços de apoio da universidade (biblioteca, arquivo, editoria e outros) com os docentes ?

Muito frequente ☐
Frequente ☐
Eventual ☐
Rara ☐
Nenhuma ☐

38 As agências governamentais prestam assessoria e assistência técnica ao curso ?

Enviando técnicos para reformulação de atividades existentes. ☐
Idem para implantação de novos cursos ☐
Enviando material e publicações de orientação técnica - administrativa e pedagógica ☐
Proinovendo encontros e seminários ☐
Nenhuma assessoria ☐
Nenhuma assistência técnica ☐

39

O curso publica matéria e dados estatísticos referentes às suas atividades?

sim

☐

nao

☐

Sendo afirmativa a resposta:

Revista

Q

Boletins internos

☐

Espaço próprio em outras publicações

☐

Outro(s)

40

O curso remete periódica e sistematicamente informações e dados estatísticos às agências governamentais?

SIM

☐

NAO

☐

Sendo afirmativa a resposta:

a-Agências Receptoras:

b-Periodicidade

41 O curso elabora plano ou programa anual de trabalho, inclusive orientatórios?

SIM

☐

NAO

☐

Sendo afirmativa a resposta, anexar exemplar(es).

42

A coordenação do curso estimula os alunos a participarem das decisões do colegiado?

Com muita frequência

☐

Com frequência

☐

Eventualmente

☐

Raramente

☐

Nao estimula

☐

43

O potencial humano e financeiro do curso está sendo aproveitado:

Plenamente.

☐

Parcialmente.

☐

44 Nível global de desempenho do curso;

Ótimo ☐
 Muito bom ☐
 Bom ☐
 Regular ☐
 Fraco ☐

WOTAs 0 com. ceito deve expres; sar a avaliação pessoal do coordenador.

45 Capacidade nominal ds atendimento(matrícula)na conjuntura atual do curso(relação entre espaço físico + recursos humanos + recursos financeiros/número ideal de alunos). Estando abaixo ou acima da média ideal, indicar os números, nos quadros respectivos s

- abaixo da média ideal
 - na média ideal
 - acima da média ideal

46 As atividades administrativas a que os professores estão obrigados(reuniões de departamentos, colegiados de cursos, colegiados de áreas, etc.) p.rejudicam as. suas próprias atividades docentes ?

SIM ☐ NÃO ☐

Comentar a resposta , c.aso oonsidsr o oportuno.

47j O Curso recebe somente alunos de: graduação da área específica própria) ou recebe, também, graduados de outras áreas?(item X, art.13, Parecer nS 77/69 do CFE)

Somente da área específica ☐

De outras áreas ☐

Especificar-de que outras áreas;

48 CURSO DE DOUTORAMENTO O Curso expediu título de Doutor am caráter especial, isto é, somente mediante, exame de títulos e trabalhos ?(art.15 de Parecer 77/69 do CFE. -).

SIM ☐ NÃO ☐

Em caso afirmativo , quantos

49

O Curso tem linhas de pesquisas definidas?

SIM ☐NÃO ☐

Em caso afirmativo, anexar exemplar.

50

O Curso apresentou a CAPES sugestões sobre o PLANO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ?

SIM ☐NÃO ☐

Em caso afirmativo, anexar exemplar.

51

O Curso tem regulamentação específica sobre a elaboração, apresentação e defesa de tese ou dissertação ?

SIM ☐NÃO ☐

Em caso afirmativo, anexar exemplar.

52

O Curso possui "Regimento Interno" ?

SIM ☐NÃO ☐

Em caso afirmativo, anexar exemplar.

53

Considerações finais sobre temas abordados ou não neste formulário. Além dos que achar oportunos e/ou relevantes, sugira-se:

- a) Problemas de estabilização
 b) Problemas de desempenho
 c) Problemas de crescimento
 d) Problemas de regionalização dos cursos.

(As respostas podem ser dadas em folhas anexas, numeradas)

54

Data

--	--	--	--

55

Assinatura

--

56

ANEXOS :

- a) Prospectos sobre os Cursos;
 b) Áreas de concentração;
 c) Linhas de pesquisas;
 d) Regimento Interno do Curso;
 e) Planos ou programas Anuais de Trabalho;
 f) Regulamentação sobre elaboração, apresentação e defesa de tese;
 g) Relação(títulos) das teses ou dissertações já entregues a Coordenação(discriminar datas; nome do aluno; título em estudo; aprovada; não aprovada);
 h) Relação(títulos) das pesquisas científicas realizadas pelos alunos;
 i) Relação nominal dos professores, com titulação e regime de tempo;
 j) Memorial a CAPES sobre o PPGD.

FOLHA RESUMO DE 1º VISITA

Instituição

Localidade

Coordenador

Endereço completo com telefone

Início da Visita

Data	1		hora	
Data	1		hora	

Término da 1ª visita

Formulário - 01

nº de alunos	nº de formulários entregues	nº de formulários devolvidos	porcentagem de devolução
Observações			

Formulário 02

nº de PB-Oficiais	nº de formulários entregues	nº de formulários devolvidos	porcentagem de devolução
Observações			

Formulário 03

Data de entrega	Data de devolução	Observações

PESSOAL DE APOIO

NOME	FUNÇÃO	TIPO DE APOIO

ASSUNTOS PENDENTES